



Universidade de Cruz Alta - Unicruz

Anderson Barbosa Scheifler

O BOLSISTA PROUNI NA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA:
PERSPECTIVAS E IMPACTOS SOCIAIS

Dissertação

Cruz Alta – RS, 2016



Anderson Barbosa Scheifler

O BOLSISTA PROUNI NA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA:
PERSPECTIVAS E IMPACTOS SOCIAIS

Dissertação submetida à Banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Sirlei de Lourdes Lauxen

Cruz Alta – RS, 26 de fevereiro 2016

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social

O BOLSISTA PROUNI NA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA: PERSPECTIVAS E
IMPACTOS SOCIAIS

Elaborado por
Anderson Barbosa Scheifler

Como requisito parcial para obtenção do título de
mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento
Social.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª Sirlei de Lourdes Lauxen _____ UNICRUZ

Prof^ª. Dr^ª Eva Teresinha de Oliveira Boff _____ UNIJUÍ

Prof^ª. Dr^ª Patrícia Dall' Agnol Bianchi _____ UNICRUZ

Cruz Alta – RS, 26 de fevereiro 2016

S319b

Scheifler, Anderson Barbosa.

O bolsista PROUNI na Universidade de Cruz Alta: perspectivas e impactos sociais / Anderson Barbosa Scheifler. – 2016.

98 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Cruz Alta/UNICRUZ, Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sirlei de Lourdes Lauxen

1. PROUNI. 2. Ensino superior. 3. Instituições comunitárias.

I. Lauxen, Sirlei de Lourdes. II. Título.

CDU 378

Catálogo na fonte: Bibliotecária Samanta do Nascimento CRB-10/2380

AGRADECIMENTOS

Aos familiares, em especial minha mãe e esposa, que serviram de exemplo e suporte em todos os momentos. Aos professores do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, estes os maiores responsáveis pela minha formação através do incentivo e apoio em todos os momentos, Antonio Escandiel de Souza, Carla Rosane da Silva Tavares, Elizabeth Fontoura Dorneles, Luciana Couto, Maria Aparecida Santana Camargo, Patrícia Dall Agnol Bianchi, Solange Beatriz Billig Garcês, Thiago Anderson Brutti e Vania Maria de Oliveira Freitas.

Sempre serão lembrados com carinho e admiração. Em especial à minha orientadora, Professora Doutora Sirlei de Lourdes Lauxen, uma pessoa especial, profissional, dedicada e um exemplo que carrego pra vida.

Aos colegas e amigos, que compartilharam conhecimento e amizade nesses últimos dois anos.

À Universidade de Cruz Alta e aos colegas de trabalho que não mediram esforços para tornar possível a realização deste sonho.

Por fim, aos alunos Bolsistas ProUni participantes desta pesquisa, vocês são a esperança de um país mais justo e igualitário.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

O BOLSISTA PROUNI NA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA: PERSPECTIVAS E IMPACTOS SOCIAIS

Autor: Anderson Barbosa Scheifler
Orientadora: Prof^a Dr^a Sirlei de Lourdes Lauxen

No Brasil, resultante de um processo histórico de dominação e segregação social, as classes dominantes procuraram sempre manter os privilégios. Mudar esse rumo na história significa conceber a educação como um processo de transformação. Para isso, as políticas públicas são importantes e necessárias. Nesta perspectiva, o presente estudo trata de uma das políticas públicas para a educação no ensino superior com o objetivo de analisar as perspectivas e impactos sociais que o acesso ao ensino superior está proporcionando no âmbito familiar, social e do trabalho, mais especificamente ao bolsista da Universidade de Cruz Alta. Nesse sentido, a pesquisa apresenta a história e trajetória das instituições de ensino superior até a criação das Instituições Comunitárias de Ensino Superior – ICES e a Universidade de Cruz Alta – Unicruz, contextualizando as políticas públicas e relacionando o papel destas instituições com o Programa Universidade para Todos – ProUni, objeto deste estudo. Para a execução da pesquisa foi utilizado o estudo de caso como método para a análise qualitativa dos dados coletados na análise documental, questionário e entrevista semiestruturada. A pesquisa teve como público alvo alunos bolsistas ProUni na modalidade integral, regularmente matriculados na Universidade de Cruz Alta, provindos de 15 cursos de graduação. Foi selecionado um aluno por curso com a menor renda per capita apontada no momento do ingresso do mesmo na condição de bolsista da Instituição. Com o objetivo de compreender o ProUni como uma política social que vem promovendo a ampliação do acesso ao ensino superior e, principalmente, do acesso voltado às populações de baixa renda na análise dos dados coletados, é possível afirmar que o Programa trouxe impactos positivos significativos em seus 10 anos de existência e que, conforme a amostra pesquisada, os impactos gerados pelo acesso ao ensino superior estendem-se para além do ambiente universitário proporcionando transformações na vida destes estudantes nos âmbitos familiar, social e do trabalho. Cabe agora as ICES e ao Estado seguir avançando na qualificação da Política ProUni na busca pela ampla e real democratização do acesso ao ensino superior no país.

Palavras-chave: ProUni. Ensino Superior. Instituições Comunitárias de Ensino Superior. Transformação Social.

ABSTRACT

THE PROUNI FELLOW IN UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA: PERSPECTIVES AND SOCIAL IMPACTS

Author: Anderson Barbosa Scheifler
Advisor: Prof^ª Dr^ª Sirlei de Lourdes Lauxen

In Brasil, as a result of a historical process of social dominantion and segregaton, the dominant classes always sought for the maintenance of the privileges. Change this path in history means to concieve education as a transformation process. For this, the public policies are important and necessaries. In this perspective the present study is about the public policies for education in higher education with the aim of analyze the perspectives and social impacts that the access to higher education is offering to the Prouni fellow in the in the familiar, social and labor scope, more specifically the fellow of Universidade de Cruz Alta. In this sense, the research presents the history and trajectory of higher education institutions until the creation of Instituições Comunitárias de Ensino Superior – ICES and Universidade de Cruz Alta – Unicruz, contextualizing the public policies and making relations to the role of this institutions with the Programa Universidade para Todos – ProUni, that is object of this study. For the research accomplishment the case-study was utilized as the method that propitiated to make the qualitative analysis of the data collected in the documental analysis, questionnaire and semi-structurated interview. The research has as target-public the ProUni fellows in the integral mode, regularly matriculated in the Universidade de Cruz Alta coming from 15 graduation courses. One student by course was selected with the lower income per capita pointed out in the moment of the student admission with the fellow condition of the institution. With the aim to verify that the Prouni as a social policy that is promoting the wide access to higher education and mainly the acess turned to lower income population in the analysis of the colected data, is possible to claim that the Program brought positive significative impacts in its 10 years of existence and that, as the sample studied, the impacts generated by the acess to higher education extends to beyond the universitary environment, providing transformation in the life of this students in the familiar, social and labor scope. Now, it is responsibility of ICES and the State to continue advancing on the qualification of ProUni Policy in the search of wide and real democratization of the access to higher education in the country.

Keywords: ProUni. Higher Education. Community Institutions of Higher Education. Social Transformation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organograma Fundação.....	47
Figura 2 - Organograma Unicruz.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- IES criadas.	23
Tabela 2 - Matrículas de alunos.	28
Tabela 3 - Variação da renda Per Capita.	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Bolsas e financiamentos - Unicruz.....	50
Gráfico 2 – Distribuição de Bolsas integrais ProUni - Unicruz	52
Gráfico 3 - Atual situação de moradia.....	65
Gráfico 4 - Meio de Transporte utilizado para chegar a Universidade.	66
Gráfico 5 - Atividade não acadêmica remunerada.	67
Gráfico 6 - Renda Média mensal.....	67
Gráfico 7 - Grau de escolaridade de um membro do grupo familiar.....	68
Gráfico 8 - Grupo familiar atual.....	69
Gráfico 9 - Fator de motivação que optou pela Universidade.....	71
Gráfico 10 - Fator de motivação pela escolha do curso	72

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: TRAJETÓRIA DE DESIGUALDADES.....	16
2.1 Cidadania e os primórdios da educação superior no Brasil.....	16
2.2 Brasil República, o ensino superior como ferramenta de segregação social.....	20
2.3 Era Vargas, as universidades bem sucedidas e o processo de expansão	22
2.4 Pós 1964, o movimento do ensino não estatal.....	27
2.5 Constituição Federal de 1988 e as IES Comunitárias.....	31
3 OS DESAFIOS DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE.....	37
3.1 As políticas públicas como possibilidade de transposição do sistema	37
3.2 A Universidade de Cruz Alta no contexto das políticas públicas	41
3.2.1 Caracterização, inserção regional e trajetória.....	41
3.2.2 Os processos administrativo-pedagógicos.....	45
3.3 Nas políticas de acesso ao ensino superior, o ProUni	51
3.4 Na política pública do ProUni, o percurso da pesquisa.....	53
3.4.1 O lugar e os sujeitos da pesquisa	56
3.4.2 Técnicas e instrumentos de coleta de dados	57
3.4.3 Análise dos dados	59
4 O PROUNI: POLÍTICA EDUCACIONAL COMO POLÍTICA SOCIAL	62
4.1 O bolsista ProUni da Unicruz: contextos e cenário.....	62
4.2 Perspectivas do bolsista ProUni e o papel da Unicruz	73
4.3 Impactos e mudanças no âmbito familiar, social e do trabalho.....	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87

REFERÊNCIAS	91
APÊNDICES	95
APÊNDICE A	95
APÊNDICE B.....	97

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep em 2013, o número total de matrículas no ensino superior brasileiro superou os 7 milhões e teve um crescimento de 81% entre os anos de 2003 e 2012. Em 2003, o Censo da Educação Superior registrava 3.887.022 matrículas, número que subiu para 7.037.688 em 2012 e atingiu o patamar de 7,3 milhões em 2014.

A ampliação das matrículas, porém, não significa a democratização do acesso ao Ensino Superior. O processo de ampliação ocorre primeiramente para as populações que possuem melhores condições financeiras e sociais e, assim, conseguem destaque nos processos de seleção das Instituições de Ensino Superior – IES.

Para atender uma maior parcela da população, principalmente àquelas de baixa renda e que residem no interior dos estados, foi criado, em 2005, o Programa Universidade para Todos – ProUni, com o objetivo de proporcionar o acesso ao Ensino Superior através da concessão de Bolsas de Estudo parciais e integrais em Instituições de Ensino Superior privadas e comunitárias. O programa obteve avanços significativos nos últimos 10 anos, pois milhares de jovens e adultos podem vislumbrar a oportunidade de ingressar em uma instituição de ensino superior, o que antes da criação do programa era algo extremamente difícil para estas populações que eram excluídas deste universo.

Apesar desta parcela da população ter tido a oportunidade de acesso via política pública ProUni, ainda há muito que se avançar em torno da política, como condição necessária para que a mesma atinja um contingente ainda maior da população de baixa renda. Para isso, precisamos encontrar mecanismos e formas de conscientizar os executores do Programa sobre a necessidade de possibilitar avanços nos estudos a todas as camadas populacionais. Uma das formas é a pesquisa. Tendo presente essa questão, a investigação proposta tem como intenção promover o

debate da temática discutindo estratégias e alternativas para que mais pessoas possam ascender à mesma condição.

O presente estudo, desenvolvido na linha de pesquisa Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea, volta-se aos objetivos do Programa de Mestrado e se fundamenta em embasamento teórico com enfoque na justiça social e garantia de direitos sociais. O estudo da temática se processa a partir do viés dos bolsistas que acenderam ao Ensino Superior através do ProUni e possibilitou refletir sobre a política ProUni e seu processo de execução, bem como o acompanhamento para e efetivação do controle social, que é um dos objetivos do ProUni em sua essência.

Verificando estas problemáticas, destaca-se como o problema de investigação, saber quais as perspectivas e os impactos sociais que o acesso ao Ensino Superior está proporcionando ao Bolsista ProUni da Universidade de Cruz Alta no âmbito familiar, social e do trabalho?

A discussão do referido tema, justifica-se pela relevância pessoal, profissional e acadêmica que se estabelece no estudo e sua abrangência como política pública que envolve governo, instituições, técnicos e usuários do programa. Pessoalmente, destaco a formação acadêmica e a posição ideológica com foco na garantia de direitos e ascensão das minorias como justificativa de interesse neste estudo. Profissionalmente, o fato de atuar como membro coordenador da Comissão Local de Avaliação e Controle Social do ProUni – COLAP, da Unicruz, onde percebe-se a necessidade do estudo e aprofundamento da temática por parte dos técnicos científicos, executores das políticas de acesso e permanência ao Ensino Superior. Ainda, por significância acadêmica, o fato de que, apesar da existência de um significativo número de trabalhos em relação ao tema ProUni, o foco deste, voltado para uma análise em relação as perspectivas e impactos sociais do programa no âmbito familiar, social e do trabalho, não foi encontrado, ou existem muito poucos. A discussão sobre este viés poderá contribuir para a reflexão e implementação de ações diferenciadas nas Universidades na forma de política pública.

Isso faz com que a temática instigue a necessidade de obtermos uma compreensão mais aprofundada com relação aos impactos ocasionados pela inserção deste público no Ensino Superior. Visto isso, faz-se necessário compartilhar e refletir sobre os desafios das IES privadas e comunitárias diante de um novo público de alunos com características, histórias e desejos específicos.

Para dar conta do problema apresentado, nessa pesquisa tem-se por objetivo analisar as perspectivas e os impactos sociais que o acesso ao Ensino Superior está proporcionando ao Bolsista ProUni no âmbito familiar, social e do trabalho. Especificamente, busca-se evidenciar a importância do ProUni, como política pública de acesso ao Ensino Superior; compreender as perspectivas dos bolsistas ProUni, antes, durante e após o acesso à Universidade; descrever quais mudanças ocorreram no âmbito familiar, social e do trabalho após o ingresso no Ensino Superior. A dissertação apresenta como hipótese o ProUni enquanto instrumento de democratização do acesso ao ensino superior e de transformação social.

A presente dissertação divide-se em cinco capítulos. O primeiro, traz a introdução apresentando a justificativa da pesquisa, a problematização, o objetivo geral e específicos além da linha de pesquisa referente a temática escolhida.

O capítulo dois traz um resgate histórico acerca da educação no Brasil. Partindo do período imperial, no Brasil colônia, com as tentativas de implantação do Ensino Superior e as primeiras experiências até a República que trata do crescimento das IES, a contenção do acesso por parte das elites e o surgimento das primeiras universidades passageiras. Mais adiante, na Era Vargas, destaca-se o surgimento das universidades bem sucedidas e o processo de expansão. Avançando, apresenta-se o Ensino Superior passando pelo Golpe de 1964 e a Reforma de 1968 com destaque para a eclosão das IES privadas neste período. Finalizando este capítulo, mostra-se a educação na constituição de 1988 com destaque para as IES comunitárias referenciando a Unicruz como instituição integrante desta categoria. São fontes de referência neste capítulo autores como Silva, Covre, Rossato, Fávero e Cunha.

No capítulo terceiro, apresentam-se os desafios da universidade brasileira, a Universidade de Cruz Alta, ambiente onde se desenvolve a pesquisa, fazendo um retrospecto desde sua criação, trajetória e inserção regional debatendo a missão e o fazer universitário, sendo órgão promotor do desenvolvimento social e econômico. Prosseguindo, busca-se relacionar as políticas públicas como possibilidade de transformação social em uma sociedade dominada pelas relações do capital, o ProUni como uma das políticas, seu surgimento, algumas características e o percurso metodológico da pesquisa, métodos, técnicas, instrumentos e sujeitos desta bem, como os encaminhamentos sugeridos para a coleta e análise dos dados. Destacam-se neste capítulo autores como Boaventura de Souza Santos, Milton Santos, Zitkoski, Bronzatti, Lauxen, Minayo, Gil e Chizzotti.

No capítulo de número 4, encontram-se a apresentação e a análise dos dados coletados através do questionário e da entrevista. Nele são trazidos dados referentes à renda, grupo familiar, escolaridade do grupo familiar, cidade de origem, além das percepções dos alunos acerca da política ProUni, da Universidade e das perspectivas e impactos sociais ocasionados por este acesso ao ensino superior. Alguns autores que contribuem para a análise são Estacia, Saviani, Almeida e Blondel.

No último capítulo, elaboram-se as considerações finais acerca da pesquisa, onde busca-se responder ao problema inicial trazendo, também, um contraponto àqueles autores críticos à política ProUni. Por fim, o pesquisador apresenta algumas possibilidades que poderão ser úteis na operacionalização da política e reafirma a importância da pesquisa como fonte de conhecimento científico que deve ser implementada como metodologia de aperfeiçoamento da gestão.

2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: TRAJETÓRIA DE DESIGUALDADES

A discussão em torno das políticas de acesso ao ensino Superior, nesse estudo, se situa no campo das políticas públicas educativas, onde se considera o papel do Estado na manutenção das desigualdades e/ou na busca pela democratização do ensino superior no país.

Para se compreender as políticas de acesso existentes no Brasil hoje, é importante fazer uma incursão pela história para perceber como aconteceu a trajetória do ensino Superior, iniciada no Brasil Colônia. A desigualdade está presente desde o início da Colonização, quando do desinteresse dos portugueses em oportunizar educação ao povo, visto que o objetivo da Metrópole era apenas a exploração do capital.

Nesse sentido, o presente capítulo trata da educação superior no contexto histórico abordando a trajetória e as transformações no decorrer dos tempos, tanto na esfera pública quanto na privada e, posteriormente, comunitária. O viés de abordagem do trabalho tem como foco a educação de ensino superior gratuita, como um direito universal promotor da cidadania e da inserção social da população.

2.1 Cidadania e os primórdios da educação superior no Brasil

Uma sociedade “civilizada” precisa pensar que a cidadania e a justiça social estão entre os pilares de sustentação da sociedade onde, o social prima pela valorização e justiça livre acima de preconceitos e, onde exercer a cidadania é uma conquista de luta e engajamento político-social.

Covre (2006), conta que a origem da cidadania vem da Grécia antiga junto às cidades ou pólis. Esta era composta por homens livres com participação direta na democracia, atuantes nos

processos decisórios da sociedade relacionados aos direitos e deveres destes. “O homem grego livre era, por excelência, um homem político no sentido estrito” (COVRE, 2006, P. 16).

Entende-se cidadania, como um requisito básico na busca pela justiça social, esta, por sua vez, deverá ser alcançada através da socialização de políticas e serviços para todas as camadas da população. Será promovida na construção do desenvolvimento baseado na busca pela igualdade coletiva promovida pelos meios sociais e econômicos.

Segundo Silva (2003), este processo ocorre permeado por conflitos, os seres são iguais em essência, mas as relações de força presentes no convívio social os tornam diferentes e, conseqüentemente, hierarquizados. Isto é, um conjunto de pessoas “superiores” com poder sobre outro conjunto de pessoas “inferiores”.

Diz-se que a cidadania – termo que se refere ao conjunto dos atores no processo democrático – é uma conquista. Cidadãos(ãs) não nascem feitos(as), surgem na luta, no conflito social que, dependendo de seu encaminhamento, pode produzir uma democratização das relações sociais (a qual passa pela construção de um Estado forte em sua legitimidade). Nesse sentido, quando se fala em democracia, o que está em questão são sempre os problemas da democratização (SILVA, 2003, P. 27).

O debate sobre cidadania, e da sua imprescindibilidade, quando se estuda uma sociedade democrática, é essencial para a compreensão dos processos que contam a história do Ensino Superior no Brasil. Todo este debate, foi permeado por interesses políticos (anti)democráticos que moldaram o ensino e, por isso, faz-se necessário o resgate histórico para que se obtenha uma melhor compreensão dos avanços e retrocessos ocorridos ao decorrer dos anos.

A história da educação superior no Brasil deve ser compreendida pela visão de um Brasil Colônia, cujo propósito era a exploração dos recursos naturais e humanos não importando a capacitação e a promoção da autonomia destes (SANTOS, CERQUEIRA, 2007). A história da educação no Brasil demonstra uma resistência tanto de Portugal, quanto das elites brasileiras, considerando que estes deveriam procurar a Europa para realização de seus cursos superiores.

No transcurso dos séculos, várias tentativas frustradas de implantação da Universidade no Brasil¹ ocorreram sem sucesso, desde os jesuítas ainda no século XVI até o final do período monárquico. Esta resistência demonstra uma política de controle por parte de Portugal na clara

¹ A utilização da universidade como instrumento político a serviço do poder, a luta pela autonomia e pela gestão democrática, o corporativismo, a luta de professores e alunos por ascensão social, a desmotivação dos discentes, os baixos salários, a carência de recursos e de pesquisas, são elementos da universidade medieval que se encontram, também, na universidade atual (LAMPERT, 1999, p. 33).

tentativa de repelir quaisquer iniciativas que promovessem possibilidades de independência cultural e política da colônia (FÁVERO, 2006).

Apenas algumas tentativas de criação de colégios jesuítas, escolas profissionalizantes e centros médicos frutificaram durante o período. Estes, por sua vez, tinham uma formação voltada para atender as funções e desempenhar a execução das engrenagens do Estado.

De acordo com Rossato (2005), Portugal, diferentemente de países como Espanha e Inglaterra, que permitiram e até mesmo incentivaram a criação de universidades em suas colônias, proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil, tendência esta também adotada nas demais colônias americanas e africanas. Este processo de implantação das universidades só viria a se consolidar após a independência política, já no século XX, o que será tratado mais adiante.

Todo este processo intervencionista por parte da “Metrópole” tinha por objetivo a manutenção da ordem local no Brasil colônia e a opressão de movimentos adversos à coroa, como destaca Cunha (2000):

Com a proibição da criação de universidades na colônia, Portugal pretendia impedir que os estudos universitários operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas, especialmente a partir do século XVIII, quando o potencial revolucionário do Iluminismo fez-se sentir em vários pontos da América. Outros aspectos devem ser considerados nessa diferença, em especial a disponibilidade de recursos docentes em cada um dos países colonizadores. Havia na Espanha, no século XVI, oito universidades famosas em toda a Europa, enquanto Portugal dispunha de apenas uma: a de Coimbra, e mais tarde a de Évora, esta de pequeno porte (2000, p.152).

A partir das considerações de Cunha (2000), verifica-se que as dificuldades impostas pela Metrópole para a criação de instituições de ensino superior no País são consequências do modelo de dominação pelo qual Portugal trabalhava a manutenção do poder sobre as colônias. Pode-se afirmar, portanto, que a educação, desde aquela época, era vista pelos governantes como objeto de empoderamento da sociedade. Assim, a negação ao ensino era utilizada pelo Estado como forma de manutenção do poder e enfraquecimento social.

O Império caracterizou-se pela instabilidade das políticas relativas à educação, muitas foram as tentativas de criação de cadeiras, cursos, escolas e faculdades. Cunha (2000) trata deste processo, como caracterizado pela multiplicação de faculdades isoladas, Medicina, Engenharia, Direito e outras que seriam incorporadas às universidades tardiamente como as faculdades de Odontologia, Arquitetura, Economia, Serviço Social, Jornalismo, Filosofia, Ciências e Letras.

Neste período, o autor traça um panorama dos processos seletivos de admissão de candidatos às escolas superiores. Este era condicionado, desde 1808, à aprovação nos “exames de estudos preparatórios” que eram realizados nos estabelecimentos de ensino almejados por estes candidatos.

Ainda, segundo Cunha (2000), mais tarde, em 1837, inicia-se um processo de focalização das vagas nestes estabelecimentos com a implantação de certos privilégios para algumas camadas da população. Segundo o autor, alunos do Colégio Pedro II² não teriam mais que passar por exames de seleção para garantia de sua admissão nas instituições de ensino superior. Esta política demonstra os processos pelos quais se deram a criação e destinação de vagas para apenas determinados segmentos da sociedade, neste caso a elite da época. Estes exerciam pressão no sentido de facilitar o acesso ao ensino superior forçando o Estado a buscar medidas de diminuição dos obstáculos representados pelos chamados “exames de estudos preparatórios”.

Eles passaram a ser realizados perante juntas especiais, no Rio de Janeiro, depois nas capitais das províncias; o prazo de validade da aprovação passou de instantânea para permanente; os exames foram parcelados, permitindo-se realizar as provas de cada matéria no tempo e no lugar mais convenientes para os candidatos (CUNHA. p. 155, 2000).

O processo de implantação das Universidades no Brasil se deu, portanto, de forma lenta e permeada por interesses políticos e pessoais. Constata-se que tanto no sistema de escolha dos cursos, quanto na seleção dos alunos, existiam forças que trabalhavam em prol de determinados interesses vigentes da época.

No período imperial (1822-1889), Cunha (2000), descreve a criação de novos cursos de ensino superior, porém, estes foram diretamente influenciados pela prosperidade da economia cafeeira. A construção de estradas de ferro, portos, serviços públicos, fábricas diversas e outras instalações, demandavam a necessidade de engenheiros para a execução destas obras. Surgiram a Escola Politécnica (1874), no Rio de Janeiro e a Escola de Minas (1875), em Ouro Preto.

Embora a importância do ensino superior no final do século XIX tenha ganhado adeptos de diferentes segmentos políticos, não ocorreu o mesmo quando se tratava do tema criação da

² Fundado em 1837, o Colégio “de” Pedro II, criado pelo então Ministro da Educação Bernardo Pereira de Vasconcelos, tinha por objetivo dar uniformidade ao ensino dos jovens da época. A instituição ficou reconhecida como referência por sua estreita vinculação aos órgãos responsáveis pela definição das políticas públicas educacionais para o país desde a fase imperial brasileira, recebendo a designação de “colégio padrão” em vários momentos.

universidade. No pensamento liberal da época, a criação da universidade era tida como uma importante ferramenta de transformação e consolidação do campo educativo, reconhecendo também, a precariedade ou até mesmo, a inexistência da instrução das massas. Por outro lado, os positivistas colocavam-se contrários à ideia, visto que tinham como concepção de universidade uma instituição comprometida com o metafísico³, que a ciência iria substituir (CUNHA p. 155-156, 2000).

Apesar das diversas tentativas, a sonhada criação da universidade no Brasil não se concretizou, a influência por parte da Metrópole e as prioridades do governo em conflito com algumas correntes filosóficas do período fariam com que este feito fosse adiado para o início do século XX, já no Brasil república.

2.2 Brasil República, o ensino superior como ferramenta de segregação social

A Proclamação da República em 1889 e a Constituição, promulgada em 1891, trouxeram algumas modificações no que se refere às políticas de acesso voltadas ao ensino superior. Ocorre, logo nas primeiras décadas da República, um processo de expansão⁴ e um aumento na procura pela educação secundária e superior. As elites da época, formadas em grande parte por latifundiários, cafeicultores, seringueiros, pecuaristas e outros, desejavam filhos bacharéis ou doutores como forma de manutenção e aumento do prestígio familiar, bem como uma forma de perpetuação destes indivíduos nos altos cargos políticos e sociais.

Sobre isto, Azevedo (1963), retrata o panorama cultural vigente desde o século XIX, com reflexos ainda nas primeiras décadas da república a respeito dos processos educacionais intrínsecos em uma sociedade escravocrata que, segundo o autor, desonrou o trabalho nas suas formas rudes, enobrecendo o ócio e acentuando, entre nós, a repulsa pelas atividades manuais e mecânicas. Neste cenário, “trabalhar era coisa de escravos”, Segundo Azevedo (1963):

Nessa sociedade, de economia baseada no latifúndio e na escravidão, era para os ginásios e as escolas superiores, que afluíam os rapazes do tempo com possibilidades de fazer os estudos. As atividades públicas, administrativas e políticas, postas em grande realce pela vida da corte e pelo regime parlamentar, e os títulos concedidos pelo

³ A concepção comteana diz que os fenômenos são explicados por meio de forças ocultas e/ou entidades abstratas. As abstrações personificadas substituem as vontades sobrenaturais.

⁴ As transformações do ensino superior nas primeiras décadas da República foram marcadas pela facilitação do acesso ao ensino superior, resultado, por sua vez, das mudanças nas condições de admissão e da multiplicação das faculdades (CUNHA. 2000, p. 157).

Imperador contribuía ainda mais para valorizar o letrado, o bacharel e o doutor, constituindo, com as profissões liberais, o principal consumidor das elites intelectuais forjadas nas escolas superiores do país. Esse contraste entre a quase ausência de educação popular e o desenvolvimento de formação de elites, tinha de forçosamente estabelecer como estabeleceu, uma enorme desigualdade entre a cultura da classe dirigida, de nível extremamente baixo, e a da classe dirigente (p. 573-574).

Ocorre nos primeiros anos da república, um processo de expansão e facilitação do acesso ao ensino superior, este ocasionado pelo aumento da procura devido às transformações econômicas e institucionais e pela luta ideológica entre liberais e positivistas. As reformas ocorridas neste setor de facilitação iriam causar, no entanto, um desequilíbrio na ordem social vigente da época. Com o crescimento do número de instituições de ensino superior e, conseqüentemente, das vagas no país, faz-se necessária a criação de ferramentas de contenção das formas de acesso ao ensino superior. Aquilo que antes era visto como uma possibilidade de diferenciação entre as classes passou a descumprir este papel, visto que ocorria uma invasão de pessoas nos cursos superiores. Cunha (2000, p. 158-159), destaca que:

A função desempenhada pelo sistema educacional escolar, como fonte fornecedora de diplomas, garantidores da posse dos conhecimentos “apropriados” aos cargos conferidos de maior remuneração, prestígio e poder, chegou a ser ameaçada por aquele processo de expansão/facilitação: os diplomas das escolas superiores tendiam a perder a raridade e, em consequência, deixavam de ser um instrumento de **discriminação social eficaz e aceito como legítimo (grifo meu)**.

Destes processos de contenção, cria-se o decreto 8.695 de 05 de abril de 1911, conhecido como Reforma Rivadávia Corrêa, que impõe formas de regulação das IES dando-lhes autonomia financeira e regrido as formas de ingresso no ensino superior. A criação de taxas e a instituição dos chamados exames admissionais, estes mais tarde, em 1915, rebatizados de exames vestibulares, foram as principais mudanças impostas na política educacional da época. Seguindo esta tendência, em 1925, o processo seletivo/discriminatório⁵ dos vestibulares intensificou-se com a implementação do critério *numerus clausus*⁶, que limitava o número de vagas por curso, considerando o critério de classificação no vestibular como sendo um regulador para as

⁵ O autor salienta o caráter discriminatório neste exames pelo fato de que notadamente apenas as elites, que tiveram acesso a boas escolas, teriam as competências necessárias para o ingresso nos cursos superiores.

⁶ Número fixo que determina a quantidade de pessoas que podem ser aceitas em determinado grupo. Do Latim, número fechado.

matrículas e, conseqüentemente, incentivar os estudantes a buscarem cursos menos procurados com vagas disponíveis.

Nas primeiras décadas do século XX, prosseguem as tentativas para a criação das primeiras instituições denominadas universidades. Rossato (2005) descreve que estas tentativas, baseadas em princípios liberais de descentralização, deram vida às três primeiras instituições, que ficariam conhecidas como “as universidades passageiras”.

A primeira destas instituições, a Universidade de Manaus, 1909, impulsionada pelo chamado, ciclo da borracha, teve duração aproximada de 11 anos. Entre 1911 e 1915, existiu a Universidade de São Paulo e no ano de 1912 é criada a Universidade do Paraná, esta encerrando suas atividades devido o Decreto 11.530 de 18 de março de 1915, que institui a Reforma Carlos Maximiliano, que dentre outras mudanças, determinava que o *status* de universidade só poderia ser concedido à instituições provenientes de cidades com população igual ou superior a 100 mil habitantes, condição esta na qual Curitiba não se enquadrava na época. Rossato (2005, p. 142), destaca que a duração efêmera destas instituições, levou os historiadores a considerarem a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, como sendo a primeira universidade brasileira bem sucedida, ou seja, que efetivamente foi implantada e sobreviveu.

Fávero (2000) enfatiza que a nova Universidade, é resultado da união de faculdades federais existentes na capital do país. A reunião das faculdades de Medicina, Engenharia e Direito originaram a primeira universidade brasileira bem sucedida. Este procedimento seria essencial na organização das demais universidades do país. Em 1927, na junção das faculdades de Direito, Engenharia, Medicina e Odontologia, é instituída a Universidade de Minas Gerais, estas duas permaneceriam hegemônicas no país até o ano de 1934, quando foi dado *status* universitário para a Universidade do Rio Grande do Sul. Esta última, proveniente de um modelo diferente das demais, não resultando da união de faculdades preexistentes, mas da elevação do nível de Escola de Engenharia de Porto Alegre para Universidade Técnica de Porto Alegre.

2.3 Era Vargas, as universidades bem sucedidas e o processo de expansão

Nos anos 1930, conforme Rossato (2005), Anísio Teixeira descreve um expressivo processo de expansão do Ensino Superior no período que compreende os anos entre 1930 e 1945. O crescimento das IES se expressa nos números correspondentes à criação de novas instituições

que em 1930 eram 86, chegando a 181 instituições em 1945, isto representa um aumento de 95 IES que foram criadas neste intervalo de tempo. Antes disso, no período relativo ao ano de 1808 até 1890, existiam no país apenas 14 estabelecimentos, entre 1890 a 1930 surgiram 72 novas escolas. Pode-se, portanto, visualizar o salto quantitativo vislumbrado na Era Vargas, no que se refere ao crescimento do ensino superior no Brasil, no período de 15 anos inauguraram-se mais IES do que toda a soma de instituições que foram criadas em 122 anos.

De acordo com estes dados, organiza-se o seguinte cenário:

Tabela 1- IES criadas.

<u>Período</u>	<u>Número de estabelecimentos existentes</u>
1808-1890	14
1890-1930	86
1930-1945	181

Fonte: Rossato (2005).

Cunha (2000) trata da regulação do ensino superior à época, quando se estabeleceram os padrões de organização destas instituições em todo o Brasil. Deste processo, surge o Estatuto das Universidades Brasileiras através da promulgação do Decreto 19.851, em 11 de abril de 1931 e a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública⁷. Desta iniciativa, construíram-se as bases que iriam delimitar o perfil das universidades brasileiras vindouras e a regulação das já existentes. É visto, que o perfil centralizador do Estado, característica do governo da época,

⁷ O Ministério da Educação foi criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. Em 1932, um grupo de intelectuais preocupado em elaborar um programa de política educacional amplo e integrado lança o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores, como Anísio Teixeira. O manifesto propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e definisse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Nessa época, a igreja era concorrente do Estado na área da educação. Foi em 1934, com a nova Constituição Federal, que a educação passa a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. De 1934 a 1945, o então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema Filho, promove uma gestão marcada pela reforma dos ensinos secundário e universitário. Nessa época, o Brasil já implantava as bases da educação nacional. Até 1953, foi Ministério da Educação e Saúde. Com a autonomia dada à área da saúde, surge o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC. (Fonte: portal.mec.gov.br. Acessado em 22/05/2015).

contribuiu para o surgimento de novas IES através da regulação, porém, isto viria permeado por um processo de fiscalização e nomeação, por parte do governo, dos mais altos cargos integrantes do corpo universitário, exemplificando isto, Fávero (2006, p. 27) discorre:

Ao instituir a Universidade do Brasil, a Lei nº 452/37, que a criou, não faz referência ao princípio de autonomia em suas disposições gerais. Essa inferência procede quando se analisa o art. 27, o qual dispõe que tanto o reitor como os diretores dos estabelecimentos de ensino, seriam escolhidos pelo presidente da República, dentre os respectivos catedráticos e nomeados em comissão. Por outro lado, torna-se expressamente proibida, aos professores e alunos da universidade, qualquer atitude de caráter político-partidário ou comparecer à atividades universitárias com uniforme ou emblema de partidos políticos. Essas determinações não seriam de estranhar, considerando o contexto em que elas são elaboradas.

Quanto aos processos de captação de estudantes, a regulação determinou que os processos de admissão continuariam sendo realizados através de exames vestibulares mais apresentação de certificado de conclusão do curso secundário e prova de idoneidade moral. Os cursos agora teriam que ser credenciados pelo Ministério da Educação e, somente assim, ocorreria a validação dos diplomas possibilitando o exercício pleno das profissões (Cunha, 2000, p. 167).

Nesse contexto, o governo Vargas trouxe novos ares à Educação no país em todos os níveis. Foram conferências, assembleias, simpósios e reuniões que culminaram na redação final em que se fundamentou o capítulo II, Da Educação e da cultura, da Constituição de 16 de julho de 1934. Conforme Azevedo (1963), a Carta de 1934 assegura medidas para a regulação de uma política nacional sobre a educação, atribuindo competências privativas à União e aos Estados. Outro fator determinante é a criação dos Conselhos Nacional e Estaduais de Educação que determinam a aplicação de no mínimo 10% das receitas dos municípios aplicados nesta área e nunca menos que 20% de aplicação por parte dos Estados para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos.

Neste período surgem as primeiras iniciativas de busca pela democratização do acesso ao Ensino reconhecendo a educação como “um direito de todos” (art. 149) e instituindo a liberdade de ensino e a gratuidade em todos os seus graus, a fim de promover o acesso a todas as camadas da população. Determina-se a criação de fundos especiais de educação, os quais se aplicariam na forma de assistência sob bolsas de estudo para alunos necessitados.

Esta seria uma das primeiras iniciativas institucionalizadas pelo Estado com objetivo de promover a inclusão de pessoas de todas as classes sociais nos diversos níveis de ensino no país. Este fenômeno pode ser visualizado de forma mais acentuada no ensino secundário, onde uma maior abrangência populacional com a diversidade social passa a frequentar as escolas da época. Azevedo (1963, p. 684-685) cita o crescimento visualizado no número de alunos matriculados, com acréscimo de 40 mil em 1930 para 160 mil em 1936, um aumento de quatro vezes, em seis anos, em um país cuja população⁸ passou neste mesmo período de 34 para 38 milhões.

Os dados demonstram a importância de ações que tenham como norte a democratização do acesso, a bens, a serviços e às políticas, até então, e ainda hoje, muitas vezes formuladas e executadas sob interesse das classes dominantes em detrimento das maiorias quantitativas da população.

Os anos que se seguiram foram determinantes para traçar o modelo de crescimento do Ensino Superior no país. Rossato (2005) descreve a expansão pós 1945 como sendo fator determinante no que viria a ser os modelos de IES. Destaca-se o surgimento das universidades particulares, com especial participação da Igreja Católica, que em 1946 foram reconhecidas como universidades a Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro - PUC e a de São Paulo. Em 1948, foi a vez da PUC de Porto Alegre ser elevada ao nível de universidade. Nos cinco anos seguintes surgiram mais três universidades federais e no final dos anos 1950, o Brasil possuía 21 universidades e mais de 100 instituições de ensino superior, sendo faculdades e outras instituições predominantemente privadas.

Entre 1950 e 1960, movido pela euforia do crescimento econômico promovido pelo governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, houve um crescimento apoiado pelo governo federal através da denominada “política de federalização” de instituições de ensino, universidades ou não. O aumento no número de concluintes no ensino de 2º grau contribuiu para um aumento na procura pelo ensino superior. Este aumento reflete-se na evolução do número de estudantes

⁸ Por mais contraditória as medidas adotadas na Era Vargas, podemos verificar afirmações positivas a respeito destas políticas ainda nos dias de hoje. Em um projeto de pesquisa desenvolvido pelo Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimentos Social da UNICRUZ, na disciplina de Cidadania e Inserção Social, juntamente com o Grupo Interdisciplinar do Envelhecimento Humano (GIEEH/UNICRUZ) elaborou-se o projeto “CIDADANIA E INSERÇÃO SOCIAL: QUINZE DE NOVEMBRO – RS – BRASIL – cidade educadora para um envelhecimento bem sucedido”. Em um dos seminários de sensibilização, realizados com idosos do município, quando perguntados sobre do que eles se sentiam gratos em suas vidas, um dos idosos disse: “Agradeço ao Getúlio Vargas por dar estudo ao povo pobre”. João Graminho, 82 anos. (Quinze de Novembro – RS, 23/05/2015).

matriculados nesta década, partindo de 44 mil e chegando a 96 mil alunos no final deste período (Rossato, 2005, p. 144-145).

A partir dos anos 1960, acentua-se a participação do movimento estudantil, representados pela União Nacional dos Estudantes – UNE, como foco de resistência ao Regime Militar e pelo movimento de modernização do ensino superior no Brasil.

Dos seminários e de suas propostas, fica evidente a posição dos estudantes, através da UNE, de **combater o caráter arcaico e elitista das instituições universitárias (grifo meu)**. Nesses seminários são discutidas questões relevantes como: a) autonomia universitária; b) participação dos corpos docente e discente na administração universitária, através de critérios de proporcionalidade representativa; c) adoção de regime de trabalho em tempo integral para docentes; d) ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas; e) flexibilidade na organização de currículos (FÁVERO, 1994, p. 150-151).

Esses movimentos reformistas, que ocorreram às vésperas do golpe militar de 1964, nascidos junto ao movimento estudantil, contaram com um contingente significativo de professores que aderiram à causa. As propostas reformistas tomaram forma “nas Cartas da Bahia, do Paraná e de Minas Gerais, elaboradas nos seminários nacionais de reforma universitária promovidos pela UNE em 1961, 1962 e 1963, respectivamente” (CUNHA, 2000, p. 175).

Neste período, pode-se evidenciar a força do movimento estudantil na busca por melhores condições no ensino superior. Tendo como concepção a educação sendo um direito de todos devendo ser incentivada pelo Estado, os estudantes buscavam a autonomia das instituições e aumento do poder de voto e decisão, para alunos e professores, nos respectivos órgãos deliberativos. Dentre as propostas reformistas, já existiam, na época, proposições ainda atuais que demandam pesquisa, análise e melhoria das políticas governamentais e institucionais como a criação e melhoramento de planos de assistência aos estudantes, programas de bolsas de estudo, alimentação, alojamento, trabalho remunerado, incentivo à pesquisa científica, artística e filosófica dentre outros. Estas mudanças seriam, portanto, essenciais para a diminuição do poder daqueles que o detinham dentro das instituições de ensino à época. Estes por sua vez, vinham reproduzindo a "estrutura colonial e alienada em fase de superação" (CUNHA, 2000, p. 176).

Cabe salientar o forte senso político, crítico e revolucionário destas propostas oriundas das Cartas dos Seminários do Paraná e de Minas Gerais, que, de forma radical, entendiam a reforma universitária como uma possibilidade de transformação social no momento em que esta colocaria a universidade como líder propositora das mudanças necessárias para a construção de

uma sociedade mais justa e igualitária. De acordo com Luiz Antônio Cunha (2000), o papel da universidade somente poderia ser entendido como o de preparação da vanguarda intelectual revolucionária.

Essas correntes empolgavam-se com a tese de um professor catedrático da Universidade do Brasil, o filósofo Álvaro Vieira Pinto, para quem a luta pela reforma universitária estaria sendo travada mais fora da universidade (nos comícios de camponeses, por exemplo) do que dentro dela. O que o movimento estudantil deveria fazer era engajar-se diretamente nas lutas de todo o povo, a reforma universitária seria mais uma consequência delas do que um fator de seu impulso. Assim, definindo-se a si próprios como vanguarda consciente e letrada do povo, os estudantes deveriam se empenhar na educação deste para as mudanças que estavam se processando. Os movimentos de educação de adultos, em geral de alfabetização, receberam numerosos voluntários, ávidos por transformar o povo analfabeto num eleitorado consciente de seus interesses, visando as eleições presidenciais previstas para 1965 (CUNHA, 2000, p. 177).

As ideias de transformação social e a busca por melhores condições de vida da sociedade como um todo, após a visualização de suas injustiças, foram determinantes para a mobilização destes estudantes à época.

2.4 Pós 1964, o movimento do ensino não estatal

O golpe militar de 1964, viria impor regras e restrições aos movimentos sociais, religiosos, raciais, estudantis dentre outros. Estas restrições tinham por objetivo vetar quaisquer ações, manifestações ou propagandas político-partidárias que pudessem ir contra as ações do governo. Santos e Cerqueira, (2009, p. 5), apontam que estas determinações, no entanto, provocariam uma forte onda de manifestações por parte dos estudantes, culminando em passeatas e embates entre alunos das universidades públicas e representantes dos setores privados apoiadores do regime militar opressor. O ano de 1968 seria marcado pelas reivindicações em todo o país na busca por mudanças sociais, políticas e culturais, este ano se encerraria com a liquidação do movimento estudantil por parte do governo militar.

Oliven (2002) trata da Reforma Universitária de 1968, (Lei nº 5540/68) descrevendo que a mesma trouxe profundas transformações para o sistema de ensino superior no país, dentre as principais destacam-se a criação de departamentos, sistemas de crédito e o vestibular classificatório. O exame vestibular, por sua vez, deixou de ser eliminatório, passando a ser de função classificatória. A reforma determinou, dentre outras mudanças, a indissociabilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão e o regime em tempo integral para professores. Este sistema

propiciou a valorização do pessoal docente através da sua titulação e produção científica, o que, criou as condições propícias para o desenvolvimento do ensino superior no país.

Embora a reforma tenha sido objetivada em primazia para as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES acabou atuando diretamente no setor privado, sendo que estes dependiam do governo e seus subsídios como forma de manutenção. Ainda com relação a isso, a autora relata que as IES privadas, procuraram se adaptar às orientações da Lei, o que contribuiu no processo de expansão do ensino superior, especialmente neste setor.

Como a pressão pelo aumento de vagas tornava-se cada vez mais forte, logo após 1968, ocorreu uma expansão do setor privado, que criou inúmeras faculdades isoladas, nas regiões onde havia maior demanda, ou seja, na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos. Essa expansão do sistema ocorreu com a aquiescência do governo e, no ano de 1980, mais da metade dos alunos de terceiro grau estava matriculada em estabelecimentos isolados de ensino superior, sendo 86% em faculdades privadas. No ano de 1981, o Brasil contava com 65 universidades, sete delas com mais de 20.000 alunos. Nesse mesmo ano, o número de estabelecimentos isolados de ensino superior excedia a oitocentos, duzentos e cinquenta dos quais com menos de 300 alunos. As novas faculdades isoladas não eram locus de atividades de pesquisa, dedicando-se, exclusivamente, ao ensino (OLIVEN, 2002, p. 34).

Rossato (2005, p. 146-147), aponta os processos de crescimento no ensino superior visualizados em números de matrículas e seus respectivos períodos. Ilustra-se na tabela abaixo alguns destes apontamentos:

Tabela 2 - Matrículas de alunos.

Ano	Matrículas
1960	96 691 alunos
1970	425 578 alunos
1980	1 377 286 alunos

Fonte: Rossato, 2005.

Ainda conforme o autor, outro dado complementar diz respeito ao número de matrículas nas IES particulares no mesmo período, em 1960, o qual era correspondente a 43,5% do total de alunos matriculados no país, passou para 62,4% no ano de 1980. Ou seja, de cada três alunos universitários, quase dois estavam em IES privadas.

Apesar da implantação e do aumento do número de instituições públicas gratuitas, o que se pode afirmar é que o ingresso ainda continuava sendo um privilégio de uma parcela da população com melhores condições financeiras, tendo em vista que a maioria das IES públicas estavam dispostas nas capitais dos estados, dificultado que os estudantes do interior ingressassem e pudessem se manter nas mesmas.

O processo de vestibular tinha tal exigência que apenas os alunos oriundos de escolas particulares ou vindos de cursinhos conseguiam obter a aprovação, o que, de certa forma, continua sendo uma realidade excludente, em especial nas instituições públicas. Nestas, todos os cursos eram diurnos, o que impedia o ingresso de estudantes trabalhadores. Dessa forma, mais uma vez, apesar do crescimento do número de instituições as dificuldades para o acesso permaneciam enormes.

Rossato (2005) realça que devido às reformas no ensino superior que vinham decorrendo das últimas décadas, o governo federal precisou buscar formas de incentivo para a criação de IES. Não apenas nas capitais e cidades médias, também era necessário o crescimento nas cidades de pequeno porte, este, porém, viria de acordo com as relações e interesses políticos vigentes da época.

Sobre isto, exemplifica-se o ocorrido na criação da Universidade de Cruz Alta no ano de 1988, como Dorneles (2009, p. 250) retrata:

O movimento pela criação da Universidade intensifica-se em 1988. Nesse ano, um Ato Presidencial cria a Fundação Universidade de Cruz Alta, Instituição a ser mantida com verbas públicas federais, que é vetado. Através de um novo Decreto Presidencial, o de número 97.000, de 21 de outubro de 1988, assinado por Ulysses Guimarães, Presidente da República, em exercício, a APROCruz transforma-se em Fundação Universidade de Cruz Alta, instituição de direito privado, mantenedora da Universidade de Cruz Alta.

O caso da Unicruz ilustra as entrelinhas que ocorreram em meio ao processo de expansão e crescimento das universidades no Brasil, este em específico foi permeado por interesses políticos da época que não possibilitaram a federalização da instituição, transformando, ainda no mesmo ano, em instituição de direito privado. Mais tarde a mesma viria a ser reconhecida como instituição Comunitária.

Ainda de acordo com Rossato (2005), o crescimento das IES representa-se no número de matrículas efetivadas e na criação de novas instituições: “passou-se de 260 IES em 1960 para 441 em 1968; para 756 em 1972 e 843 em 1974” (ROSSATO, apud, BRASIL, 2005, p. 147). No

entanto, cabe sobrelevar que neste ano existiam apenas 57 universidades no país, o crescimento, portanto, deu-se através da criação de estabelecimentos isolados. Vale frisar outros dados pertinentes a temática:

Além dos dados mencionados, deve-se destacar uma forte interiorização do ensino superior, a abertura de novas áreas, bem como, a partir de 1970, a implantação da pós-graduação. Assim, em 1980, o Brasil contava com 1 377 286 estudantes universitários, 865 IES, das quais apenas 63 eram universidades. Nos anos seguintes, houve um forte processo de aglutinação de IES isoladas ou faculdades, que passaram a se reunir para se constituírem em universidades. Essas cresceriam significativamente na década de 1980 e 1990.

Até então, neste período, é predominante a existência de cursos diurnos, tanto nos IFES quanto nas demais IES. Ainda com os reflexos do processo de reforma e expansão do ensino superior, e, apesar das transformações políticas e da crise econômica na década de 1980, o que culminaria na nova Constituição de 1988, surgiu a oportunidade de o setor privado abarcar um mercado que clamava por oportunidades, os cursos noturnos.

A oferta de cursos superiores na modalidade diurna, era, até então, uma das formas de segregação social fortemente enraizada nas IES públicas e privadas. A população trabalhadora se via impossibilitada de buscar novos horizontes através da educação superior pelos impedimentos econômicos que isto causaria. Jovens e adultos com menos recursos não tinham disponibilidades financeiras nem tempo para os estudos, pois, seu sustento e de sua família dependiam do trabalho que, na maioria das vezes, coincidia com os horários dos cursos ofertados. Vale salientar que este processo ainda existe em alguns cursos, especialmente em IFES, ocasionando o não acesso de pessoas que necessitam de disponibilidade de horas para trabalhar. Sobre isto, Santos e Cerqueira, (2009, p. 6), apontam:

No período, verificou-se uma expansão dos cursos noturnos, que, dentre outros objetivos, são criados para atender a uma nova demanda. Concentra-se no setor privado e se revela numa oportunidade mais fácil de ingresso em setores da sociedade já inseridos no mercado de trabalho, impossibilitados de frequentar cursos diurnos. Em 1986, 76,5% das matrículas no ensino superior se concentravam no setor privado. As universidades federais resistiam à implementação de cursos noturnos, com um percentual de apenas 16% das matrículas. Começa uma grande competitividade entre as instituições privadas, provocadas, principalmente, pela escassez de candidatos, no que as universidades e os grandes estabelecimentos levam vantagem em relação às faculdades menores.

2.5 Constituição Federal de 1988 e as IES Comunitárias

Deve-se salientar a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, chamada a Constituição Cidadã, e as disputas que a antecederam, estas promovidas por várias associações da sociedade civil que contribuíram na criação da Lei.

Nos debates que antecederam a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 várias associações da sociedade civil estiveram presentes. De um lado, estavam aquelas que se identificavam com os interesses da educação pública, que se opunham aos grupos privatistas. Sua luta procurava assegurar verbas públicas, exclusivamente, para as instituições públicas governamentais. Esse grupo posicionava-se a favor do ensino público laico e gratuito em todos os níveis. De outro lado, os grupos ligados ao setor privado, interessados em obter acesso às verbas públicas e diminuir a interferência do Estado nos negócios educacionais. A Constituição Federal estabeleceu um mínimo de 18% da receita anual, resultante de impostos da União, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino; assegurou, também, a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais em todos os níveis e criou o Regime Jurídico Único, estabelecendo pagamento igual para as mesmas funções e aposentadoria integral para funcionários federais. Em seu artigo 207, reafirmou a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das universidades (OLIVEN, apud UFRGS, 2002, p.36).

Apesar do clima oposicionista nos debates entre público X privado, a regulação do ensino superior nestas esferas atingiu um equilíbrio que se expressa nos dias atuais como sendo complementares na conjuntura política vigente desde então. O setor privado, representado pela sociedade civil, fortaleceu-se nesta época tomando sua parcela de responsabilidade para o cumprimento da constituição federal de 1988 que em seu artigo 205 determina:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Os debates sobre os rumos da educação não pararam em 1988, os anos 1990 foram marcados pela promulgação da Lei 9.394/96 que define a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional – LDB. Esta elogiada por uns e criticada por outros, traz de acordo com Lampert (1999), um retrocesso com relação aos acordos efetivados na Constituição Federal de 1988. A Lei, que trata de todos os níveis de educação do básico ao superior, trouxe poucas melhorias no que diz respeito à qualidade do ensino para os ditos “já socialmente marginalizados”. Ainda segundo o autor:

Com relação à educação superior, a Lei nega o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e subordina as IES a um modelo econômico e aos interesses dos setores hegemônicos (LAMPERT, 1999, P. 43).

Lampert aponta que a universidade deve buscar reformular-se, abandonando o papel de instrumento reprodutor dos interesses das elites para tornar-se autônoma, cumpridora de seu papel de instituição transformadora abarcando o trinômio ensino-pesquisa-extensão alterando assim o *status quo* da sociedade.

Por outro lado, a aprovação da LDB determinou a diferenciação das IES por tipificação de categoria. Para obtenção do *status* de “Universidade”, as instituições deveriam exercer a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disto, a Lei implantou o processo de avaliação das instituições e a necessidade do credenciamento periódico das IES. Neste cenário, segundo (Santos, Cerqueira, 2007, p. 7):

Criou-se o Exame Nacional dos Cursos, o conhecido Provão, que a princípio, encontrou forte resistência entre as instituições privadas e de alunos e professores do setor público. Com os primeiros resultados, ganhou em parte a simpatia das instituições do setor público, já que os cursos mais bem classificados a elas estavam vinculados.

Cunha (2000) destaca que as principais contribuições do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, voltadas para o Ensino no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, foram: a criação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, este como alternativa ao exame vestibular, vigente desde a legislação de 1910; a ampliação do poder e autonomia universitária; a fiscalização das IES e a criação de um sistema unificado de avaliação das instituições.

A partir de 2003, com início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cria-se uma grande expectativa, com ascensão de um governo popular democrático crescem as expectativas da sociedade por mudanças. Uma das primeiras iniciativas desse governo foi a implantação do Decreto de 20 de outubro de 2003 que

institui Grupo de Trabalho Interministerial – GT encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES” (Brasil, 2003). O GT, deveria “analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES (SANTOS; CERQUEIRA, 2007, p. 7).

Gentili e Oliveira (2013) trazem destaque para a criação do ProUni que por meio da Lei n. 11.096/2005, estabelece a concessão de bolsas de estudo integrais (100% de desconto sobre o valor das mensalidades) e parciais (50% e 25% de desconto) em instituições privadas e comunitárias de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, para estudantes de baixa renda. Para a concessão de bolsa de estudos integral, os alunos devem comprovar renda bruta familiar, *per capita* não maior que 1,5 salário-mínimo sendo pré selecionados através da nota no ENEM. Sobre esta política, vamos retomar mais adiante.

A Lei de 1996 traz em seu corpo a clara dicotomia entre público e privado, onde, cabe destacar as IES comunitárias, parte importante deste estudo. No texto, artigo 20, a Lei diz:

As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: (...) II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Prosseguindo:

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que: I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto; II - apliquem seus excedentes financeiros em educação; III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades; IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos. § 1º. Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local. § 2º. As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases reconhecer as instituições comunitárias como parte no processo de democratização do ensino superior, estas ainda seguiam categorizadas junto às instituições privadas, que possuem interesses distintos com finalidades quase opostas. É de grande valia aprofundarmos os conceitos relativos às instituições comunitárias, seu surgimento e especificidades, além da luta travada por estas instituições na busca pelo reconhecimento jurídico e legal.

Longhi (2000) descreve que para obter uma leitura acerca dos primórdios das origens das universidades comunitárias é necessário analisar o sentido de resistência e luta destas instituições, resistência esta que não deseja, simplesmente, globalizar-se, mas, sim, obter sua identidade e reconhecimento junto ao governo e a sociedade. Este processo parece avançar através da força e da mobilização destas, que representadas pelo Consórcio de Universidades Gaúchas – COMUNG obteve avanços significativos no processo de construção de uma identidade.

Schmidt e Campis (2009) destacam que o conceito de universidade comunitária surge na década de 1980, ainda durante as assembleias constituintes que deram origem à Constituição de 1988. Na época o tema foi trazido à tona por seus dirigentes que buscavam reconhecimento legal e apoio de recursos públicos em virtude das características distintas deste segmento no que se refere à importância social destas instituições. Estas surgem ainda na década de 1950, resultantes da mobilização de comunidades regionais na busca de suprir a carência do Estado no provimento de uma educação superior próxima e de qualidade. Elas formam, ainda nos dias atuais, o maior sistema de educação superior dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, organizadas em diversas associações tanto em nível estadual, sendo o COMUNG e a Associação Catarinense de Fundações Educacionais – ACAFE, e em nível nacional, sendo a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias – ABRUC. Há também outras instituições comunitárias localizadas em demais estados do país.

Estas instituições destacam-se claramente como tendo características público-não-estatal e suas particularidades são:

a) sua criação foi impulsionada por um conjunto de organizações da sociedade civil e, em alguns casos, de órgãos públicos, a quem pertence o patrimônio (mantenedora); b) não têm fins lucrativos, sendo os resultados econômicos reinvestidos na própria universidade; c) têm profunda inserção na comunidade regional, interagindo com os seus diversos segmentos; d) os órgãos deliberativos superiores são integrados por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos administrativos) e da comunidade regional; e) os dirigentes (Reitoria) são professores da universidade, eleitos pela comunidade acadêmica e por representantes da comunidade regional; f) a forma jurídica da mantenedora é a de fundação de direito privado, de associação ou de sociedade civil; g) o controle administrativo e da gestão financeira é feito pela mantenedora; h) o patrimônio, em caso de encerramento das atividades, é destinado a uma instituição congênera (SCHMIDT, CAMPIS, apud SCHMIDT, 2009, p. 29).

Na busca por soluções que possibilitem o avanço na temática das ICES, Longhi (2000) aponta que continuar na resistência à defesa de uma identidade poderia ser um dos caminhos trilhados à procura de avanços. Para isto, é necessário buscar o apoio e a mobilização de todos os segmentos da sociedade, a aplicação de recursos no social, à ampla fiscalização e transparência das práticas e o foco para a comunidade regional, devem ser consideradas prioridades para o alcance dos objetivos e para obtenção do reconhecimento desejado. Sendo assim, a autora relata a necessidade de concretizar a prática proferida nos discursos:

Ser comunitária é um compromisso que precisa ser assumido pela gestão da instituição nos mais diversos escalões. É necessário que represente um desejo coletivo dos envolvidos, significando que a instituição assuma essa direção como prioridade e ordene suas ações nessa perspectiva. Certamente, apesar de essas instituições estarem caminhando nessa perspectiva, precisam ainda ser mais discutidos e fortalecidos programas de extensão e linhas de pesquisa, programas de pós-graduação lato e stricto sensu e as próprias diretrizes curriculares (LONGHI, 2000, p. 15).

A autora destaca o papel de suma importância assumido por estas instituições, que em muitas comunidades, são colocadas como única possibilidade de acesso ao ensino superior. “Preenchemos o vazio gerado pela ausência do ensino estatal nesse nível. Nossas comunidades não permaneceram imóveis na expectativa paternalista, aguardando que o Estado suprisse tal lacuna” (LONGHI, 2000, p. 15).

Neste sentido, faz-se necessária a separação entre entidades comunitárias x privadas, ressaltando as peculiaridades presentes entre estas. Destacam-se nas comunitárias o controle social, a prestação de contas à sociedade e ao poder público, a ênfase no desenvolvimento regional e a inexistência de fins lucrativos.

O reconhecimento de que fala Longhi (2000) tem seu desfecho após batalha travada pelos representantes das ICES o que originou a Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013 que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES. A Lei é um marco recente e promete traçar um novo paradigma referente ao futuro destas instituições e suas lutas sociais, as quais fazem parte desde os primórdios das referidas instituições.

A Lei das ICES, traz em seu Art. 1º, as Instituições Comunitárias de Educação Superior como sendo organizações da sociedade civil brasileira que possuem, cumulativamente, as seguintes características:

I - estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público; II - patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público; III - sem fins lucrativos, assim entendidas as que observam, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; b) aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; c) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão; V - transparência administrativa, nos termos dos arts. 3o e 4o; V - destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênera (LEI Nº 12.881, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013).

Um marco importante na regulação das ICES encontra-se no artigo segundo da Lei 12.881, que trata das prerrogativas e traz como possibilidades destas “ter acesso aos editais de órgãos governamentais de fomento direcionados às instituições públicas” e ainda “receber recursos orçamentários do poder público para o desenvolvimento de atividades de interesse público”. Esta é uma das grandes conquistas trazidas com a Lei, a possibilidade de executar, agora de forma remunerada, ações de interesse público para a promoção do desenvolvimento regional e das ICES.

Na luta pela democratização do ensino superior de qualidade, amplo e irrestrito, destaca-se a Universidade de Cruz Alta – Unicruz, instituição comunitária de Ensino Superior localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, como sendo executora das políticas de acesso e permanência no Ensino Superior com destaque para o Programa Universidade para todos – ProUni.

3 OS DESAFIOS DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE

O presente capítulo inicia com um panorama geral em relação às transformações ocorridas no ensino superior, a dicotomia público/privado, as políticas públicas como possibilidades de superação inseridas em um cenário de desigualdades e alguns dados relacionados a índices de educação.

Em seguida, delimita-se a Universidade de Cruz Alta, ambiente onde se desenvolve a pesquisa, sua história, inserção regional e seu papel enquanto órgão promotor do desenvolvimento social e econômico da região onde está inserida. Após isso, traz-se o ProUni, sua caracterização, surgimento e relação com a Unicuz enquanto entidade executora do programa e, por fim, o percurso metodológico da pesquisa, métodos, técnicas, instrumentos e sujeitos desta.

3.1 As políticas públicas como possibilidade de transposição do sistema

Santos e Filho (2008) trazem em sua obra, “A Universidade no Século XXI: Para uma Nova Universidade”, um amplo relato a respeito dos processos de transformação da universidade, seu histórico, a crise dos últimos 30 anos, a correlação pública/privada e alguns apontamentos acerca do que seria esta Nova Universidade, tida como um projeto de Estado, que deve, a partir deste, tomar as rédeas para uma reforma social mais ampla.

Conforme, Santos e Filho, apud Santos (2008), a universidade pública vem passando por um processo de desresponsabilização do Estado, crise esta que teve início na época das ditaduras, em países da América Latina, com a redução da autonomia das mesmas e da proibição da produção e disseminação do pensamento crítico. O avanço da crise estendeu-se ao período democrático com a ampliação do sistema neoliberal, que, por sua vez, contribuiu para um

processo de expansão das universidades privadas e, tal qual a instituição alvo deste estudo, as comunitárias.

Em alguns países, havia uma tradição de universidades privadas sem fins lucrativos, as quais, aliás, com o tempo, tinham assumido funções muito semelhantes às públicas e gozavam e gozam de estatuto jurídico híbrido, entre o privado e o público. Também elas foram objeto da mesma concorrência por se considerar a sua natureza não lucrativa não permitia a sua expansão (SANTOS, FILHO apud SANTOS, 2008, p. 19).

O autor acrescenta que estes processos são resultantes das transformações do ensino superior voltadas para suprir fins do mercado, não de cidadania, e agora como um bem de consumo a que poucos teriam acesso. Destaca-se na análise do autor, o caso do Brasil, que tem como particularidade a situação em que, na grande maioria, àqueles que conseguem almejar uma vaga no ensino público gratuito são alunos oriundos das classes mais altas da sociedade.

Essa lacuna estende-se pelos últimos 20 anos, no caso do Brasil, entende-se que uma das possibilidades de transposição deste cenário foram e são as políticas públicas, que podem transpor esta lógica de mercado que exclui a maior parcela da população do acesso ao ensino superior. Para se compreender isto, é necessária uma reflexão acerca das possibilidades identificadas para o rompimento destas práticas.

O debate sobre políticas públicas pressupõe como ponto de partida a ótica voltada para uma sociedade mais justa e igualitária. As relações de luta que surgem em meio a esse debate são historicamente mais fortes e organizadas junto às classes sociais dominantes e, não por acaso estas são as detentoras das formas de dominação e, na maioria das vezes, legisladoras do poder público. Zitkoski (2000) aponta que o rompimento destes processos deve ocorrer a partir de um empoderamento político dos oprimidos, para desestruturação do sistema social opressor em busca de uma nova sociedade mais humana e digna para todos. A tomada de consciência, de que as políticas públicas e o acesso a bens e serviços é um direito, deve ser o “impulso fundante desta utopia”.

A utopia política de libertação dos oprimidos, que historicamente têm sofrido as consequências das práticas políticas alienantes promovidas pela elite dominante, é o ponto de partida para fundamentar um novo projeto de sociedade enquanto superação da atual realidade sociocultural. Dos seres humanos que estão à margem das estruturas fundantes do sistema social opressor é que se pode esperar a alternativa e/ou o novo na história (ZITKOSKI, 2000, p. 223).

Neste processo de libertação que o autor traz, destaca-se a educação como sendo ponto de partida para transformação social e garantia de cidadania. A UNESCO aponta alguns dados em nível mundial que demonstram um panorama preocupante:

A educação é um direito humano fundamental e é essencial para o exercício de todos os direitos. Mesmo assim, existem ainda cerca de 774 milhões de analfabetos no mundo, e cerca de 57 milhões de crianças ainda se encontram fora da escola primária, e muitos jovens e mulheres e homens adultos continuam sem aprender o que precisam saber para dirigir suas vidas com saúde e dignidade. Devido a uma combinação de fatores – como pobreza, disparidade de gênero, isolamento geográfico e situação da minoria – a qualidade da educação é um sonho distante para muitos, sobretudo para meninas de famílias pobres de áreas rurais. Elas estão entre as crianças que enfrentam as maiores barreiras de acesso à educação. Uma das principais responsabilidades da UNESCO é defender o direito de toda menina e menino, e de todo homem e mulher jovem e adulto, a ter educação de qualidade ao longo da vida – independentemente da definição (formal, não formal ou informal) (UNESCO, <http://www.unesco.org>. Acessado em 12/05/2015).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, no ano de 2013, apenas 15,29% da população brasileira entre 25 e 34 anos tinham concluído ensino superior. Estes dados demonstram o pior índice entre os 38 países avaliados. A média entre os demais países é de 40,53% da população com ensino superior dentro desta faixa etária, o melhor índice é da Coreia do Sul com 67,14%.

Em relação ao número de brasileiros matriculados em cursos de ensino superior, no ano de 2012, na faixa etária entre 20 e 29 anos era de 21,72% contra 28,41% comparado aos demais países (OCDE, 2015).

A atual sociedade globalizada, predominantemente capitalista, onde diferentes culturas interagem afetando-se direta ou indiretamente, determina os rumos do mercado, gerando riquezas por muito para poucos e, assim, ampliando o sistema de crescimento e dominação do capital.

Ianni (2013) argumenta que este sistema de produção capitalista, predominante no século XX, não surgiu de repente, esta transformação estende-se por décadas e séculos. O mercantilismo, o capitalismo comercial ou acumulação originária ligaram e instauraram as primeiras formas de globalização e relações de comércio e exploração entre as sociedades. O trabalho escravo e o sistema predatório implantados nas colônias relacionaram, pela primeira vez em grande escala, europeus, africanos, aborígenes e outros povos através das relações comerciais de produção de mercadorias e geração de mais-valia o que impulsionou as revoluções industriais em curso na Europa.

Foi assim que se formaram as nações asiáticas, da mesma maneira que as americanas e africanas, nos moldes das europeias. Multiplicaram-se as nações pelo mundo afora, sempre segundo os parâmetros estabelecidos pelos europeus, os países dominantes, as metrópoles. Sempre na onda ampliada do capital, compreendendo a concentração e a centralização deste capital, em escala local, regional, nacional, continental e internacional. Um processo civilizatório universal (IANNI, 2013, p.36).

Esse processo civilizatório criou lacunas na sociedade onde nações se dividem de acordo com o poderio econômico e a força de dominação. Esta constatação feita por Ianni (2013) nos permite também, analisar em escala nacional quais foram as consequências locais deste processo já firmado em escala mundial.

Em uma escala menor, as relações entre as diferentes classes sociais e pessoas de uma determinada nação reproduzem o sistema mundial globalizado das relações impostas pelo sistema dominante capitalista. Se no mundo atual países de primeiro mundo exploram recursos e força de trabalho de outros menos desenvolvidos, em nível mais micro a relação entre as classes sociais se estabelece de forma parecida, quando as dominantes exercem poder com o domínio do capital e das formas de reprodução deste.

Boaventura de Souza Santos (2007) traz reflexões acerca deste distanciamento de classes e ilustra seu pensamento exemplificado através do que ele considera as Linhas Globais. Na modernidade teríamos o Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha, como sendo a primeira linha global estabelecida. Estas linhas separam classes, culturas, pessoas, sociedades, governos e são desenhadas a partir de movimentos hegemônicos de manifestação de poder e submissão entre as partes. O autor traz como exemplos os colonizadores e os povos selvagens, o velho mundo e o novo mundo e outras oposições, que se estabelecem sob formas violentas implicando a destruição física, material, cultural e humana do mais fraco.

Em Santos (2013, p. 37 - 39), é abordada esta temática das relações sociais, considerando o sistema mundial e definindo isto como sendo uma “Globalização Perversa”. A unificação do planeta cria novas técnicas e formas de relacionamento. Estas são adotadas pelas pessoas em suas relações que reproduzem esta perversidade nas interações pessoais. Ele fala de uma dupla tirania exercida pelo dinheiro e pela informação que formam as bases do sistema ideológico imposto nos dias atuais ocasionando uma violência estrutural, esta reproduzida por pessoas, empresas e estados.

Dentro desse quadro, as pessoas sentem-se desamparadas, o que também constitui uma incitação a que adotem, em seus comportamentos ordinários, práticas que alguns decênios atrás eram moralmente condenadas. Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social (SANTOS, 2013, p. 38).

A fragilidade deste sistema de relações proporciona uma problemática incrustada na sociedade em que vivemos, onde predomina uma cultura individualista nos sujeitos e nas classes sociais que pode ser transpassada ou mediada com a implantação de políticas públicas. Os programas de acesso e permanência no Ensino Superior em instituições privadas e comunitárias são um exemplo destas políticas. Assim sendo, delimitamos o Programa Universidade para todos – ProUni na qualidade de amostra para o desenvolvimento do presente estudo.

3. 2 A Universidade de Cruz Alta no contexto das políticas públicas

3.2.1 Caracterização, inserção regional e trajetória

A Universidade de Cruz Alta – Unicruz está inserida no contexto histórico da Região desde a década de 1940:

Em 19 de abril de 1947, um grupo de oito professores leigos da Escola Técnica de Comércio Santíssima Trindade, a convite do Sr. José Dell’ Aglio, e atendendo ao chamado da direção desta escola reuniu-se em sua residência, casa em que o escritor Érico Veríssimo nasceu e hoje museu municipal, para deliberarem sobre a elaboração de um estatuto que definiria as normas para a fundação de uma associação, que viria a ser denominada Associação de Professores da Escola Técnica de Comércio Cruz Alta (BRONZATTI, 2002; p 73, 74).

O começo, ainda com poucos recursos, foi impulsionado pelo empreendedorismo destes professores. Naquela época, a universidade se desenhava com uma vocação voltada para a comunidade local e regional, para o desenvolvimento humano e social da população. O conceito de universidade comunitária era algo distante daquela realidade, mas na prática, estes preceitos já norteavam o fazer institucional.

A Associação dos Professores da Escola Técnica do Comércio de Cruz Alta, cujo patrimônio passou a ser constituído por recursos financeiros dos próprios professores e por bens móveis e imóveis buscados junto à comunidade. Constituíram também um pequeno capital de giro através da venda de títulos emitidos pela Associação. Tem-se,

portanto, não só o embrião da Universidade, mas a emergência de um modelo onde público e privado se confundem na busca de espaços educacionais capazes de atenderem às demandas da sociedade. Até a criação da Fundação Universidade de Cruz Alta se instalaram conflitos decorrentes exatamente dessa ambiguidade entre o público e o privado, prevalecendo, entretanto, hoje o caráter de instituição que trabalha pelos interesses comunitários (DORNELES, 2009, p. 249).

Em 1948 a Escola já possuía três turmas do Curso de Contabilidade respectivamente no 1º, 2º e 3º ano num total de 81 alunos. Ainda nesse ano, o Serviço Nacional do Comércio – SENAC realizou convênio com a instituição para ministrar cursos de Prática em Comércio e Datilografia. A Escola teve boa aceitação por parte da população e em 1956 ampliou seu espaço físico tornando-se referência no estado na formação de profissionais contabilistas (BRONZATTI, 2002).

Em 1958, passou a denominar-se Associação dos Professores de Cruz Alta - APROCruz. Estas alterações ocorreram com o objetivo de, posteriormente, implantar um curso superior. A partir disto em 1959 surgiu a Faculdade de Ciências Econômicas, “motivo de grande orgulho na cidade, conforme transcrição que encontramos em jornal da cidade” (BRONZATTI, 2002; p 84):

Quando o historiador do futuro, escrever a história da Universidade de Cruz Alta, deverá voltar às vistas, para esse trabalho diário, diuturno, árduo, quase diríamos gigantesco, para a implantação do ensino superior especializado e superior em Cruz Alta, vencendo a descrença de uns, o pessimismo de outros, para frutificar em vitoriosa maturação (Jornal Diário Serrano, 1969, apud BRONZATTI, 2002).

Ainda, segundo a autora, na década de 1960, foi criada a Faculdade de Direito e posteriormente se obteve a autorização para funcionamento de novos cursos superiores. Com isso, houve a transformação dessas Faculdades Isoladas em uma Universidade. Este era um antigo desejo da comunidade cruz-altense que se concretizou através do Decreto 97000/88, de 21/10/88, que criou a Fundação Universidade de Cruz Alta, desencadeando as ações necessárias para a efetiva instalação da Universidade (UNICRUZ, 2010).

O Parecer CFE 582/89, de 7/07/89, aprovado denomina a mesma como uma Instituição Particular de Ensino Superior, de caráter social e comunitário, de domínio da coletividade, que nos termos da lei, tem como objetivo principal:

O desenvolvimento das Ciências, Letras, Artes, Filosofia e Ciências Humanas; a formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho demandado pela

sociedade; a qualificação acadêmica de pesquisadores e cientistas; e a preservação e promoção da cultura e bem comum (UNICRUZ, 2013).

De acordo com Machado (2015), a efetiva instalação da universidade se materializou através da portaria do MEC nº 1.704, de 3 de dezembro de 1993. Após isso, houve uma importante expansão institucional, tanto nas instalações físicas com o aumento de prédios para as salas de aula, laboratórios, construção da Biblioteca e Centro de Convivência, quanto na criação de diferentes cursos nas diversas áreas de conhecimento. No ano de 2000, a Unicruz possuía um número de aproximadamente 6000 alunos e 28 cursos de graduação.

Em 2005, a Universidade passa por um momento conturbado com o afastamento dos gestores da instituição através da deflagração da Operação Toga, processo este instaurado em virtude de uma crise financeira e pedagógica, tendo em vista a apuração de diversos delitos, tais como: apropriação indébita, estelionato, fraudes contábeis, 17 cursos sem reconhecimento, ou sem renovação de reconhecimento junto ao Ministério da Educação – MEC, assim como outros crimes desvelados através de uma Força-Tarefa do Ministério Público.

Esse desfecho ocorreu porque no segundo semestre de 2005, um movimento desencadeou-se na Unicruz, primeiramente organizado pelos professores, funcionários e alunos, e, mais tarde, teve o apoio da comunidade local e regional, bem como de seus políticos, objetivando dar um basta aos desmandos e à má gestão. Isso demonstrou concretamente o grau de conhecimento, politização, capacidade de crítica, de análise à ação, resistência, ou seja, foi um movimento de práxis educativa. Para essa participação, os professores e funcionários acreditaram na sua capacidade de mobilização, e, embora sendo uma instituição particular, não tiveram receio de retaliações.

A comunidade universitária foi à luta. Foi à luta não só por condições dignas de trabalho, de salário em dia, de aprendizagem, mas também pela ética, pelo compromisso e pela responsabilidade com a coisa pública. Foi à luta por acreditar na missão da Instituição, que traz como forte significado a dimensão humana do conhecimento e a capacidade de “[...] contribuir com a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável” (PDI, 2014). Dessa forma, mostrou a importância do coletivo, da capacidade de organização do grupo, e, da necessidade de, enquanto comunidade acadêmica “fazer a diferença” e possibilitar à comunidade local e regional uma educação superior com qualidade.

Com manifestações no campus, passeata pelas ruas da cidade e acampamento em frente à Reitoria, não se permitiu a entrada de seus governantes no período mais crítico da crise. Com a saída da gestão temerária, foi instaurada uma administração judicial responsável pelo processo de reestruturação institucional. A partir daí começou-se a projetar os novos rumos para a Unicruz. Ainda, no final de 2005, realizou-se um Seminário com a comunidade acadêmica com o objetivo de definir metas e ações para os 10 (dez) anos seguintes.

Os profissionais, sujeitos na trajetória e que optaram por continuar na Instituição, juntamente com os gestores desse período e com os colegas professores e funcionários que foram se inserindo, procuram manter viva a luta por melhores condições de trabalho, respeito à profissão, bem como a qualidade na docência. Para isso, diversas ações foram realizadas de 2006 a 2015. Dentre elas, a reestruturação pedagógica com a construção do Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPPI; Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs; avaliação de 17 (dezesete cursos) para reconhecimento ou renovação de reconhecimento como também a avaliação institucional; implantação de 2 (dois) Programas e um Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu, bem como a separação da mantenedora e da mantida e elaboração do Estatuto da Fundação Universidade de Cruz Alta e do Estatuto da Universidade de Cruz Alta.

Em 2008, encerrou-se a administração judicial e houve a eleição do Conselho Diretor e de Reitoria, eleitos democraticamente em suas instâncias e, diferentemente de antes, desmembrando as funções de Reitor(a) e Presidente(a) da Fundação, propiciando uma gestão mais transparente e autônoma. Esse mesmo Conselho Diretor e Reitoria, com mudança apenas na Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, se reelegeu para o triênio 2012/2013.

Durante esse período, a Universidade se reestruturou enxugando gastos, renegociando as dívidas, regularizando os processos administrativos e educacionais, encerrando alguns cursos, abrindo novos cursos de acordo com a demanda e com a realidade institucional, bem como atualizando o Estatuto da Universidade 2012 e o PDI 2013.

Também, em 2013, para o triênio 2014/2016 aconteceu a terceira eleição para o Conselho Diretor e Reitoria, dando, dessa forma, continuidade e aprimorando o trabalho que vinha sendo desenvolvido e que estava estabelecido no PDI.

Nessa trajetória, desde o segundo semestre de 2005, foi de grande valor a contribuição da comunidade regional, inclusive com o apoio da campanha “100% Unicruz”. Outro fator de

destaque neste processo foi o fato da Universidade de Cruz Alta ser membro integrante do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG –, órgão responsável pela articulação dos interesses das instituições comunitárias atuantes no Ensino Superior no Brasil.

Ainda, como integrante do Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí – COREDE Alto Jacuí –, do Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto da Serra do Botucaraí, e do Pólo de Modernização Tecnológica, está presente na comunidade regional auxiliando no desenvolvimento de ações que contribuem com as áreas de pesquisa, educação, agricultura, comunicação, meio ambiente e outros. Tem por objetivo proporcionar formas de colaborar na busca conjunta de alternativas aos problemas e no “desenvolvimento qualitativo da região, através de projetos de pesquisa, ensino, extensão e prestação de serviços” (DORNELES, 2009, p. 253).

3.2.2 Os processos administrativo-pedagógicos

Desde sua criação até o ano de 2007, a Unicruz tinha um sistema organizacional em que poderiam ser exercidos pela mesma pessoa a função de Reitor da Universidade e Presidente da Fundação. Com a reforma do estatuto em 2008, estes cargos passam a ter funções distintas, contribuindo tanto no processo administrativo, participativo como de transparência institucional.

A Fundação Universidade de Cruz Alta é gerida por três órgãos: “Conselho Curador, Conselho Diretor e Conselho Fiscal. O Conselho Curador tem 26 membros, dos quais 13 representam instituições da comunidade externa a Universidade”. Este tem como atribuição eleger o Conselho Diretor, no qual o presidente do mesmo também assume a presidência da Fundação Unicruz. Ao Conselho Fiscal, compete a este fiscalizar a administração dos recursos financeiros da instituição (DORNELES, 2009, p. 252).

Lauxen (2009) evidencia a fundamental importância da articulação entre os atos da mantenedora e da Universidade como forma de garantir a plena “autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar de acordo com os termos da legislação vigente, do Estatuto da mantenedora, de seu Estatuto e Regimento Geral” (LAUXEN, 2009, p. 71-72).

A mantida, Universidade de Cruz Alta, pelo seu estatuto, aprovado e com vigências a partir de 2008, apresenta na sua estrutura administrativa e acadêmica órgãos de natureza normativa, deliberativa e consultiva, tais como: Assembleia Geral, Conselho Universitário, Conselhos de Centro e Colegiados de Curso, e órgãos de natureza

deliberativa e executiva como Reitoria, Centros, Cursos e Órgãos Suplementares (LAUXEN, 2009, p. 72).

A Reitoria, órgão executivo superior que planeja, executa, coordena e dirige as atividades universitárias é composta hoje por: Reitor, Pró-Reitor de Graduação, Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e Pró-Reitor de Administração. O Reitor e os Pró-Reitores são eleitos em chapa, devendo ter no mínimo a titulação de Mestre em programa reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES estando enquadrado como Professor Assistente no Plano de Carreira da Universidade em um mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução (ESTATUTO UNICRUZ, 2013).

Segundo Lauxen (2009), a gestão universitária estruturava-se partindo de cada uma das Vice-Reitorias organizando-se da seguinte forma: Vice-Reitoria de Graduação: Centros, Cursos, Assessorias Pedagógica, de Legislação e de Coordenação Acadêmica; Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão: Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa e Coordenação de Extensão e Assuntos Comunitários; por fim, a Vice-Reitoria de Administração: Suprimentos, Centro Tecnológico da Informação, Administração do Campus, Secretaria Acadêmica e Setor de Recursos Humanos. A partir de 2014, na atualização do Estatuto da Universidade passam a ser chamadas de Pró-Reitorias.

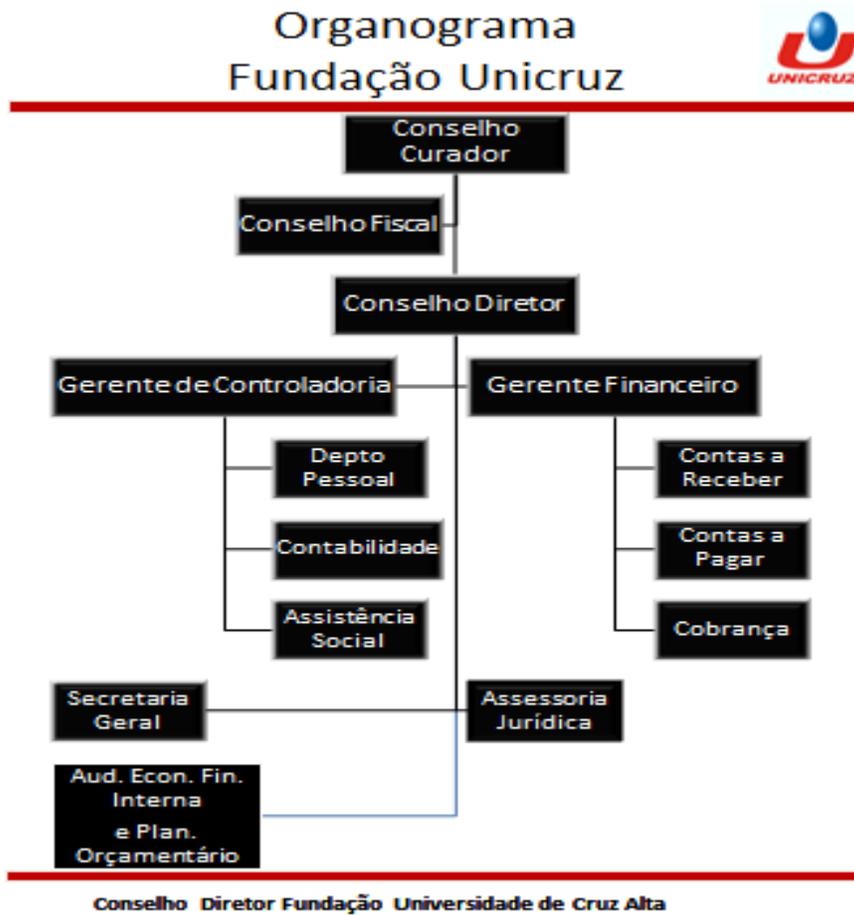
A Universidade divide-se em centros⁹ agrupando os cursos¹⁰ de acordo com as suas áreas de formação. Os centros são administrados pelo Diretor de Centro, eleito pelos professores, acadêmicos e funcionários em um mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução (ESTATUTO UNICRUZ, 2012).

⁹ Desde a aprovação do Estatuto no ano de 2012 a divisão é feita em 02 (dois) centros sendo: Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS e o Centro de Ciências da Saúde e Agrárias – CCSA.

¹⁰ Dividem-se na seguinte forma: CCHS: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Aeronáuticas, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil, Engenharia da Produção, Comunicação Social – Jornalismo, Letras – Português/Inglês, Letras – Português/Espanhol, Letras –Português e Pedagogia – Licenciatura; CCSA: Agronomia, Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física – Bacharelado, Educação Físicas – Licenciatura, Enfermagem, Engenharia Ambiental e Sanitária, Cosmetologia em Estética e Cosmética, Farmácia, Fisioterapia e Medicina Veterinária.

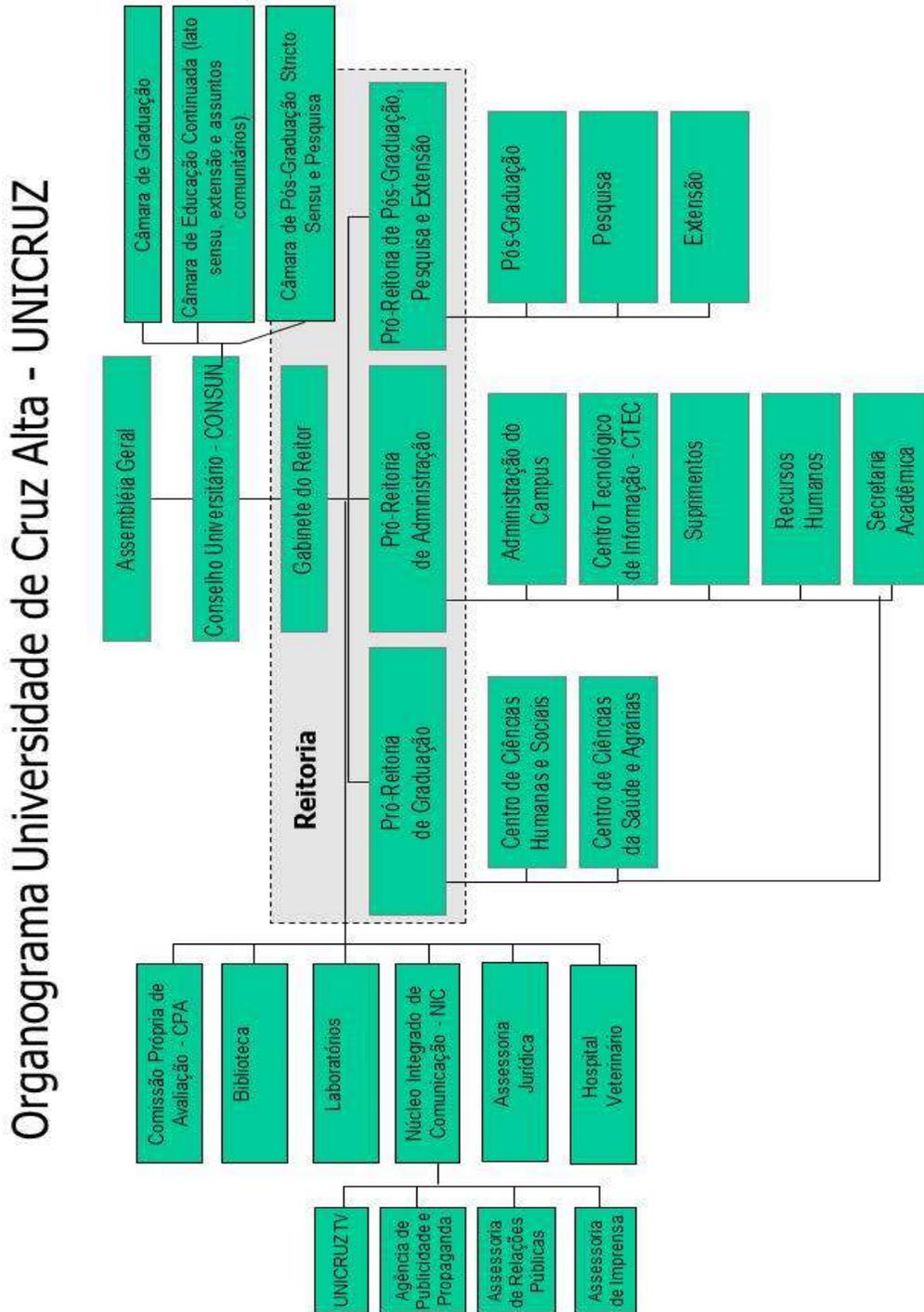
A estrutura organizacional da instituição configura-se no seguinte formato:

Figura 1 - Organograma Fundação



Fonte: Estatuto Unicruz.

Figura 2 - Organograma Unicruz



Fonte: Aprovado pela Assembleia Geral em 13/11/2012; Atualizado pela Resolução CONSUN nº 27/2015 de 26 de agosto de 2015.

A instituição tem como missão “a produção e socialização do conhecimento qualificado pela sólida base científica, tecnológica e humanística, capaz de contribuir com a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável”. Tem o ensino da graduação e pós-graduação como sua atividade preponderante, no entanto, ele acontece na interrelação com a pesquisa e a extensão. A instituição trabalha na ampliação/junção deste trinômio, como forma de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região e concretizar sua missão. Busca a socialização dos conhecimentos nela desenvolvidos, pois este processo tem por objetivo propiciar o desenvolvimento humano, social, cultural, econômico e ambiental.

O fazer universitário tem como finalidade mais ampla contribuir com a humanidade para o desenvolvimento que, inicialmente, envolve a transformação da realidade no que diz respeito ao crescimento propiciador da universalização do acesso aos bens sociais sejam eles econômicos, culturais, educacionais ou ambientais. O ensino, a pesquisa e a extensão materializam valores, princípios e objetivos que conduzem a consecução desse compromisso social (PDI, 2013).

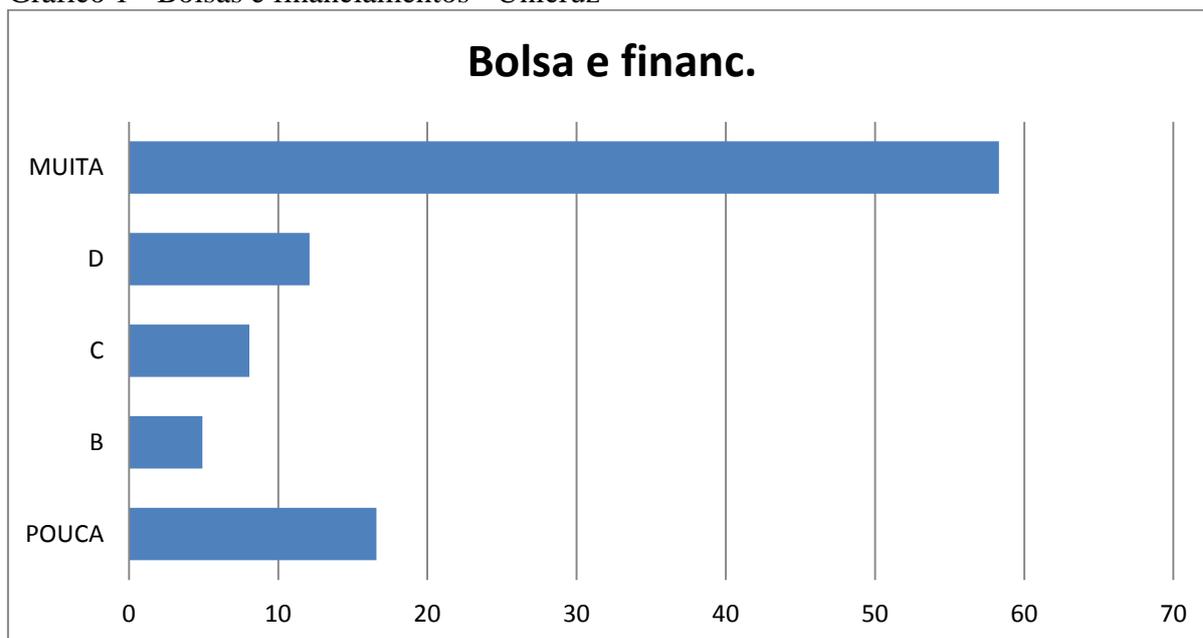
A Unicruz possui hoje 2.927¹¹ alunos regularmente matriculados que estão divididos nos dois centros de ensino. Estão alocados 1.472 alunos junto ao CCSA e outros 1.455 alunos no CCHS. Estes alunos são oriundos de diversas cidades¹² do estado, especialmente das regiões, noroeste, missões e campanha, e até mesmo de fora do Rio Grande do Sul.

Em recente pesquisa realizada pelo Núcleo Integrado de Comunicações – NIC, da Unicruz, os alunos responderam que um dos fatores mais preponderantes na escolha da Unicruz para cursar o Ensino Superior foi a oferta de Bolsas e Financiamentos de que a instituição dispõe. Na pesquisa realizada, a questão sobre a possibilidade de bolsas e financiamentos pesou na escolha do candidato, o resultado apresenta-se no gráfico abaixo:

¹¹ Levantamento realizado via sistema operacional TOTVS/Unicruz em 08/06/2015.

¹² Estes dados serão posteriormente apresentados em gráficos relacionando o número de estudantes por cidades matriculados na instituição.

Gráfico 1 - Bolsas e financiamentos - Unicruz



Fonte: Pesquisa NIC, 2014.

Como resultante do estudo, constatou-se que 58,3% dos entrevistados disseram que o fator Bolsas e Financiamentos teve muita importância na escolha da Universidade. Foi o maior índice positivo dentre 11 medidas de importância pesquisadas, contra 16,59% que consideram este um fator de pouca importância. Estes dados demonstram a necessidade da implantação destas políticas, públicas e institucionais, na promoção do acesso e para a própria manutenção das ICES.

Em números gerais, a Unicruz possui um total de 1.924¹³ alunos que são contemplados com algum tipo de Bolsa, Crédito Educativo ou Desconto. Deste total, 501 são beneficiários de programas como o ProUni e ProIES - 428 na modalidade ProUni e 73 ProIES-. Do total de 501 alunos bolsistas, apenas 57 possuem bolsa parcial com 50% de desconto sobre o valor das mensalidades e 444 são bolsistas integrais na instituição, equivalente a quase 1/6 do total de alunos matriculados na Universidade. O Financiamento Estudantil - FIES é a modalidade que mais possui alunos com contratos ativos num total de 979 alunos.

A Universidade, portanto, é um instrumento que propicia ferramentas de transformação social para determinada população através da socialização do conhecimento ali gerado. A educação, de forma gratuita, é um ideal que deve ser perseguido, cabendo ao Estado em parceria com a sociedade civil, e neste caso às universidades comunitárias, buscar formas de assegurar o acesso para a população e em especial daquela que não possui

¹³ Números referentes ao segundo semestre no ano de 2015.

condições socioeconômicas para tal. Neste sentido, entende-se que as políticas públicas, como o ProUni, surgem como possibilidade de enfrentamento social na busca pela diminuição das desigualdades, promovendo o acesso ao ensino superior.

3.3 Nas Políticas de acesso ao ensino superior, o ProUni

O crescimento das vagas no Ensino Superior, ofertadas através do processo de ampliação das políticas públicas na última década no Brasil, tem causado profundas transformações na sociedade brasileira. Esta ampliação vem proporcionando oportunidades de acesso a um novo público, as populações de baixa renda. A educação e as transformações sociais ocorridas através dela criam conflitos e alteram o *status quo* estabelecido no Brasil por séculos. Uma população qualificada e instruída tende a não aceitar a opressão e os subempregos ofertados pelas camadas dominantes. Este processo traz à tona atritos políticos e ideológicos com relação aos programas governamentais de acesso e permanência no Ensino Superior.

O governo federal, desde o ano de 2002, adotou como meta a ampliação do acesso ao Ensino Superior, trabalhando na criação de novas universidades públicas e na ampliação de bolsas para alunos em instituições privadas e comunitárias de Ensino Superior. Estas instituições concedem bolsas de estudo de maneira parcial ou integral para alunos com critérios socioeconômicos pré-estabelecidos em troca de isenções fiscais e, em alguns casos, recebendo também o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. O certificado permite que as universidades acessem diversos programas e projetos de fomento à pesquisa e extensão, bem como, programas de negociação de tributos como o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – ProIES.

O Ensino Superior no Brasil teve como marco na sua história o surgimento do Programa Universidade para Todos – ProUni. O programa do governo instituído no ano de 2004 e com implantação em 2005 traz hoje resultados sólidos quanto à democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil. Até o ano de 2013, o programa já havia concedido mais de 1 (um) milhão de Bolsas de Estudos sendo 70% destas na modalidade integral (Sisprouni, 2013).

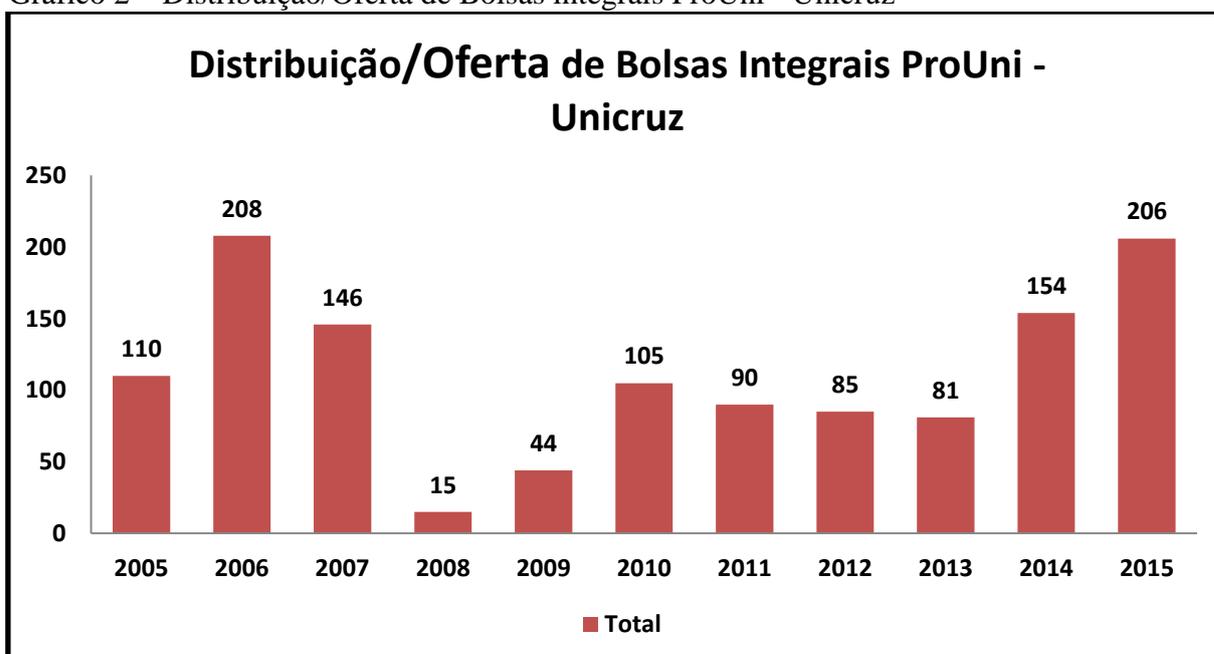
A Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI e rege sobre a regulação das entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. No seu art. 1º subscreve:

Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005).

Dentro deste cenário, destacamos a Universidade de Cruz Alta – Unicruz, como sendo executora das políticas de acesso e permanência no Ensino Superior. A instituição aderiu ao Programa Universidade para todos – ProUni desde o ano em que o programa foi instituído, 2005. Desde então, a instituição concedeu 1.481 (hum mil quatrocentas e oitenta e uma) bolsas de estudo para alunos ingressantes no Ensino Superior que se enquadram nos critérios estabelecidos pelo programa.

A Unicruz possuía, no segundo semestre do ano de 2015, 501 alunos matriculados bolsistas oriundos de programas do governo federal, aproximadamente 444 beneficiários com programas de bolsas institucionais e convênios e outros 979 que utilizam-se do programa de Financiamento Estudantil – FIES. Estes números demonstram a amplitude e a importância destes programas tanto para os alunos usuários da política, quanto para as instituições executoras destas. A oferta de bolsas do programa na Unicruz pode ser visualizada no seguinte gráfico.

Gráfico 2 – Distribuição/Oferta de Bolsas integrais ProUni - Unicruz



Fonte: Sisprouni, 2015.

Destaca-se que os números apontados demonstram a oferta ano a ano partindo do percentual 0% (zero). Percebe-se um significativo aumento da oferta nos 02 (dois) primeiros anos seguidos de uma redução, esperada, em vista de que, a IES alcançou a proporção de alunos pagantes X alunos bolsistas. Este cenário alterou-se somente nos anos de 2014 e 2015, com as mudanças no percentual de oferta de bolsas de 20% (vinte) para 10% (dez) de alunos bolsistas relacionadas com o total de alunos pagantes da IES.

A abrangência atingida pelo programa e sua importância para estudantes e Universidades, que aderiram ao ProUni, traz consigo a necessidade de uma análise mais aprofundada das consequências e desafios trazidos por este público e também no âmbito institucional de operacionalização desta política.

As políticas públicas estão inseridas como possibilidade de enfrentamento das mazelas sociais, o público alvo destes programas está tendo, em alguns casos pela primeira vez, acesso a bens e serviços antes privados, de privilégio apenas para algumas classes sociais dominantes detentoras de poderio econômico. O caso do Ensino Superior traz o ProUni como possibilidade de enfrentamento e transformação social, a sociedade se modifica quando as políticas públicas atingem as populações de baixa renda. Conforme Gentili e Oliveira (2013):

A expressiva expansão das oportunidades de acesso ao ensino superior para a população mais pobre foi, em boa medida, garantida mediante um aproveitamento socialmente mais justo das vagas disponíveis nas universidades privadas cuja ampliação foi produto das políticas de mercantilização educacional promovidas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. De fato, na gestão do ministro da Educação do governo FHC, Paulo Renato Souza, a quantidade de instituições de ensino superior privadas passou de 684, em 1995, a 1.442, em 2002. Ou seja, um crescimento de mais de 200%. (2013, p. 296).

Essa expansão, impulsionou a criação de políticas públicas, e hoje, apontam para inúmeras possibilidades que o ProUni possui, afim de, proporcionar uma transformação social na raiz da sociedade. É de responsabilidade das universidades refletirem constantemente sobre a temática em busca de possibilidades de aperfeiçoamento e na análise dos resultados obtidos para o enfrentamento das desigualdades sociais causadas pelo sistema capitalista em busca de uma nova cultura política e social mais humanizada e menos mercadológica.

3.4 Na política pública do ProUni, o percurso da pesquisa

Para pesquisar sobre a política do ProUni e analisar os dados sobre as perspectivas e os impactos sociais que o acesso ao ensino superior está proporcionando ao bolsista na

Unicruz, foi necessário buscar uma metodologia que projetasse um caminho e apresentasse elementos de análise capazes de responder ao problema em questão.

A pesquisa nas ciências sociais apresenta complexidade no processo de análise das relações. É dever do pesquisador se colocar enquanto parte da pesquisa. Seu objeto é ator e autor no processo em uma constante troca de conhecimentos compartilhados por ambas as partes. Segundo Minayo (2012, p.16),

Entendemos como pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. **Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. (grifo nosso).**

Essa foi uma das razões da opção pela temática do ProUni, enquanto pesquisador. Como técnico responsável pelo Programa Intersetorial de Assistência Social - PIAS da Universidade de Cruz Alta, órgão executor das políticas institucionais de assistência educacional, o ProUni está presente no dia a dia de trabalho e nos últimos tempos se tornou um problema da vida prática. É de interesse pessoal e institucional a qualificação da política através de diferentes estratégias que colaborem para tornar a UNICRUZ um local de acolhimento e de construção de conhecimento. Enfim, **fazer a diferença no crescimento e desenvolvimento deste bolsista, em termos pessoais** e de conhecimento.

Para isso, a pesquisa é uma das estratégias importantes nesse processo. Ao buscar respostas ao problema de investigação muitas perguntas foram suscitadas. Afinal, o que o ProUni significa na vida desses bolsistas? Qual a percepção deles em relação ao papel da Universidade na oferta de bolsas de estudo? Quais os seus anseios pessoais e profissionais antes de ingressar na Instituição? E hoje, o que estão fazendo? Estão ou não trabalhando? Se estiverem, a Universidade está ajudando ou interferindo no trabalho? Quais as dificuldades/facilidades encontradas após o ingresso no ensino superior? Quais perspectivas após o término do curso? Alguém de seu grupo familiar vislumbra a possibilidade de acesso graças ao seu exemplo? O fato de estar estudando, tem provocado alguma modificação na sua vida?

Todos esses questionamentos exigiram discutir particularidades do problema e, inclusive, posições socioculturais. Por esse motivo, a opção foi pela pesquisa predominantemente qualitativa. A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2012, p.21)

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Como o interesse é compreender esse universo de significados mencionado por Minayo (2012) a partir de uma realidade social vivida pelos bolsistas, em diferentes situações, é necessário que ela seja qualitativa. Apesar disso, a pesquisa utiliza-se de vários gráficos e tabelas para demonstrar e analisar qualitativamente dados importantes acerca do estudo.

Chizzotti (2013, p. 28–30), fala que a pesquisa, quando direcionada pelo pesquisador de modo a compreender o mundo através do contato das pessoas, nas interações humanas e sociais, será determinada como qualitativa, termo este utilizado para designar um determinado método de interpretação de um evento que se materializa pela ótica e interpretação do significado que as pessoas a ele atribuem.

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, adotando multimétodos de investigação para um estudo de um fenômeno no situado local em que ocorre, e, enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que a pessoas dão a eles (p. 28).

Considerando estas ponderações acerca da pesquisa qualitativa e das relações estabelecidas entre esta e as ciências sociais, faz-se necessário esclarecer apontamentos sobre a estratégia de pesquisa utilizada. Neste cenário, a pesquisa foi dinamizada com técnicas de Estudo de Caso para a produção e análise dos dados.

A abrangência deste método na pesquisa qualitativa é de suma importância para melhor elucidação das estratégias que foram utilizadas no processo investigativo. Portanto, seguem-se alguns apontamentos e conceitos de teóricos que tratam do Estudo de Caso e as relações entre sociedade e políticas públicas.

Chizzotti (2013) define o Estudo de Caso como uma das modalidades ou delineamento que norteia as pesquisas científicas. É utilizado para dar conta de determinadas situações que surgem no decorrer do processo da pesquisa. Pelo fato de ser utilizado no âmbito das ciências sociais, pois compreende uma análise mais flexível dentro do processo de investigação o Estudo de Caso foi escolhido como modalidade possível de elucidar as práticas sociais intrínsecas que são objetos da pesquisa bem como sua contribuição, enquanto método,

na melhoria das políticas sociais. Dentre estas, as políticas de acesso e permanência no Ensino Superior.

O autor ainda ressalta o Estudo de Caso como uma estratégia de pesquisa bastante ampla e comumente utilizada nas diversas áreas de conhecimento tais como: a área da saúde, educacional, jurídica, empresarial, sanitária e jornalística. Nestes casos, geralmente, o profissional pesquisador deve reunir informações suficientes para esclarecer sobre determinado produto, evento, ou fenômeno social complexo específico. Tem por objetivo principal levantar informações relevantes sobre determinado objeto esclarecendo dúvidas, refletindo sobre suas práticas e realizando apontamentos.

Conforme Gil (2002), no âmbito das ciências, assim como das ciências sociais em geral, o Estudo de Caso foi encarado por muito tempo como procedimento pouco rigoroso, mas nos dias atuais “é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, em que os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos” (Gil, Apud, Yin, 2001).

Ainda, segundo o mesmo autor, vem atingindo uma melhor aceitação em determinados casos para explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; preservar o caráter unitário do objeto estudado; descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação.

Pela importância da pesquisa qualitativa e social para este estudo, o Estudo de Caso se apresenta como possibilidade de análise do caso da Unicruz, como instituição que possui política pública de acesso ao ensino superior.

3.4.1 O lugar e os sujeitos da pesquisa

A investigação teve como sujeitos da pesquisa os alunos bolsistas integrais ProUni da Universidade de Cruz Alta. Foram no total 15 (quinze) alunos, - 01 (um) acadêmico por curso -, com menor renda per capita, conforme documentação apresentada no momento do ingresso, e, matriculados entre o 2º e o penúltimo semestre letivo, que estivessem dispostos a colaborar com a pesquisa mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

A opção pelos alunos com menor renda per capita se deu pelo fato de, no ProUni, para fins de concessão de bolsa de estudos na modalidade integral, os alunos devem comprovar renda bruta familiar, per capita, não maior que 1,5 salário-mínimo. Considerando o salário mínimo atual no valor de R\$ 880,00, uma família com quatro integrantes poderá ter

uma renda total de até R\$ 5280,00 que ainda assim estará dentro do teto permitido para a concessão do benefício. Entende-se que este limite, não representa situação de vulnerabilidade social e, como o foco da pesquisa sendo a população de baixa renda, optou-se por este recorte que tem por objetivo avaliar àqueles bolsistas que não teriam possibilidades de acesso ao ensino superior, se não pela política ProUni, ou outra similar.

No Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS, os 7 (sete) cursos que possuem alunos bolsistas na modalidade integral e que participaram da pesquisa foram os seguintes: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Direito, Comunicação Social – Jornalismo e Gestão de Empresas Rurais. No Centro de Ciências da Saúde e Agrárias – CCSA, fazem parte da amostra alunos dos cursos de Agronomia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Estética e Cosmética, Farmácia, Fisioterapia e Medicina Veterinária.

Esta amostra entende-se que se coaduna aos objetivos da proposta, pois a mesma irá demonstrar um cenário abrangente do perfil destes alunos de forma geral, com foco nas questões sociais, independente das particularidades acadêmicas de cada curso.

3.4.2 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

A coleta de dados para o estudo teve como técnicas e instrumentos a pesquisa bibliográfica, a análise documental, o questionário e a entrevista semiestruturada descritas a seguir:

- **Análise documental:** na Legislação Federal: Regulamento ProUni, ProIES, Manual de Bolsista, Portarias, Atos Normativos e web site ProUni; nos documentos institucionais: Regimento Geral, Estatuto da Fundação, Estatuto da Universidade, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI, Regulamento Geral do Programa Intersetorial de Assistência Social – PIAS, Política Institucional de Assistência Educacional – PIAE, documentos da Comissão Local de Avaliação e Controle Social do ProUni – COLAP e web site Unicruz; documentos e pastas dos alunos Bolsistas; material bibliográfico relacionado à temática; Resultado da pesquisa realizada na Unicruz pelo PIAS, NAE E NIC, Pesquisa Unicruz 2014 – NIC.

Gil (2014) afirma que há dados, embora que refiram-se a pessoas, são coletados de maneira indireta, utilizando-se de documentos como “livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos, que são obtidos de maneira indireta”.

Essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. Sem contar que em muitos dos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos (GIL, 2014, p. 147).

- **Questionário:** após explicação do objetivo da pesquisa e anuência do participante foi realizada a coleta dos dados com um roteiro de perguntas voltadas para identificação do sujeito da pesquisa. O questionário forneceu dados básicos como endereço, situação de moradia, situação familiar, renda, nível de escolaridade e outras informações que deram embasamento para estabelecer uma relação com os demais alunos bolsistas quando comparados à amostra e com a situação do próprio entrevistado quanto à evolução do mesmo desde o seu ingresso na Universidade. (APÊNDICE B).

Gil (2014) define questionário como a técnica elaborada através de um conjunto de questões que tem por objetivo desvelar conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, comportamentos, expressões etc. Ainda segundo o autor:

Os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes. Costumam, nesse caso, ser designados como questionários autoaplicados. Quando, porém, as questões são formuladas oralmente pelo pesquisador, podem ser designados como questionários aplicados com entrevistas ou formulários (GIL, 2014, p. 121).

- **Entrevista semiestruturada:** realizadas individualmente, com horário e local previamente agendados de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, e com anuência por escrito de cada um, preservando-se as condições de liberdade e espontaneidade necessárias ao entrevistado para o enriquecimento da investigação. É importante salientar que todos os entrevistados convidados aceitaram a participação neste experimento sendo que aqueles acadêmicos selecionados que não se obteve contato foram excluídos dando lugar ao segundo colocado conforme os critérios de seleção estabelecidos (APÊNDICE B). De acordo com Gil:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção de dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2014, p. 109).

O questionário, que permitiu a caracterização desta amostra, foi preenchido pelo pesquisador no mesmo dia da entrevista e, através deste, foi possível identificar alguns dados como sexo, idade, endereço, grupo familiar, renda e outros.

Esta amostra compreendeu todos os cursos da Unicruz com alunos bolsistas ProUni na modalidade integral sendo: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Direito, Comunicação Social – Jornalismo, Gestão de Empresas Rurais, Agronomia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Estética e Cosmética, Farmácia, Fisioterapia e Medicina Veterinária.

A amostra da pesquisa compreendeu 08 homens e 07 mulheres, as idades variam entre 18 e 33 anos e os estudantes são provenientes de 09 diferentes cidades sendo: Cruz Alta - RS (06), Tupanciretã - RS (02), Espumoso - RS (01), Santa Rosa - RS (01), Nova Alvorada – RS (01), Condor – RS (01), Alto Alegre – RS (01), Santa Maria – RS (01) e Ouro Preto – MG (01).

O grupo familiar é variável sendo composto por 01 integrante, apenas o aluno bolsista, e até 06 integrantes. Geralmente é formado por aluno, pai, mãe e irmãos ou sem irmãos, avós em alguns casos e outros com cunhado(a) e primo(a).

Ocorreu em 05 dos casos uma alteração no quesito grupo familiar, da época do ingresso até o dia deste levantamento, alguns alunos casaram e outros tiveram integrantes do grupo que já não pertencem mais à formação original no momento da concessão do benefício. Quanto ao estado civil dos pesquisados, apenas 02 declararam-se como sendo casados, todos os demais afirmam estarem solteiros.

3.4.3 Análise dos dados

A escolha do caminho metodológico para a análise do material coletado foi pela Análise de Conteúdo (AC), pela possibilidade da mesma desenvolver uma análise qualitativa das informações sobre o ProUni. Segundo Bardin (2011), a técnica de análise de conteúdo deve ser operacionalizada em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. O vocábulo (léxico) pode revelar muito mais do que as unidades que compõem a análise de conteúdo, constituindo-se “uma síntese da realidade, expressando uma concepção de homem, valores e sentimentos que permitem abstrair as informações pertinentes oriundas das mensagens” (CHIZZOTTI, 2008, p.117).

Nessa perspectiva, após o projeto ter sido aprovado na Comissão de Ética e Pesquisa (CEP), desta instituição com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE

número 42541015.1.0000.5322, foi realizada a sistematização da leitura do material, a análise e o entrelaçamento entre os documentos, verificando-se a trajetória das políticas públicas, bem como a finalidade e os resultados de hoje, em nível de país e de instituição.

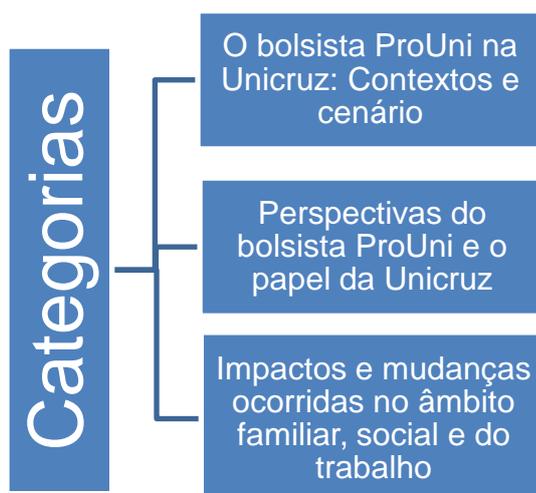
Para embasar o estudo, alguns descritores foram seguidos para analisar a trajetória da educação do ensino superior no país para precisar: o que determinou a implantação de políticas públicas de acesso ao Ensino Superior em âmbito federal bem como a implantação do ProUni em nível de país e na Unicruz; os dados que demonstram a eficácia destes programas e sua evolução, bem como os bolsistas foram beneficiados na Unicruz a partir da adesão da mesma ao Prouni e o nexos entre eles.

Paralelo a isso, permearam as leituras como embasamento teórico sobre temas referentes à justiça social e à emancipação dos sujeitos. Foi realizado um levantamento em cada curso para identificação dos bolsistas integrais com menor renda per capita selecionando-os e, após isso, realizado o convite para a entrevista.

Para auxílio na análise dos dados, utilizou-se de uma pesquisa institucional realizada no segundo semestre do ano de 2015 que compreendeu todos os alunos bolsistas ProUni da instituição e permitiu a obtenção de um panorama geral relacionada a este público.

O questionário e a entrevista semiestruturada, foram aplicados aos 15 alunos selecionados representantes dos 15 cursos de graduação da Universidade. A entrevista teve um total de 08 questões abertas que foram gravadas perante autorização prévia dos entrevistados e transcritas pelo entrevistador. As respostas ajudaram a compreender e alcançar os objetivos da pesquisa. Vale salientar que os entrevistados estão nomeados de acordo com seu respectivo curso.

Das análises dos dados produzidos, resultaram três categorias estruturadas e construídas a partir do caminho escolhido.



As categorias possibilitaram agrupar elementos, ideias e expressões dos bolsistas e facilitaram na construção do texto.

4 O PROUNI: POLÍTICA EDUCACIONAL COMO POLÍTICA SOCIAL

A educação é uma das mais importantes políticas sociais do Brasil e, por isso, precisa estar atenta ao seu compromisso em defesa de uma educação de qualidade e que atinja todos os cidadãos brasileiros.

No Brasil, os movimentos em defesa de uma educação pública e gratuita alcançaram avanços significativos, com o aumento do número de instituições públicas federais de ensino superior nos diversos cantos do país. Apesar disso, ainda não se conseguiu atender toda a demanda existente no país. Uma das alternativas foi oferecer, via instituições privadas, oportunidade de ingresso através de bolsas ao estudante que realizou o ENEM e que comprovou baixa renda.

Neste capítulo, a análise das categorias referente às informações coletadas se refere à percepção dos alunos sobre importância do ProUni como política pública de acesso ao Ensino Superior. O capítulo divide-se em três partes: a primeira apresenta o contexto e o panorama de vida dos bolsistas na UNICRUZ e a relação com os entrevistados. A segunda mostra as perspectivas dos acadêmicos em relação à sua vida após o início do curso e a terceira apresenta os impactos que o fato de estar estudando no ensino superior trouxe para cada um deles.

4.1 O bolsista ProUni da Unicruz: contextos e cenário

O Plano Nacional de Educação (PNE) elaborado para o decênio 2001-2011 apresenta entre seus objetivos a elevação do nível de escolaridade e, no ensino superior, a justificativa se deu em função do baixo número de estudantes entre 18 a 24 anos nas salas de aula das IES. A meta então é de que até o final da década se alcançasse 30% desse contingente. Como o Brasil tinha poucas instituições públicas federais foi necessária uma política capaz de atender os objetivos propostos.

Entre as críticas ocorridas neste período, Catani, Hei e Giglioli (2006) observam que o ProUni estava promovendo o acesso ao ensino superior com baixo custo para o estado brasileiro e ajudando as instituições privadas a preencher as vagas ociosas de seus cursos em troca de isenção fiscal. Se é verdade que preencheu muitas das vagas ociosas nas ICES, também é verdadeira a colaboração na inserção de muitos jovens de baixa renda nessas instituições e, conseqüentemente, na promoção da justiça social e da cidadania.

Apesar de todas as críticas é possível concretamente observar e reconhecer que o ProUni foi e está sendo importante para os estudantes de baixa renda. Inclusive, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), lançou um manifesto, em 2004, com posicionamento favorável à possibilidade de ingresso no ensino superior de um número maior de jovens. Mesmo assim, alerta para a necessidade da criação de políticas de permanência voltadas a esses jovens.

A UNICRUZ, ao aderir ao ProUni tinha presente a importância da política em nível regional, mas também a possibilidade de integração e intercâmbio em nível nacional, dado que todos podem se inscrever, independente do local de residência. Desde 2005, muitos jovens usufruíram dessa possibilidade. O público total de alunos bolsistas ProUni da Universidade de Cruz Alta, de acordo com levantamento realizado no segundo semestre de 2015 em pesquisa realizada pelo Programa Intersetorial de Assistência Social - PIAS, Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE e Núcleo Integrado de Comunicação – NIC, apontava uma soma de 501 alunos regularmente matriculados na instituição. Deste número, tivemos uma amostra de 374 alunos que responderam a pesquisa que continha um total de 63 questões de múltipla escolha abarcando temáticas das mais diversas como: situação socioeconômica, composição familiar, formas de ingresso na instituição, situação de moradia, grau de instrução de demais integrantes do grupo familiar, nível de satisfação com a instituição de ensino, o curso e serviços prestados, perspectivas ao término do curso, necessidades especiais e outros assuntos.

Os dados levantados demonstram alguns pontos que moldam o perfil do aluno bolsista ProUni na Universidade de Cruz Alta. Seguem a seguir alguns pontos que merecem destaque pela relevância em desvelar quem são estes alunos que ascendem ao Ensino Superior na condição de bolsista integral ProUni.

Os Censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam que a população brasileira que se autodeclara como sendo negra ou parda, perfaz em média um total de 50% do total da população.

Esta paridade, entre pessoas que se declaram das raças branca, preta ou parda, não se replica, quando se trata do número de pessoas matriculadas no ensino superior. No caso da UNICRUZ, segundo a pesquisa, os alunos bolsistas ProUni, que se consideram da raça branca é de 82% contra 14% da raça parda e 3% da raça preta.

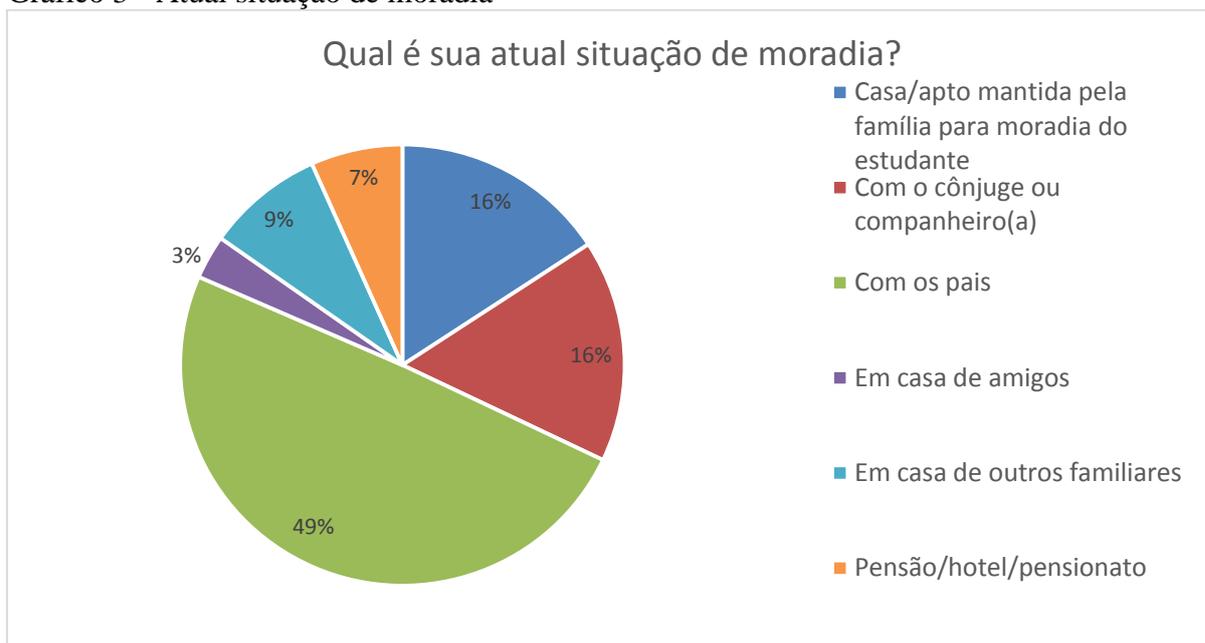
Sobre essa questão, Candau (2003) apresenta uma pesquisa que coordenou e que foi realizada em conjunto com três organizações latino-americanas e que resultou no livro “Somos tod@s iguais?” e, conforme o grupo que realizou o estudo apesar de se constatar que houveram algumas mudanças em relação à raça, gênero e à classe, os negros e pardos continuam em situação de desvantagem. De acordo com Santos (1997), a escravidão além de deixar incrustado o racismo na nossa história, constituiu um padrão de dominação que ainda não foi superado. Isso reflete na falta desses sujeitos, principalmente no ensino superior. Essa dívida histórica é preciso urgentemente ser resgatada e as instituições de Ensino Superior têm um papel fundamental nesse processo de inserção ao meio acadêmico. Segundo Candau (2003):

Numa sociedade regida esteticamente por um paradigma branco, conforme o caso brasileiro, a clareza da pele persiste como uma marca simbólica de uma superioridade imaginária, que atua como estratégia de distinção social (p. 22).

Quanto à situação conjugal deste público, a supremacia dos jovens se expressa nos números levantados em que a grande maioria, 83% dos alunos se declara como sendo solteiro, 9% declara-se como casado, 6% mora com companheiro e somente 2% se diz separado legalmente.

O gráfico seguinte mostra quanto a atual situação de moradia, neste, quase metade dos alunos, 49%, declarou que mora com os pais e ainda, permanecendo também nesta faixa de alunos dependentes dos pais, 16% afirmaram que mora em casa/apartamento mantida pela família para moradia do estudante. Outros 16% residem com cônjuge ou companheiro(a), 9% em casa de outros familiares, 7% em pensão/hotel/pensionato e 3% em casa de amigos.

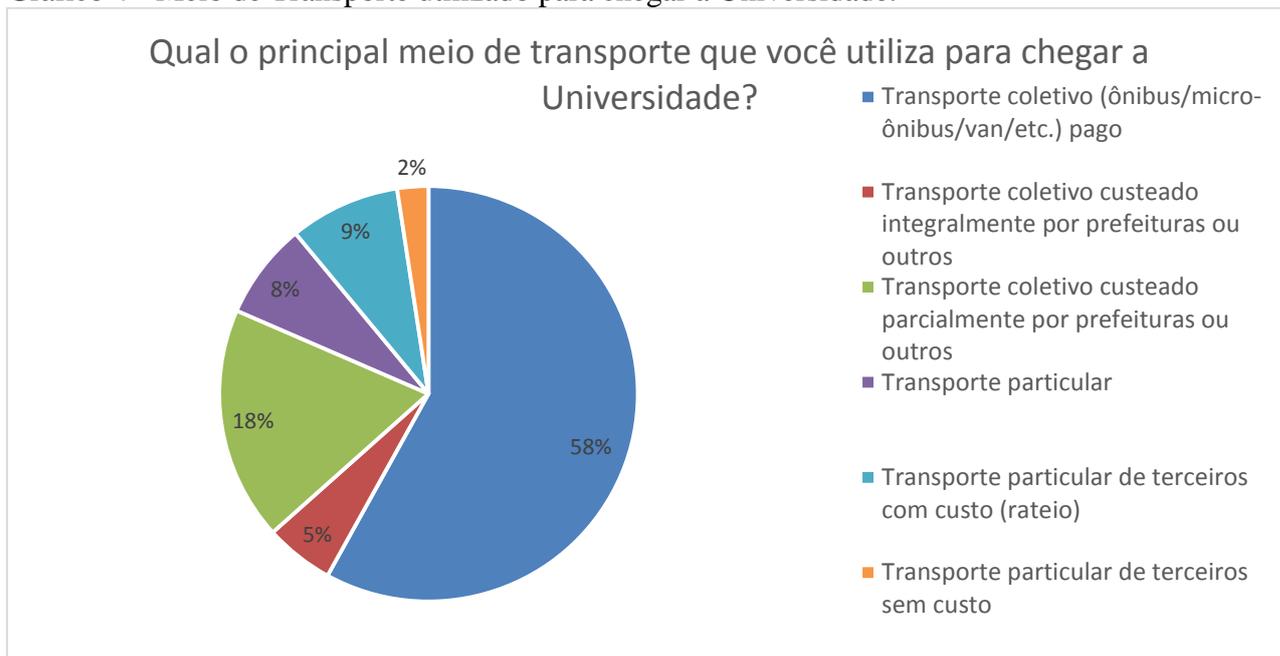
Gráfico 3 - Atual situação de moradia



Fonte: PIAS/NAE.

Outro aspecto importante levantado na pesquisa diz respeito ao meio de transporte utilizado no deslocamento até a Universidade. Constatou-se que a grande maioria, 58% dos alunos bolsistas, utiliza o transporte coletivo pago, outro grupo que apresenta um crescimento nos últimos anos são os alunos que tem o transporte custeado em parte ou integralmente pelas prefeituras ou outros órgãos, esse grupo perfaz um total de 23% dos alunos pesquisados. (Gráfico 05).

Gráfico 4 - Meio de Transporte utilizado para chegar a Universidade.



Fonte: PIAS/NAE.

O fator deslocamento também é ressaltado pelos bolsistas entrevistados como sendo algo decisivo. Acadêmicos vindos de outros municípios afirmam que os custos de mensalidades somados aos custos de transporte, ou até mesmo em alguns casos de moradia na cidade, seriam inviáveis de serem subsidiados sem o auxílio da bolsa. Nesse particular, concorda-se com Carvalho (2006^a, p.994) quando coloca que:

[...] as camadas de baixa renda não necessitem apenas de gratuidade integral ou parcial para estudar, mas de condições [...] como: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível [...] e bolsas de trabalho e pesquisa.

Os benefícios disponibilizados aos bolsistas significam avanços nas políticas, porque além do ingresso é necessário dar as condições de permanência a esses acadêmicos. O transporte é uma das necessidades.

Quanto à situação de trabalho, o gráfico 08 aponta que 49% afirmaram que não exercem atividade remunerada, outros 28% trabalham de 31 até 40 horas semanais e 12% trabalham de 21 a 30 horas semanais

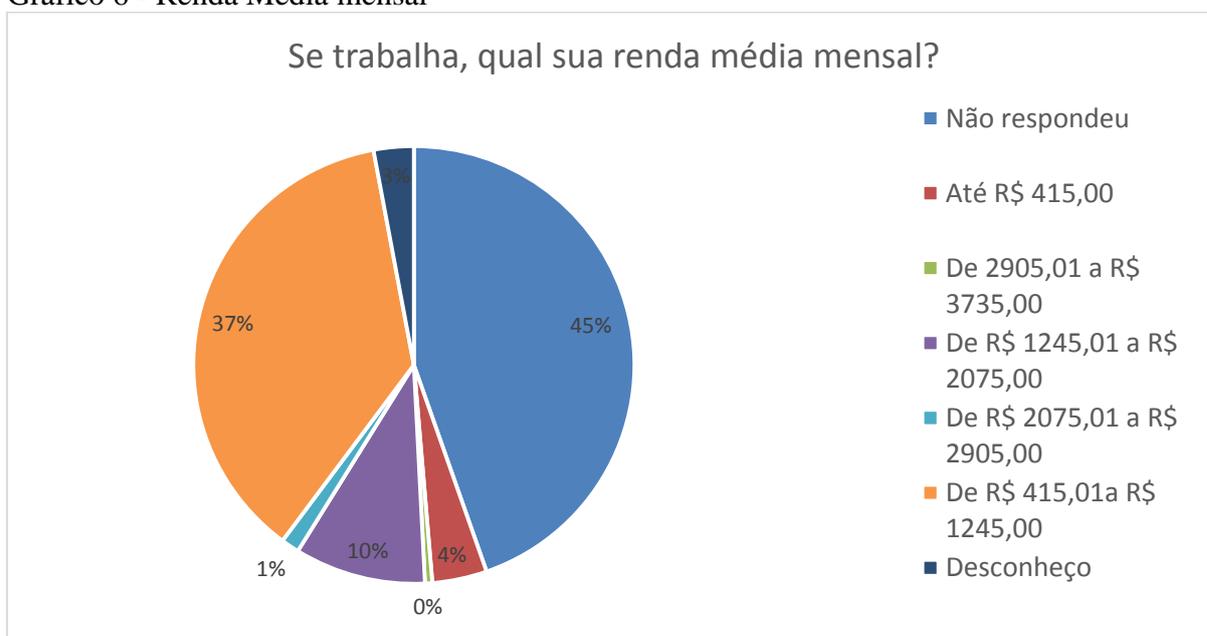
Gráfico 5 - Atividade não acadêmica remunerada.



Fonte: PIAS/NAE.

Dos 28% que exercem atividade remunerada, 37% reponderam que possuem renda média mensal entre R\$ 415,01 a R\$ 1245,00 e 10% afirmaram possuir renda entre R\$ 1245,01 e R\$ 2075,00. Segue demonstrativo abaixo. (Gráfico 07).

Gráfico 6 - Renda Média mensal

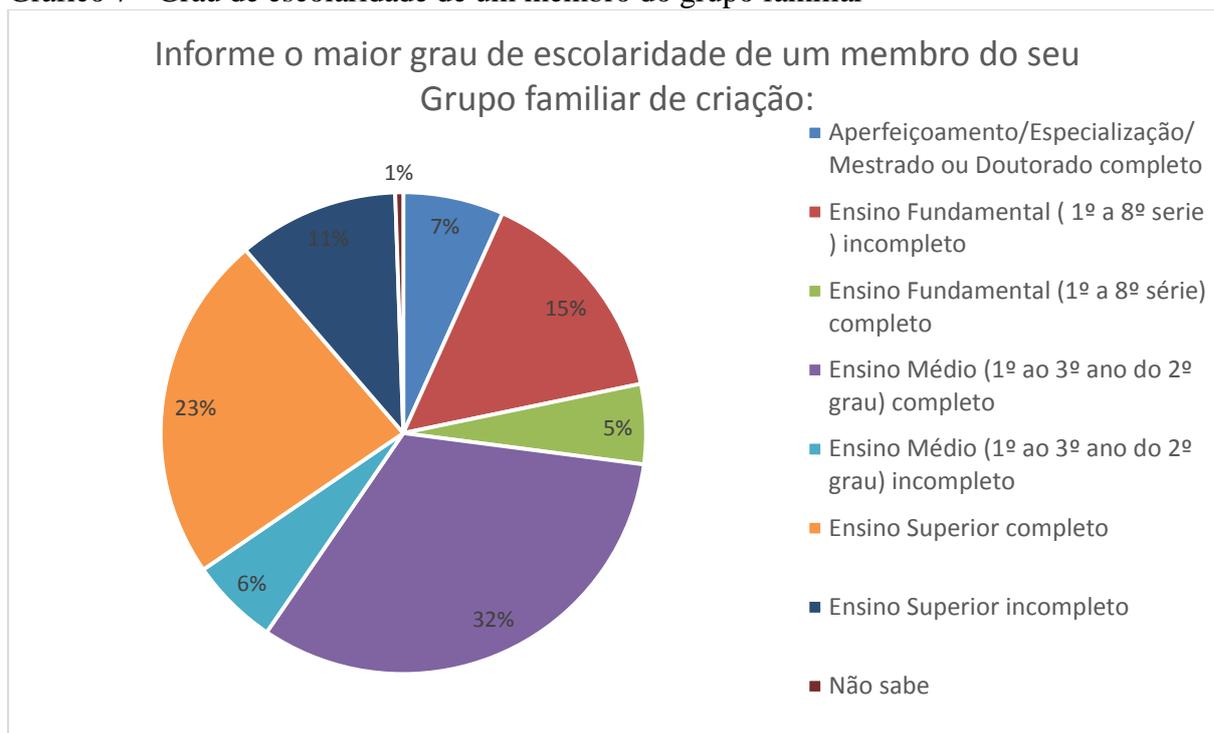


Fonte: PIAS/NAE.

Um dado que considera-se importante, tratando de acesso à educação, está explícito no gráfico abaixo, em que 30% dos alunos pesquisados afirmou que um, ou mais de um,

membro do grupo familiar possui ensino superior completo. Este dado demonstra que na maioria das famílias (70%) o aluno bolsista será responsável pelo rompimento de um ciclo de não acesso ao Ensino Superior. Estes alunos são pioneiros dentro do seu grupo familiar e, em muitos casos, trazem consigo outros integrantes do grupo para o ensino superior. Essa afirmação comprova-se nas entrevistas.

Gráfico 7 - Grau de escolaridade de um membro do grupo familiar

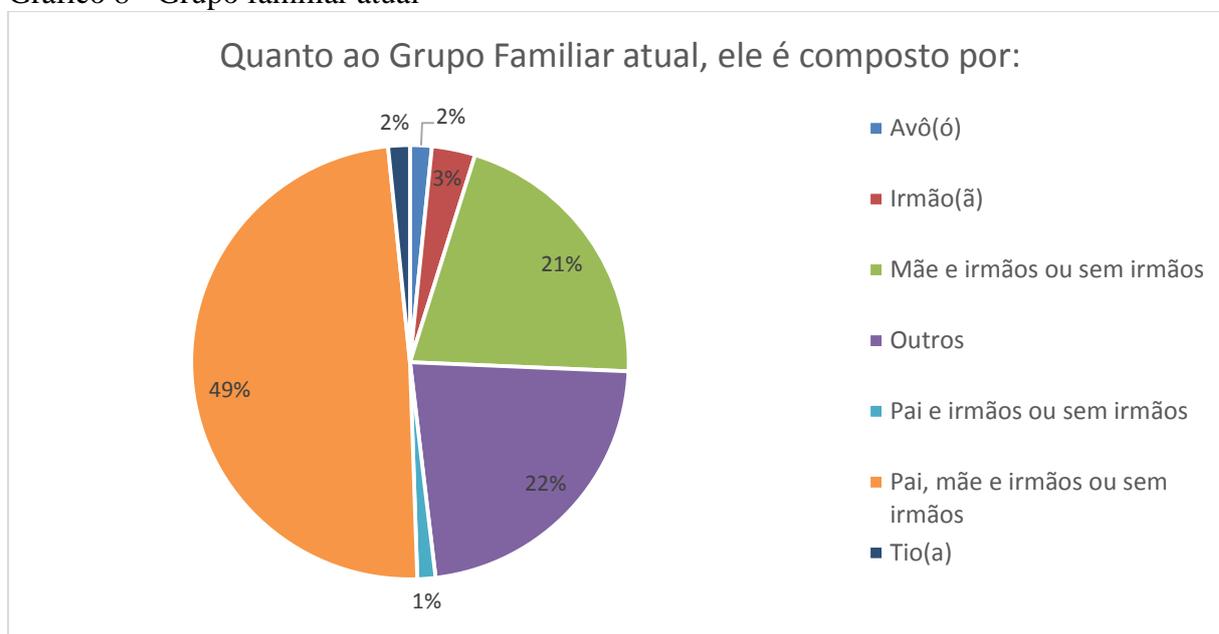


Fonte: PIAS/NAE.

Na entrevista, a questão sobre se havia algum outro integrante do grupo familiar que possui graduação em curso superior, constatou-se que em 10 dos 15 alunos entrevistados, estes são os primeiros integrantes do grupo familiar que conseguiram acesso ao ensino superior. Dos 05 restantes, 03 possuem outros integrantes do grupo familiar que já concluíram o ensino superior e 02 tem membros do grupo familiar que estão cursando o ensino superior. Este dado demonstra que 2/3 dos entrevistados serão pioneiros no acesso ao ensino superior em seu grupo familiar, o que confirma um dos objetivos do programa que é de democratizar o acesso e permanência no ensino superior.

O Gráfico 09, mostra que 182 alunos, 49%, residem com pai, mãe e irmãos ou sem irmãos, outros 21%, ou seja 78 alunos, moram com a mãe e irmãos ou sem irmãos. Apenas 5%, 5 alunos, disseram que vivem com pai e irmãos ou sem irmãos. Esses números ratificam o elevado número de mães solteiras que são chefes de família, situação comum no Brasil.

Gráfico 8 - Grupo familiar atual



Fonte: PIAS/NAE.

Quando perguntado sobre a totalidade de rendimentos do grupo familiar, soma dos rendimentos líquidos referentes a salários, aluguéis, pensões, dividendos e etc, 30% dos pesquisados afirmam que esta soma está na faixa entre R\$ 415,00 e R\$ 1245,00, 29% auferiram rendimentos entre R\$ 1245,01 a R\$ 2075,00 e 16% apontam rendimentos entre R\$2075,01 a R\$2905,00. Apenas 2% dos alunos marcou a opção de até R\$ 415,00. Vale destacar estes dados pelo fato de que muitos alunos, candidatos a Bolsa no processo de seleção, afirmam não possuir rendimentos, ou até mesmo, possuem rendimentos muito baixos, isto se deve ao fato de que estes candidatos tem medo de não serem selecionados caso apresentem uma renda substancial que ultrapasse o limite de um salário mínimo e meio per capita, regra do Programa.

Dentre os acadêmicos entrevistados, quando se discutiu sobre a falta de condições financeiras para arcar com os custos de uma graduação, o entrevistado do curso de Educação Física afirma que nem todos possuem condições, “é difícil ver uma pessoa que tenha uma renda familiar que possa dar uma faculdade para um filho sem ter uma bolsa.” (sic).

Em relação à variação da renda per capita dos acadêmicos entrevistados, vale salientar que 13 destes apontaram um crescimento na renda per capita enquanto outros 02 permaneceram com o mesmo valor da época da concessão, para melhor visualizar segue tabela abaixo:

Tabela 3 - Variação da renda Per Capita.

<u>Entrevistado</u>	<u>Variação da Renda Per capita</u>		
	<u>Momento da Concessão da Bolsa</u>	<u>Semestre de Concessão da Bolsa</u>	<u>Momento da Coleta de Dados da Pesquisa</u>
<u>Bolsista 01</u>	R\$ 330,00	01/2014	R\$ 1000,00
<u>Bolsista 02</u>	R\$ 313,16	01/2013	R\$ 1233,33
<u>Bolsista 03</u>	R\$359,33	01/2013	R\$ 385,660
<u>Bolsista 04</u>	R\$ 369,80	01/2015	R\$ 1192,00
<u>Bolsista 05</u>	R\$ 320,00	02/2015	R\$ 350,00
<u>Bolsista 06</u>	R\$ 0,00	01/2013	R\$ 1060,00
<u>Bolsista 07</u>	R\$ 197,00	01/2015	R\$ 476,50
<u>Bolsista 08</u>	R\$ 311,00	01/2015	R\$ 744,00
<u>Bolsista 09</u>	R\$ 500,00	01/2013	R\$ 800,00
<u>Bolsista 10</u>	R\$ 577,37	01/2013	R\$ 810,00
<u>Bolsista 11</u>	R\$ 266,66	01/2013	R\$ 637,60
<u>Bolsista 12</u>	R\$ 233,20	01/2015	R\$ 460,00
<u>Bolsista 13</u>	R\$ 262,66	01/2014	R\$ 666,66
<u>Bolsista 14</u>	R\$ 920,00	01/2013	R\$ 920,00
<u>Bolsista 15</u>	R\$ 282,00	01/2014	R\$ 282,00

Fonte: autor.

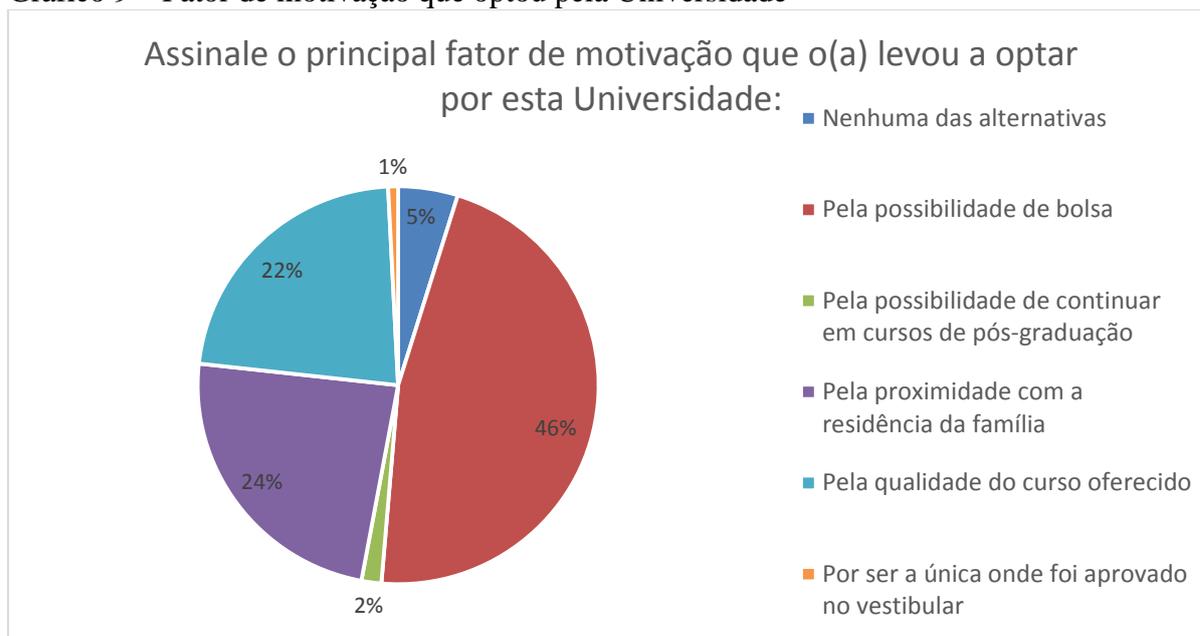
A maior variação que se apresentou foi um aumento de R\$ 1060,00, bolsista 06, este(a) que no momento da concessão declarou-se sendo membro único do grupo familiar vivendo de auxílio de terceiros não apresentando rendimentos auferíveis e agora, casado(a) possui uma renda total somada de R\$ 2120,00.

A menor variação de renda foi diagnosticada no caso do bolsista 05, em que o mesmo(a) obteve um acréscimo de R\$ 30,00 na renda per capita. O grupo familiar deste aluno(a) passou de 03 para 02 integrantes. Nos dois casos em que não ocorreu alteração na renda per capita, o número de integrantes do grupo familiar permaneceu inalterado.

Tendo estes dados dispostos, pode-se afirmar que o aumento dos rendimentos, na maioria dos casos, demonstra uma clara relação, acesso ao ensino superior X melhora da qualidade de vida, este aumento da renda per capita traz consigo transformações sociais e financeiras que refletem na vida deste aluno.

O gráfico seguinte, aponta a importância dos programas de bolsas, em que 46% dos alunos afirmam que foram motivados a optar pela Unicruz primeiramente pela possibilidade da bolsa de estudos. Esta constatação reforça a necessidade que a instituição tem de pesquisar e publicizar acerca das opções ofertadas pela Unicruz, estes programas atraem alunos bolsistas e não bolsistas que contribuem para a sustentabilidade institucional.

Gráfico 9 – Fator de motivação que optou pela Universidade



Fonte: PIAS/NAE.

Na entrevista realizada, todos os entrevistados afirmaram que não teriam condições de arcar com as despesas de um curso superior, não na modalidade presencial. Alguns disseram que caso não estivessem cursando na condição de alunos bolsistas, provavelmente iriam buscar alguma oportunidade em IES que ofertam cursos na modalidade EAD, visto os valores de mensalidades serem mais baixos se comparados a uma IES presencial.

Visto os respectivos dados, cabe a nós, executores da Política e pesquisadores, buscar maneiras de oportunizar a inclusão de todos os indivíduos, sempre respeitando suas individualidades e características sociais, culturais e econômicas. Boaventura de Souza Santos (2000) ressalta de que:

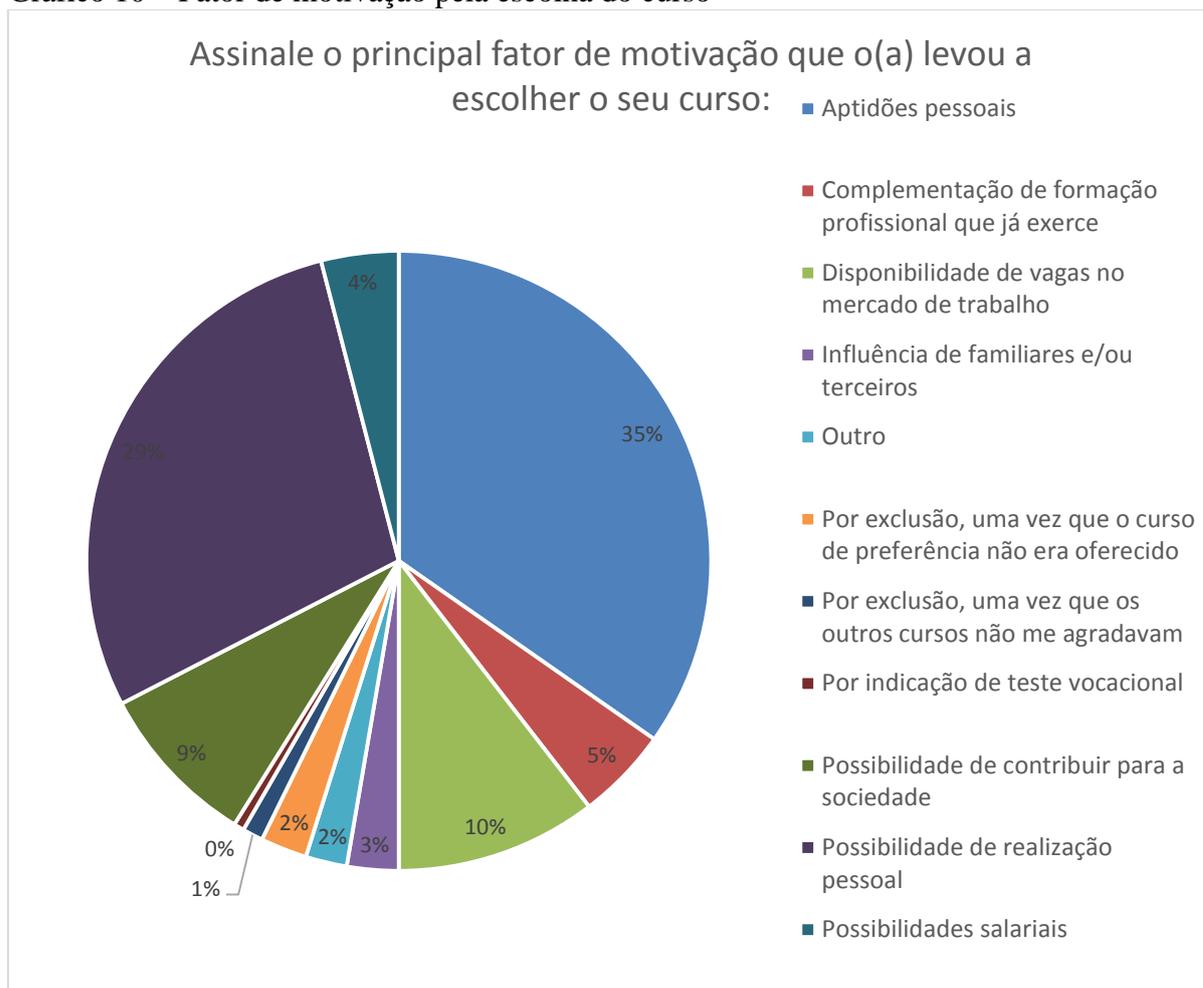
Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Na verdade, apesar de sermos iguais em essência, a sociedade capitalista acaba por nos diferenciar de acordo com as condições econômicas de cada um. E o direito à educação vira

uma falácia caso não existam políticas públicas de inclusão com reais condições de implementação.

A pesquisa diagnosticou que 35% dos bolsistas afirmam que a escolha do Curso se deu por motivo de aptidões pessoais, somente 2% dos alunos assinalou que a escolha se deu por exclusão, uma vez que o Curso desejado não era oferecido. Segue o gráfico 11.

Gráfico 10 – Fator de motivação pela escolha do curso



Fonte: PIAS/NAE.

Por fim, no último dado que diz respeito às perspectivas dos alunos após o término do Curso, destaca-se que 63% dos pesquisados afirmou que pretende trabalhar e seguir os estudos, ainda com a pesquisa pode-se verificar que a maioria dos alunos assinala que pretende seguir os estudos em algum curso de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado ou doutorado.

Esta expectativa é interessante e importante, mas muitas vezes pode se tornar frustrante para muitos, porque após a formatura, por vários motivos, acabam não dando

continuidade aos estudos. Nesse sentido, as instituições precisam buscar estratégias capazes de mostrar a importância da formação continuada e atrair esses egressos para a pós-graduação.

4.2 Perspectivas do bolsista ProUni e o papel da Unicruz

Paulo Freire (1982) coloca que a “Utopia é um sonho possível. [...]. A questão do sonho possível tem a ver exatamente com a educação libertadora (p.103)”, ou seja, a partir das perspectivas dos estudantes de que forma a Instituição pode tornar esse sonho possível?

Esse sonho, essa utopia está presente na fala dos alunos pesquisados. Quando abordados sobre a percepção do histórico de sua vida, anseios pessoais, profissionais e o despertar para o Curso, a primeira entrevistada afirma que sempre teve a intenção de cursar Arquitetura e Urbanismo, porém, sem condições de arcar com os custos, tinha como objetivo inicial buscar a inserção no mercado de trabalho com alguma estabilidade e rendimentos fixos, para aí então, ingressar no curso dos sonhos. A bolsa foi o que possibilitou este acesso antes do período planejado.

O acadêmico do curso de Ciências Contábeis relata que antes de ingressar na Universidade não tinha ideia de curso e nem muita visão mercado, porém, após o ingresso percebeu um leque de possibilidades. Inicialmente o mesmo tinha como foco algum curso na área de licenciatura, ou algo do gênero. Com o ingresso no curso de Contábeis, os planos agora são de fazer um mestrado e buscar a docência. Alguns, como o caso da acadêmica do curso de Estética, viu na bolsa de estudo a oportunidade de realização e de fazer aquilo que gostava.

A aluna do curso de Biomedicina, afirma que esteve um bom tempo sem estudar, quando fez o Enem, em um primeiro momento já foi contemplada com uma bolsa de 50%, ao visualizar esta possibilidade, redobrou os estudos e conseguiu a bolsa na modalidade integral. Segundo a aluna, foi a realização de um sonho que ela disse ter certeza de que não seria possível.

Existem alunos que percorreram um longo caminho até se encontrarem em seus respectivos cursos. No caso da bolsista do curso de Fisioterapia, ela já havia cursado durante um ano outro curso relacionado à área de agronegócio. Após isso, foi bolsista também do curso de Ciências Contábeis e por fim foi selecionada bolsista ProUni para o curso de Fisioterapia, este que relacionado a área da saúde, sempre foi seu objetivo. Outros buscavam diferentes áreas, como o entrevistado do curso de Administração, que antes de começar a

pensar em graduação, buscava concursos na área militar. Com o acesso ao Ensino superior através da bolsa ProUni, mudou sua perspectiva de futuro e voltou o foco para a graduação.

Alguns entrevistados têm como justificativa de escolha a identificação com o curso e a vontade de ajudar os pais de alguma forma. No caso da acadêmica de Jornalismo, foi no ensino médio que despertou o interesse pela área de estudo. Seus anseios sempre foram progredir de uma forma que conseguisse ajudar os pais, trabalhar, ter uma vida estável e com conforto. Além disto, ela relatou o objetivo de buscar na cidade as oportunidades que seus pais não têm acesso no interior, como viajar e buscar novos conhecimentos. Muito comum, principalmente no caso dos alunos de agrárias, é o relato do acadêmico de Agronomia, filho de pequenos produtores rurais, a busca nos estudos trabalhar para dar retorno aos seus pais buscando o conhecimento científico para aliar ao conhecimento popular adquirido em sua vivência no meio rural.

Segundo Almeida (2007), os estudantes oriundos de camadas populares, forjados pelas condições sociais desvantajosas, passam a adotar na universidade uma postura ativa frente aos desafios, buscando condições de vencer as dificuldades. Ao adotar uma postura ativa, o estudante está se emancipando. A emancipação segundo Paulo Freire nas suas diversas obras, é uma vocação ontológica do ser humano, de querer “ser mais”. O papel da instituição de ensino superior é colaborar nesse processo de emancipação, procurando fazer com que o estudante seja um ser de desejo, de querer aprender, conhecer, pesquisar, enfim, construir conhecimento capaz de transformar a sua realidade e a de seu entorno.

Outros estudantes apontam que foram seus dons pessoais que os levaram ao curso atual, nos casos dos acadêmicos dos cursos de Enfermagem e Farmácia, a admiração pela área da saúde e da química, respectivamente, foram determinantes nas suas escolhas.

Na questão abordada sobre a situação de trabalho dos entrevistados e a relação com o fato de estar na universidade, a estudante de Arquitetura e Urbanismo afirmou que o trabalho é uma forma de apoio, através do qual, ela consegue pagar algumas despesas e manter o foco em seu maior estímulo que são os estudos.

Por sua vez, o acadêmico do curso de Direito relatou que a opção pelo trabalho, um estágio remunerado dentro de sua área de estudo, ocorreu pela possibilidade de aprendizado que lhe é proporcionada no ambiente de trabalho. Ele relata que com este estágio, que possui uma carga horária menor que empregos regulares como comércio e indústria, por exemplo, sobra-lhe tempo para estudar e ficar tranquilo, pelo fato de que a bolsa integral não está comprometendo as finanças da família. Segundo ele:

Tipo, por que tu estar trabalhando 8 horas por dia e vindo pra cá, por que eu não tenho bolsa e preciso de dinheiro para pagar, para cobrir, ai tu tira umas cadeiras por que tu não poder pagar todas, tu não tem tempo para estudar para um prova, para fazer um trabalho bem feito, para ler um livro quando tu precisa recuperar aquilo que tu não aprendeu na sala de aula, etc. Isso tudo ai, acaba que tira muito da tua qualidade depois de graduado. (sic).

No caso do acadêmico do curso de Contábeis, este afirma que o trabalho (anterior) não interferia no curso, possuía liberdade, porém, não tinha relação com a área. No momento da entrevista o mesmo afirmou que pretende buscar algo relacionado ao curso como um estágio ou até mesmo um cargo de auxiliar de serviços contábeis. Já no caso de outros, como a aluna de Estética, esta optou por conseguir um emprego de babá, que propiciasse uma maior disponibilidade de tempo para os estudos.

Nas falas apresentadas se pressupõe que a oportunidade de emprego se associa ao fato de estar na Universidade. Indiretamente, pode-se perceber o processo de inclusão, de justiça social e de emancipação. Tanto é que nas falas eles já fazem uma projeção futura. Essa projeção, segundo Freire (2009) se chama “esperança”. Sem um mínimo de esperança, segundo o autor, não podemos sequer começar o embate. Daí a precisão da educação da esperança.

Outros resultados já foram apontados pelos próprios acadêmicos em suas falas, no caso da aluna do curso de Biomedicina, esta descreve que a Universidade vem contribuindo para promoção de um processo de desinibição, o que, segundo ela, vem contribuindo em sua vida profissional:

A Universidade tem ajudado bastante por que, até na questão, por exemplo, eu era bem tímida ai então contribui um pouco com meu trabalho por que, eu tenho que apresentar os trabalhos acadêmicos na frente de todo mundo, e tem aluno que concorda contigo e tem aluno que não concorda, e tem o professor que vai te questionar. Então pra minha vida profissional foi maravilhoso. (sic).

Outro público, são os alunos bolsistas ProUni que participam de programas de bolsas de iniciação científica, iniciação à docência, pesquisa e outras modalidades remuneradas. A entrevistada do curso de Jornalismo argumenta que os professores são grandes incentivadores, dão dicas, e encaminham para os respectivos processos seletivos. Além do mais, a parceria da Universidade com órgãos como o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE e as empresas, acaba por dar visibilidade aos alunos. Ainda quando replicado pelo entrevistador: “Então o fato de você estar trabalhando tem contribuído?” Resposta: “Muito, e até, inclusive, o fato de eu trabalhar numa bolsa ajuda nos estudos, e eu estudar ajuda na bolsa. Então, é uma

troca mútua, tu acabas aprendendo coisas diferentes e, mais, por ter acesso às duas coisas”. (sic).

Ainda nessa linha, a aluna do curso de Educação Física afirma que só está trabalhando (bolsa de iniciação a docência e bolsa de extensão) graças à Universidade, ela ainda afirma que talvez sem o fato de estar cursando um ensino superior provavelmente estaria de fora do mercado de trabalho. O acadêmico de Ciência da Computação, em seu caso, participa como monitor de um curso de inclusão digital para pessoas integrantes do projeto Profissão Catador (ver em www.profissaocatador.com).

Por fim, encerrando esta questão relacionada ao fator trabalho, temos como exemplo uma problemática comum entre os cursos, com funcionamento na modalidade integral ou diurno, é a indisponibilidade de horários para desempenhar outras atividades que não a graduação, como é o caso dos entrevistados dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária que não exercem outro tipo de atividade além da graduação.

Na questão que trata das dificuldades encontradas pelos estudantes após o ingresso na Universidade, fatores como adaptação, locomoção e distância da família foram alguns pontos de destaque na fala dos estudantes. A bolsista do curso de Arquitetura respondeu como sendo o fator adaptação algo que foi dificultoso logo no início do curso. O fato de estar em uma nova casa, numa cidade maior, com pessoas que não conhecia foi destacado na fala da mesma. Além dela, a aluna do curso de Jornalismo destaca: “uma das maiores dificuldades é ficar longe dos meus pais, ficar longe da família, ter que se virar sozinha”. (sic). Um caso ainda mais extremo foi o vivenciado pela acadêmica do curso de Biomedicina, assim ela relata:

A adaptação foi um pouco dificultosa por que eu sou de Minas (Minas Gerais), então eu não entendia muita coisa que o pessoal falava, tinha bastante dificuldade financeira com o transporte para vim para Universidade, tinha dias que pegava carona com um, outro dia com outro, agora tá mais tranquilo por causa do trabalho. A vida melhorou bastante. (sic).

Quanto as dificuldades relacionadas ao deslocamento e transporte, o acadêmico de Contábeis fala que são todos os dias cerca de 70km de distância, percorridos da sua casa até a Universidade ida e volta, porém, segundo ele: “creio que é uma dificuldade que não posso estar levando em conta”. Ainda relacionado ao quesito transporte, alguns alunos destacaram os valores gastos com transporte como sendo um problema, nas palavras da aluna de fisioterapia: “eu recebo trezentos e trinta reais, o ônibus é duzentos e dez reais. Então a mãe recebe salário mínimo, boa parte do meu salário vai pra pagar o ônibus”.

Dois entrevistados merecem destaque em suas falas, pois, estes foram os únicos que relataram que percebem tipos de preconceito pelo fato de serem alunos bolsistas, segue na íntegra o diálogo realizado com a acadêmica de Enfermagem, quando perguntada sobre as dificuldades encontradas após seu ingresso na Universidade?

Transporte, os horários que a gente trabalha, corre pra faculdade, faz prova, enfim. Alguns obstáculos sociais também, tem **um certo preconceito com bolsista, tem um certo preconceito com classe social (grifo nosso)**, então eu encontrei algumas barreiras, mas fora isso não. Entrevistador: de que forma tu identificou este preconceito com bolsistas, foi explícito? O que tu identifica neste sentido e principalmente na questão social, como você disse, que tipo de barreira você viu? Resposta: Bem, colegas dizem que “ah, você é bolsista então você não paga, esse problema não é contigo, ou essa situação não é pra você”, coisas assim. Também, é outra realidade alunos que vivem com os pais sustentando, que vivem só para estudar. E outra realidade é o aluno que trabalha pra poder se manter na faculdade, comprar seu material, mantém sua família, o jeito de se vestir é diferente, o jeito de você ter tempo a sua disposição na sala de aula, você está mais cansado, você trabalhou, então as pessoas fazem comentário, as pessoas notam isso, mas é básico e são coisas que a gente vai enfrentar na sociedade. (sic).

Ainda nesta pergunta, o aluno do curso de Agronomia apresenta em sua fala, talvez um sentimento diferente, pelo fato de que, ao contrário, da maioria de seus colegas, ele não dispõem de transporte próprio para o seu deslocamento até as aulas, em sua resposta ele diz:

Uma seria deslocamento para faculdade, eu em toda minha graduação, até o momento eu ando de ônibus. Acredito que este é um fato, eu na verdade já estou acostumado a andar de ônibus, é uma maneira que ajuda a preservar o meio ambiente, mas de certa forma se tu tivesse um carro em questão de tempo, tu poderias desempenhar outras atividades e tudo mais. Então acredito que nessa parte de tu ter um meio próprio de transporte é um diferencial, e eu no meu ponto de vista tu acaba ficando deslocado. Por exemplo, quando acaba a aula e tá no horário do ônibus e tu fica esperando, eu também não me sinto a vontade de ficar pedindo carona por que não sei quando vou poder retribuir, acredito que a maioria dos meus colegas eu não vou poder retribuir, daí eu tento retribuir de outras formas como auxiliando em algumas atividades e pela amizade eu tento compensar, se é que eu compenso de certa forma. (sic).

Percebe-se que os acadêmicos entrevistados possuem dificuldades parecidas, e o fato deles terem a possibilidade de verbalizar essas angústias é muito importante no sentido de fomentar a expressão destes sentimentos, para que assim, possamos buscar em conjunto, formas de superação destas problemáticas.

Quando questionados sobre as perspectivas futuras, o que fazer após o término do curso, a maioria dos entrevistados visualiza a pós-graduação como uma meta, muitos deles, afirmam que pretendem ingressar em algum curso de Mestrado ou Doutorado com a finalidade de especialização profissional, ou até mesmo uma futura docência no ensino

superior. A fala destes alunos expressa, que alguns deles, que demonstram interesse pela docência no ensino superior, foram ou são alunos bolsistas de projetos de pesquisa e extensão, esta experiência foi, segundo eles, o que despertou o interesse pela sequência nos estudos. Aí, mais uma vez buscamos Freire para ilustrar a expectativa, a esperança, o desejo de querer “ser mais”. O autor diz que “a nova experiência de sonho se instaura na medida mesma em que a história não se imobiliza” (Freire, 2009, p. 92).

A acadêmica de Jornalismo é um destes exemplos. Bolsista de pesquisa, ela afirma: “eu quero fazer um mestrado. Esse é o meu objetivo principal, e se eu não conseguir, vou trabalhar. Se eu conseguir conciliar um mestrado com o trabalho melhor ainda, eu espero poder fazer isso”. (sic). Ainda nesta linha de pensamento, a estudante do curso de Educação Física diz que pretende, inicialmente, fazer um concurso público para buscar estabilidade, e, após isso, complementar a formação fazendo Educação Física Bacharelado, dando seguimento à vida acadêmica, ela diz: “a minha meta é dar aula em uma faculdade de Educação Física”. (sic). O mesmo foi relatado pelo acadêmico de Contábeis, que afirma que seu objetivo é de seguir com os estudos trabalhando na área de formação, preferencialmente em um setor público, focando no mestrado para futuramente atuar na Universidade.

Mais uma vez, Paulo Freire (2014) nos ilumina quando escreve nas cartas pedagógicas sobre a importância de querer avançar, melhorar. O objetivo da continuidade nos estudos decorre daquilo que o autor defende “mudar implica riscos”. Ou seja, viver é um risco, e as instituições de ensino superior têm o compromisso de preparar esses sujeitos para enfrentar e continuar a luta por melhores condições de vida. As instituições podem inserir o risco pela curiosidade, pela pesquisa, pela abordagem das questões políticas e sociais. A graduação é o início do processo que tem continuidade na formação contínua do estudante.

Outros alunos demonstram uma visão mais empreendedora, como a entrevistada do curso de Estética, que afirma ter como a meta comprar equipamentos para montar o próprio negócio. Este também é o caso da acadêmica do curso de Fisioterapia, que além de dar seguimento nos estudos, pretende abrir a própria clínica de Fisioterapia. Com relação a investimento, segue o relato do aluno do curso de Agronomia:

Primeiramente eu tinha uma ideia inicial de seguir um mestrado ou um doutorado por que tinha ingressado na pesquisa, mas depois da metade do curso eu já mudei o meu ponto de vista. Então eu pretendo concluir o curso, fazer meu estágio final, conseguir um emprego e poder em um futuro próximo dar um retorno do investimento dos meus pais e me manter, também por que nossa propriedade é pequena, tem como investir, mas, quem sabe o retorno não seja o esperado.

Na fala dos alunos com relação à significância da política ProUni, muitos dos entrevistados destacam este como um marco em suas vidas, algo que mudou suas perspectivas. O entrevistado do curso de Direito, afirma que o Programa fez com que a graduação ficasse mais confortável e compatível com as condições socioeconômicas do seu grupo familiar, segundo ele: “eu tinha qualificações, podia trabalhar, me matar que nem um louco (sic) para conseguir ir para Santa Maria estudar na federal, que eu não pagaria, e viver igual ao um mendigo praticamente”. Esta afirmação aponta que o aluno, até teria condições de buscar outras possibilidades para obter uma graduação, porém, esta não seria aquela que hoje esta sendo proporcionada a ele. O mesmo ainda afirma que o ProUni foi a oportunidade de obter uma graduação de qualidade, com possibilidades de aproveitar todas as oportunidades relacionadas, por exemplo, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão ofertadas pelo curso.

A questão da oportunidade de acesso a todas as camadas sociais foi objeto de destaque na fala de um dos entrevistados. Nas palavras dele, o Prouni é essencial, pois, possibilita a quem tem uma menor renda cursar uma faculdade. (sic).

A resposta do acadêmico demonstra a importância de ser assegurado o direito à educação, para isto, faz-se necessário buscar formas de garantia desse acesso. Segundo Blondel (apud Delors 2005), visto que especialmente nos países em desenvolvimento, a elite sempre se beneficiou mais das oportunidades de acesso e permanência ao ensino superior do que as classes menos favorecidas, isso devido também à fraca escolarização média dessa parcela da população, deve-se contrapor este processo cumulativo de enriquecimento fazendo com que os estudantes paguem anuidades universitárias, eventualmente corrigidas por bolsas aos menos favorecidos.

Os estudantes têm uma percepção bem clara quanto ao papel da Universidade como mecanismo de transformação social, o acadêmico de agronomia entende que por se tratar de uma instituição comunitária, a política de concessão de bolsas de estudo, na execução de programas governamentais, é uma medida válida no processo de inserção, inclusão e integração das pessoas. De acordo com seu entendimento, a Unicruz cumpre com seu papel de instituição comprometida com o desenvolvimento de sua região, promovendo a transformação social através da execução destas políticas.

Estacia (2009) destaca que o ProUni, desde a sua implantação, tem sido um programa com considerável importância social, pois os jovens brasileiros estão experimentando uma nova modalidade de acesso à educação. No entanto, percebe também a necessidade de adaptações e ajustes no programa no sentido de se fazer cumprir o ideal de

justiça social. Assim, para a autora, o Prouni parece ser uma medida favorável de inclusão, já que tem oportunizado à população menos favorecida acesso à educação.

O fator de inserção regional se afirma na fala do acadêmico do curso de Arquitetura, ele destaca que a instituição está fazendo a diferença, em sua comunidade, vários amigos têm tido dificuldade para obter algum tipo de bolsa: “então ela realmente está fazendo seu papel, além de educar, esta fazendo a diferença aqui na comunidade de Cruz Alta, e de outros lugares”. (sic).

Mais de um entrevistado afirmou que um fator de destaque sobre a importância da Universidade na inserção de alunos através da política ProUni, diz respeito ao crescimento no número de vagas ofertadas, o que proporciona maiores oportunidades de acesso para as populações de baixa renda. A entrevistada do curso de fisioterapia, em sua fala, destaca o Programa e a Universidade como sendo uma oportunidade.

Eu acho muito importante, por que existem muitas pessoas que não tem condições de pagar a mensalidade para ingressar no ensino superior. Por exemplo, o curso de Fisioterapia é um curso bastante caro, e eu não teria como, principalmente pra me manter na universidade, por que tem materiais e mais a mensalidade. A estrutura de Universidade é boa, o curso é bom e é uma oportunidade a mais para quem não tem condições.

Na fala da aluna do curso de Jornalismo, destaca-se o conhecimento da mesma com relação à política de bolsas como mecanismo de gestão institucional das IES privadas e comunitárias. Em sua fala, a mesma destaca como sendo de grande importância os programas de concessão de bolsas de estudo, estes, além de contribuir para o mantimento da própria Universidade, promovem o acesso de pessoas de baixa renda, público alvo da política ProUni. A aluna, ainda, relata que existem várias pessoas que não teriam a oportunidade de ingresso no ensino superior por não possuírem condições de arcar com os custos de uma graduação, “a Unicruz faz essa revolução ao oferecer o ensino superior a quem não tem dinheiro para pagar né, e como uma Universidade particular, mas que presta serviços pra comunidade isso é muito importante”. (sic).

O processo de mudanças no mundo do trabalho tem ocasionado modificações na vida social em decorrência de um estilo de vida que prima, antes de tudo, pelos estudos como forma de ascensão social equacionada à aquisição de trabalho, vislumbrando principalmente a estabilidade na vida financeira. Sendo a política educacional um tipo de política social, ela se “refere às medidas e às decisões que o Estado, no caso, o governo brasileiro, toma relativamente aos rumos que se devem imprimir à educação do país” (SAVIANI, 2007, p. 1).

Encerrando esta parte, destacam-se duas reflexões com sentimentos distintos. Primeiramente, a acadêmica entrevistada do curso de Enfermagem, ressalta o Programa, como sendo uma oportunidade de aprendizagem e de transformação do futuro, atuando de forma a impactar a sociedade através de sua inserção enquanto profissional na busca pelo bem coletivo. Por outro lado, o entrevistado do curso de farmácia, possui um sentimento mais individualista, relacionado à oportunidade que lhe é concedida, nas palavras dele: o cara é inteligente pra caramba, e depois vai virar um carpinteiro, cortar uma grama que é um desperdício. (sic).

4.3 Impactos e mudanças no âmbito familiar, social e do trabalho

Os impactos relatados pelos entrevistados após o ingresso na Universidade evidenciam as mudanças relacionadas à perspectiva de futuro, trabalho, convivência e meio social, processos de adaptação, sentimentos de agradecimento, reconhecimento e respeito da família, foram destaque na fala dos entrevistados. A acadêmica do curso de arquitetura afirma que foi uma mudança total, desde o fator relacionado à mudança de cidade até uma nova percepção de mundo, ainda segundo ela: “agora eu gosto muito do meu curso e nunca ia abandonar por nada, e mudou tudo na minha vida, mudou tudo que eu penso do meu futuro, minhas perspectivas, agora eu sei que posso ir bem mais longe do que eu pensava que eu podia ir”.

O aluno do direito destaca a convivência que o ambiente universitário propicia, além disto, relata que a bolsa de estudos propiciou que ele decidisse em definitivo qual carreira profissional deseja seguir, a docência.

Bah, estudar assim é importante para todos os aspectos né, eu trabalho, eu tenho um estágio, tenho uma convivência social que a gente tem aqui na instituição é uma coisa espetacular, as possibilidades que a Unicruz me deu de viajar, de apresentar trabalhos graças aos projetos de pesquisa que são muito bem promovidos na instituição, a Pró-Reitoria de pesquisa e extensão é fantástica, a gente tem possibilidade de estar viajando, de estudar em si, por que a gente tem professores bons para orientar, tem possibilidades, e estudar da uma motivação, a gente conhece coisas diferentes, aprende coisas diferentes. Por exemplo, eu não tinha muito a ideia do mestrado quando eu entrei aqui por que eu não pensava muito na docência, mas quando eu cheguei aqui eu fui conhecer como é o ambiente das salas de aulas, o ambiente dos estudantes universitários foi uma coisa assim: é uma coisa que eu quero fazer! Por que a pessoa não envelhece mais, a pessoa fica com aquela cabeça de jovem pro resto da vida. São vivências que a gente não estando aqui, inserido no meio, a gente não tem. (sic).

Ainda no relato do aluno, em sua experiência enquanto aluno bolsista, não há distinção por parte de professores e instituição. Estes nem sabem quais são os alunos bolsistas, e quando sabem, nas palavras dele, “sabem por que os alunos bolsistas são os mais qualificados das turmas, por que são alunos que entraram lá pura e plenamente por uma nota muito boa no ENEM, que é extremamente competitivo”.

A selecionada do curso de Biomedicina destacou três aspectos principais de impactos e mudanças ocorridas, primeiramente a comprovação da realização do sonho, que segundo ela: já foi provado que é igualitário, eu tive o acesso, além disso, ela destaca as mudanças ocorridas relacionadas ao trabalho, e também agora, do casamento, que faz necessário conciliar estes fatores para manter o foco nos estudos.

O relato da acadêmica de Fisioterapia destaca a vivência com pessoas de diferentes cidades, como um fator de aprendizagem que a universidade propicia, ela ainda encerra agradecendo a oportunidade de fala que a pesquisa proporcionou ao aluno bolsista, e diz que esses momentos contribuem para que os alunos possam expressar seus sentimentos e suas necessidades acerca da política educacional.

A selecionada do curso de Jornalismo destaca a mudança de ambiente como uma primeira grande mudança. O estudo também trouxe, segundo ela, a oportunidade de adquirir o conhecimento, sabedoria e o desenvolvimento da escrita. A aluna relata que a pesquisa é um dos fatores que promovem este desenvolvimento pessoal e acadêmico, além disto, a discussão de ideias e diferentes pontos de vista, a práxis acadêmica, é um ponto de destaque em sua fala.

Por fim, a acadêmica agradece ao ProUni e diz: “talvez eu não estivesse aqui agora, não teria toda essa oportunidade que tive de conhecer tanta coisa, me desenvolver como pessoa e pensar num futuro maior pra todo mundo e pra minha família”.

Outro impacto se dá pela valorização da pessoa e o orgulho em ser a primeira de uma família a chegar ao ensino superior, como expressa a bolsista de Enfermagem. Ela relata que as mudanças em sua vida pós-acesso foram diversas, ela destaca que os conhecimentos adquiridos na universidade são aplicados em casa, bem como as experiências obtidas em sala de aula, “dão mais crédito à nossa palavra em saúde em casa”, além disso, o fato de ser a pioneira a estar cursando uma graduação é motivo de orgulho para os demais integrantes do grupo familiar. Assim como foi destacado por outros alunos, a entrevistada também exerce o papel de divulgadora do Programa, ela diz: “eu visito pessoas com o meu emprego que nem sonham em fazer uma faculdade, que elas nem pensam em fazer isso e eu já coloco nas mentes juveninhas você consegue, faz o ENEM, faz o ProUni”. (sic).

Encerrando, ela destaca que não teria outra forma de ingressar em um curso superior se não através da bolsa e percebe o programa como uma oportunidade de mudança da sociedade na qual estamos inseridos.

Para Helene e Matsushigue (2012), o motivo pelo qual por muito tempo a educação não fez parte da realidade brasileira se relaciona à má distribuição da riqueza produzida pelo país. Para os autores, “o sistema educacional, bem como os demais aspectos coletivos de nossa vida social, por um lado são altamente influenciados pela má distribuição de renda no país e, por outro, contribuem para sua reprodução” (HELENE; MATSUSHIGUE, 2012, p. 28).

Por fim, o relato do entrevistado do curso de Agronomia sustenta-se em três fatores de mudança, sendo: primeiro, o tipo de agricultura praticada nesta região, a monocultura, que se diferencia da diversidade de culturas praticadas em sua região de origem. Segundo, a amizade criada com colegas que também é algo marcante e por último, a oportunidade de formação e conseqüentemente a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Nas considerações finais o aluno cita que: “Acredito que essa pesquisa é válida, as questões são bastante pertinentes quanto à vida do acadêmico, no caso quem é bolsista ter a oportunidade de poder expressar o seu ponto de vista”.

Outro ponto de destaque é com relação ao chamado rompimento de ciclo de reprodução sociofamiliar de não acesso ao ensino superior, conforme se destacou anteriormente, 10 dos 15 alunos entrevistados não possuíam em seu grupo familiar histórico de pessoas com acesso a algum curso de ensino superior. A entrevistada do curso de Enfermagem relata: “o ProUni foi a oportunidade de eu realizar meu sonho, ninguém da minha família teve a oportunidade de fazer uma graduação. Eu queria trabalhar na área da saúde, ajudar as pessoas, e através do ProUni eu vou conseguir”. Ainda nesse mesmo fator de significância, aponta-se para a fala da aluna do curso de Biomedicina:

Pra mim foi uma mudança por que, eu não teria condições econômicas de estar cursando um curso superior em uma Universidade né (sic). Então isso foi uma porta aberta, um caminho de oportunidade como já diz o programa. Então pra mim é isso, uma mudança de vida, uma transformação de história por que, observando o passado da minha família eu vou ser a segunda que vai ter curso superior, por tanto uma mudança radical, a quebra de um ciclo (sic).

A aluna de Fisioterapia é mais um caso de mudança após o ingresso na Instituição. Conseguiu acesso ao mercado de trabalho graças ao ingresso no curso superior. Ela afirma que já no primeiro semestre, após a realização de contatos com os professores, foi indicada

para uma vaga de secretária em uma clínica de fisioterapia, ela ainda afirma: tudo o que eu aprendo na teoria aqui, por que eu ainda não entrei muito na prática, lá eu vejo muito do que eu aprendo. Então pra mim um integra o outro. (sic).

Ao serem apresentadas questões a respeito do exemplo do acadêmico, enquanto membro integrante do grupo familiar, que ascendeu ao ensino superior na condição de bolsista integral, perante os familiares e amigos e o impacto positivo àqueles que estão em seu entorno, para que também busquem o acesso ao ensino superior; praticamente, todos os entrevistados afirmaram positivamente, que seu exemplo está servindo de incentivo para que pessoas próximas busquem a educação superior como uma possibilidade de transformação social.

A acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo relata que, em seu grupo de amigos, sendo a primeira a garantir o acesso a universidade, muitas outras pessoas também visualizaram essa possibilidade. Segundo ela: “muitas pessoas não tinham consciência de que isso era possível, ouviam falar e tudo mais, mas depois que eu consegui puderam ver que era possível”. (sic). O acadêmico de Direito traz um breve relato quando perguntado se alguém de seu grupo familiar vislumbrava a possibilidade de acesso à Universidade, a exemplo dele:

Sim, meu irmão veio direto para cá por causa disto, o meu pai até contemplava, mas como ele já tinha curso superior fica mais difícil para ele conseguir o acesso, por que ele pensava assim, ele queria mas, não fez por que não tem dinheiro. E daí, ele pensava que tinha que escolher, ou eu pago para os meus filhos fazerem ou eu faço, então não posso fazer. Mas já que ele não precisa pagar para nós ele já começou a pensar em achar alguma coisa que ele goste. E tem outras pessoas, por exemplo, minha mãe também ela não tem curso superior e ela vislumbrava a possibilidade, por que, tipo, nenhum deles acreditava que era tão fácil por que, a realidade na época deles não era assim. Meu pai entrou aqui com filantropia e o FHC (ex Presidente Fernando Henrique Cardoso) cortou não deu dois semestres¹⁴. Então ele nem acredita que nós estamos lá e que tá tudo certinho assim, tipo, ele tem medo de todo processo de documentação, ele tipo, tinha um medo de dar alguma coisa errada. Tipo, por experiência dele e agora a gente tem uma realidade completamente diferente aqui do que era na época. Então as pessoas muitas vezes não acreditavam, e agora ele já não tem mais por que, eu já estou quase formado e meu irmão também. (sic).

Os dizeres do aluno de Contábeis assemelham-se aos demais respondentes da pesquisa. Este afirma que as irmãs mais novas já o estão observando e que isto serve de impulso para que as mesmas possam visualizar a possibilidade de acesso. “Elas vão ver uma possibilidade muito grande nisso e um futuro promissor em continuar estudando”. O próprio

¹⁴ O acadêmico não especificou que tipo de bolsa seu pai tinha, tendo em vista que o termo “filantropia” foi muito utilizado referindo-se a bolsas de estudo anterior ao ProUni, este muitas vezes de forma errônea em virtude da legislação vigente à época que permitia muitas variáveis por parte das instituições que poderiam destinar recursos para as áreas de assistência social, educação ou saúde a próprio critério. Isto posteriormente seria regulamentado pela Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009.

estudante afirma que também teve uma referência antes de iniciar o curso, neste caso, seu primo, 08 anos mais velho, graduado em Engenharia Mecânica, foi quem o incentivou a buscar a educação superior como possibilidade de ascensão social e cultural.

Percebeu-se, então, que os alunos bolsistas ProUni tornam-se elementos multiplicadores do Programa, através de suas experiências acabam por incentivar e trazer outros estudantes para o ensino superior, muitas vezes através do próprio ProUni, Financiamento Estudantil – FIES e outras formas. O entrevistado do curso de gestão de Empresas Rurais conta que busca constantemente incentivar os amigos a retomarem os estudos, ele cita um exemplo: “tive até agora pouco conversando com uma amiga minha, ela pediu informações sobre o vestibular, e eu disse vai lá e tenta fazer, eu até estava vendo pra ela a possibilidade de algum financiamento pra ela conseguir também vir.” (sic).

A acadêmica do curso de Biomedicina afirma que está incentivando os irmãos e os amigos mais jovens sempre que pode. Através da sua experiência ela diz que a chave é a realização de um bom ENEM e após isso, buscar o acesso pelas possibilidades ofertadas. O caso da aluna de Fisioterapia é o parecido, mesmo com a irmã concluindo o Ensino Fundamental, já se prepara para o ENEM e tem como meta conseguir uma bolsa de estudo a exemplo da irmã.

Com 10 anos de programa, é de se esperar que estes alunos também tenham sido incentivados por outros bolsistas contemplados outrora. A respeito disto, tem-se o relato da acadêmica do curso de Jornalismo:

Eu fui muito inspirada pela minha irmã, até por que além de inspirar acaba sendo quase que uma obrigação. Se tua irmã conseguiu, tu tens que conseguir também. Ela acabou se formando aqui com a bolsa integral do PROUNI, depois entrou no mestrado e conseguiu bolsa também, e tenho meu irmão mais novo que eu espero que nós duas sirvamos de exemplo pra ele também. E a questão dos meus amigos assim, a maioria que tinha interesse de estudar todo mundo já começou. Não sei se eu servi de inspiração, mas, sempre que eu posso, eu estímulo aqueles que eu vejo que não estão estudando: Olha só a faculdade e tal, sempre tento inspirar, eu sempre falo à quantidade que a bolsa do PROUNI é importante, por que ter dinheiro ou não, não é mais uma desculpa. Tu podes dar um jeitinho ali, questão talvez de transporte que é um custo alto, mas se tu tens a bolsa do PROUNI tudo acaba ajudando, então não é mais um empecilho.

Sendo assim, podemos concluir que estes agentes multiplicadores são essenciais para o sucesso e manutenção do Programa. Como já foi dito anteriormente da importância deste para a sustentabilidade das IES, cabe a seus gestores e profissionais que executam o ProUni buscar formas de fomentar este processo, fazendo com que este ciclo perdure, proporcionando cada vez mais o acesso ao ensino superior daqueles, que são o público alvo da política, a população de baixa renda.

Todas as questões levantadas e analisadas implicam em mudanças. Mudanças de postura, por parte do Estado Brasileiro, das instituições de ensino superior como também do próprio estudante. Para isso, Boaventura Santos (1989) nos instiga ao inconformismo ante aos desmandos vivenciados e que são provocados pelos imperialismos (culturais e econômicos) que, no paradigma da modernidade, excluíram, silenciaram e desperdiçaram experiências e conhecimentos de grande parcela da humanidade. Freire (2009) complementa a ideia de Boaventura (1989) ao dizer que ao nos indignarmos estamos tendo esperança e fé na capacidade humana e na utopia de um mundo melhor. Inconformismo e esperança podem ser ingredientes à possibilidade de emancipação do cidadão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Freire, (1996) advoga sobre a necessidade e importância da escuta como um processo de diálogo. Segundo o autor (p.113) “não é falando aos outros, de cima para baixo, [...] que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles”. Foi esse processo de escuta que possibilitou apresentar as considerações sobre a pesquisa.

Pautada no pressuposto da educação como um direito o ProUni se revela como importante política equitativa e social. Essa afirmação é resultado da escuta realizada na investigação que tinha como problemática saber quais as perspectivas e impactos sociais o acesso ao ensino superior está proporcionando ao bolsista ProUni no âmbito familiar, social e do trabalho.

Para responder ao problema foi necessário a análise do ProUni, como política pública promotora do acesso ao ensino superior, tendo como amostra alunos bolsistas da Universidade de Cruz Alta, e evidenciar a importância da política em estudo, bem como compreender as perspectivas e mudanças ocorridas após o ingresso no ensino superior.

No processo de pesquisa, verifica-se que a trajetória de implantação do ensino superior no Brasil foi permeada pelos interesses de uma minoria da população que detinha o poder político e econômico do país. A inserção das demais camadas populacionais ainda está em decurso, visto que após quase 400 anos das primeiras tentativas de implantação do ensino superior no Brasil, não podemos afirmar que o ensino superior constitui-se numa possibilidade para todos. Porém, faz-se necessário ressaltar que o papel das ICES, dos movimentos estudantis e das políticas públicas a partir da segunda metade do século passado vieram na contramão desta norma vigente e promoveram uma expansão do ensino superior tanto geograficamente quanto na diversificação do público alvo.

A análise das entrevistas e dos dados coletados durante o processo investigativo possibilita a afirmação que, de forma sucinta, a resposta ao problema da pesquisa abrange um universo de sentimentos e percepções, e que, nem todos estes puderam ser transcritos no decorrer do trabalho, e, muitas vezes, nem estiveram explícitos na fala dos entrevistados, ou

na análise documental realizada pelo entrevistador. Estes dados, as perspectivas e impactos sociais causados pelo acesso ao ensino superior, no âmbito familiar, social e do trabalho, compreendem múltiplos universos e histórias de vida.

De um lado, alunos que estavam sem perspectivas de futuro, pela condição social na qual estavam inseridos, bem como pelo desconhecimento do grupo familiar sobre a importância dos estudos para a formação pessoal e profissional e, até mesmo, a impossibilidade de visualização de outra realidade, diferente daquela na qual se reproduziu por gerações e gerações.

Por outro lado, percebe-se uma parcela maior de alunos que já tinham este planejamento de buscar, através do acesso ao ensino superior, melhores condições de vida e de trabalho. Estes alunos tiveram a oportunidade de crescer em uma realidade muito diferente daquela de seus pais. Hoje, esses acadêmicos superaram as dificuldades e se tornam sonhadores e construtores de um futuro melhor.

As perspectivas futuras apresentadas pelos entrevistados são as melhores possíveis: a formação continuada, a inserção no mercado de trabalho, a busca por melhores condições de vida para si e para o grupo familiar bem como o sentimento de solidariedade para com as gerações de estudantes futuras, foram aspirações expressas na fala e no desejo dos estudantes.

Com relação aos impactos ocasionados pelo acesso ao ensino superior podemos destacar: o crescimento da renda *per capita* na maioria dos acadêmicos pesquisados; as alterações no que se referem às percepções de mundo e de futuro; a melhoria das condições de empregabilidade dos entrevistados; o rompimento do ciclo de não acesso ao ensino superior; a perspectiva de inserção de outros alunos oriundos da mesma realidade destes aqui inseridos e o sentimento de efetivação da política educacional.

Dessa forma, pode-se dizer que temos um novo público de estudantes universitários no Brasil. Os programas de inclusão social, dentre estes, aqueles que promovem o acesso ao ensino superior, estão inserindo, pela primeira vez na história do país, jovens e adultos de todas as raças e condições sociais no ensino superior. Estes dividem espaço com as elites que sempre se utilizaram deste “privilegio” como forma de dominação e manutenção do *status quo*. Com isto, obtém-se uma transformação imediata na condição de vida desta população, tanto das condições socioeconômicas quanto das condições culturais.

Em resposta ao objetivo que procura identificar a importância do ProUni como política de acesso ao Ensino Superior, torna-se clara sua relevância na promoção do acesso ao ensino superior. O número de bolsas, ofertadas nos dez anos de programa, evidenciam o

processo de expansão do acesso. Além disto, a utilização e a universalização do ENEM, como forma de ingresso e seleção, tem contribuído muito neste sentido.

Quando se trata de compreender as perspectivas dos acadêmicos no decorrer do processo, conclui-se que a falta de informação ainda é uma problemática a ser trabalhada na fase anterior do acesso do estudante. Muitos não visualizam, ou não percebem as possibilidades que hoje são ofertadas. Faz-se necessário, também, incentivá-los para a busca pela formação continuada, como também o fato de serem multiplicadores da Política em suas comunidades e com seus pares.

Na escuta sobre as mudanças ocorridas na trajetória do bolsista no âmbito familiar, social e do trabalho, destacam-se as seguintes: geográficas, nos casos em que o aluno mudou de cidade para cursar a graduação; de emprego, quando o aluno conseguiu ou buscou outro emprego que foi consequência deste ascender ao ensino superior; das relações familiares, que diz respeito aos casos em que o aluno torna-se um indivíduo de destaque dentro daquele determinado núcleo familiar e, ainda, quando este se torna referência para os demais integrantes do grupo como nos casos dos bolsistas que incentivam demais familiares ou amigos a buscarem o acesso ao ensino superior; e, por fim, mudanças relacionadas à convivência social, como conseqüências oriundas da vida acadêmica.

O referido problema da pesquisa, tinha como hipótese o ProUni atuando como instrumento de democratização do acesso ao ensino superior. Quanto a isso, é possível afirmar que, após a análise dos dados coletados na pesquisa, esta se confirmou. O levantamento realizado aponta que tanto em números, quanto em diversificação de público, o Programa contribuiu para que muitas pessoas que antes não tinham perspectiva de acesso ao ensino superior pudessem estar hoje concretizando este sonho.

A hipótese confirma-se visto que mostra, através dos depoimentos dos estudantes, o ProUni como uma importante política de democratização, e, muitas vezes, como única possibilidade de acesso ao Ensino Superior. Porém, apesar dos resultados positivos, e do crescente aumento no número de vagas no ensino superior, ainda temos muito a avançar nesta e em outras sendas políticas. A parcela da população em situação de vulnerabilidade extrema não consegue sequer disputar uma vaga nos processos seletivos de ingresso ao ensino superior, também, a população negra ou parda não é representada nas IES, de acordo com o percentual de indivíduos existentes no Brasil, que se enquadram nestas categorias.

Cabe salientar que esta política é compreendida, portanto, como uma das ferramentas utilizadas para o alcance da meta 4.3 da Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação, que tinha como meta a oferta de educação superior para, pelo

menos, 30% da faixa etária da população de 18 a 24 anos. Sendo assim, torna-se necessário a busca por outros métodos que somados ao ProUni possam colaborar para a real democratização da educação superior no país. Neste sentido, encaminhamos algumas propostas que poderão ser úteis nesta trajetória.

Apesar dos avanços e de uma maior possibilidade de acesso ao ensino, ainda precisamos percorrer um grande caminho na qualificação destas políticas para podemos afirmar que houve inclusão, justiça social e cidadania. Para tanto, além das considerações e análises realizadas, algumas propostas surgem durante o processo de estudo. Em nível macro reafirma-se a necessidade da pesquisa no desenvolvimento e acompanhamento das tecnologias sociais; faz-se necessária, também, a criação de um método de acompanhamento dos alunos bolsistas egressos e, por fim, é imprescindível a vigilância da IES e, ainda mais, das ICES, no processo de acompanhamento e manutenção do Programa.

Em âmbito institucional, a proposta centraliza a ampliação do debate em sala de aula com relação às políticas públicas e sua importância no processo de gestão social; na maior participação institucional nos espaços relacionados à discussão das políticas educacionais e na promoção do intercâmbio de conhecimentos com outras instituições similares, e, ainda, na criação de políticas institucionais complementares ao ProUni para suprir algumas defasagens do Programa que foram apontadas na pesquisa.

Por fim, proporcionar a criação e/ou fortalecimento de órgãos, núcleos ou programas de acompanhamento contínuo da política do ProUni e demais programas de Bolsas e Financiamentos, bem como do público alvo destas políticas, a fim de contribuir no processo de democratização do ensino superior promovendo o desenvolvimento regional e afirmando a efetivação das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Wilson Mesquita. **Estudantes desprivilegiados e fruição na Universidade: Elementos para repensar a inclusão no ensino superior.** In: MONTEIRO, Alda M. (Org.). Educação para a diversidade e cidadania. Recife: Organizador, 2007.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil:** 4ª ed. Brasília - DF: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- BLONDEL, Danièle. **O ensino superior: missão, organização e financiamento.** In: DELORS, J. (Org.). A educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre - RS: ARTMED, 2005. p. 191.
- BRONZATTI, Maria de Fátima. **Cruz Alta: um binômio cheio de possibilidades.** 2002.134 f. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 2002.
- CANDAU, Vera M. (Coord). **Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos.** RJ: DP&A, 2003.
- CATANI, Afrânio; Hey, Ana; GIGLIONI, Renato. **Democratização do acesso às instituições de ensino superior?.** Educar, Curitiba, nº 28, p. 125-140, 2006.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais:** 5ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2013.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania.** 3ª ed. São Paulo - SP: Brasiliense, 2006.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Ensino Superior e Universidade no Brasil.** LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.) 500 anos de educação no Brasil. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 p. 151-204.
- DORNELES, E.F. **Universidade de Cruz Alta: um ponto na rede comunitária.** In: SCHMIDT, J.P. (Org.). Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais. Santa Cruz do Sul - RS: EDUNISC, 2009.
- ESTACIA, Maria Aparecida T. **Alunos do ProUni da Universidade de Passo Fundo: trajetórias, percepções/sentimentos e aproveitamento acadêmico.** 2009.240 f. Tese (Doutorado em Educação) - UFRGS, Porto Alegre, 2009.

FÁVERO, M. L.A. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba – PR, N. 28, P. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 16ª ed. 2009.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Paulo Freire. Organização e participação de Ana Maria de Araújo Freire. 1ª ed. SP: Paz e Terra. 2014.

_____. **Educação: o sonho possível**. In: BRANDÃO, C. R. (Org). O educador: vida e morte: escritos sobre a espécie em perigo. RJ: Graal, 1982, p. 91-101.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. SP: Paz e Terra, 1996.

_____. **Universidade e poder. Análise crítica/fundamentos históricos (1930-45)**. 2ª ed. Brasília: Plano, 2000.

_____. **Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço**. In: MOROSINI, M. C. (Org.) Universidade no Mercosul. São Paulo: Cortez, 1994, p 149-177.

GENTILI, P. OLIVEIRA, D.A. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo - SP: Boitempo, 2013. p. 253-264.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**: 4ª ed. São Paulo - SP: Atlas, 2002.

_____, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**: 6ª ed. São Paulo - SP: Atlas, 2014.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**: 15 ed. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 2013.

LAMPERT, Ernâni. **Universidade, docência e globalização**. Porto Alegre - RS: Sulina, 1999.

LAUXEN, Sirlei de Lourdes. **Docência no ensino superior: revelando saberes dos professores da área da saúde da UNICRUZ/RS**. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) - UFRGS, Porto Alegre, 2009.

LONGHI, S.M. **Universidade comunitária – evolução de um estudo, ensaio de um futuro**. Mesa Redonda: Políticas e Práticas na Educação Superior - Modelos Institucionais em Questão. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo – RS, 2000.

MACHADO, Vinicius de Camargo. **O planejamento estratégico como instrumento de gestão em instituições comunitárias de ensino superior**. 2015.156 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - UNISC, Santa Cruz do Sul, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2013.

OECD (2015). **Population with tertiary education (indicator)**. doi: 10.1787/0b8f90e9-en (Accessed on 12 May 2015)

OLIVEN, A.C. **A educação superior no Brasil**. Instituto internacional para a Educação Superior na América Latina – Unesco - Caracas, 2002.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de história**. Passo Fundo - RS: UPF, 2005.

SANTOS, A.P.D; CERQUEIRA, E.A.D. **Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes**. IX colóquio de internacional sobre gestão universitária na América do Sul. Florianópolis, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos estud. - CEBRAP [online]. 2007, n.79, pp. 71-94. ISSN 0101-3300.

_____. **A gramática do tempo: por uma nova cultura política**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Por um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B.D.S; FILHO, N.D.A. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**: 23 ed. Rio de Janeiro - RJ: Record, 2013.

_____. **As cidadanias mutiladas. O preconceito**. São Paulo: Imesp, 1997.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHMIDT, J.P; CAMPIS, L.A.C. As instituições comunitárias e o novo marco jurídico do público não estatal. In: SCHMIDT, J.P. (Org.). **Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais**. Santa Cruz do Sul - RS: EDUNISC, 2009. p. 29.

SILVA, L. A. **Cidadania, democracia e justiça social**. Encontro nacional do Fórum Nacional da Reforma Urbana – Instituto dos Arquitetos – Rio de Janeiro, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais: ideias para elaboração de um projeto de pesquisa**. Cadernos de Pesquisa. Ritter dos Reis, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 15 - 38, nov. 2001.

UNESCO, <http://www.unesco.org>. Acessado em 12/05/2015.

UNICRUZ. **Estatuto da universidade de cruz alta.** Cruz Alta, 2013.

UNICRUZ. **Plano de desenvolvimento institucional.** Cruz Alta, 2013.

UNICRUZ. **Projeto político pedagógico.** Cruz Alta, 2013.

ZITKOSKI, Jaime José. **Horizontes da refundação em educação popular.** Frederico Westphalen - RS: Ed. URI, 2000.

APÊNDICES

6.1 APÊNDICE A

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA
PPG – MESTRADO EM PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, RG nº , abaixo assinado, declaro que, de livre e espontânea vontade e de forma gratuita, aceito participar da pesquisa “O BOLSISTA PROUNI NA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA: PERSPECTIVAS E IMPACTOS SOCIAIS”, realizada pelo mestrando Anderson Barbosa Scheifler, orientado pela prof. Dr^a. Sirlei de Lourdes Lauxen, autorizando o uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. Fui informado (a) do objetivo da pesquisa que consiste em “Analisar as perspectivas e os impactos sociais que o acesso ao Ensino Superior está proporcionando ao Bolsista ProUni no âmbito familiar, social e do trabalho”. A entrevista será realizada a partir da aplicação de entrevista contendo questões abertas, retirando quaisquer informações identificatórias do sujeito pesquisado. Destaca-se que as informações prestadas poderão ser gravadas desde que autorizadas pelo sujeito entrevistado.

A entrevista terá a duração aproximada de meia hora e eu poderei interromper a qualquer momento, não sendo obrigado a responder qualquer pergunta que julgar inconveniente. Estou plenamente ciente de minha participação nesse estudo e sobre a preservação do meu anonimato.

Foi-me esclarecido que os dados coletados serão retornados em forma de via escrita do trabalho principal resultante desta pesquisa e contribuirão na melhoria dos processos administrativos institucionais da política de assistência educacional desta instituição.

Os dados coletados poderão ser utilizados para elaboração de trabalhos acadêmicos, publicação de resumos e artigos, apresentação em seminários e similares. Declaro, outrossim, que este Termo foi lido e recebi uma cópia.

Quaisquer dúvidas em relação à pesquisa podem ser esclarecidas pelo acadêmico Anderson Barbosa Scheifler ou pela professora Sirlei de Lourdes Lauxen pelo fone (55)3321 1532.

Cruz Alta, ____ de _____ de 2015.

Entrevistado (a)

Acadêmico (pesquisador)

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Eu abaixo assinado, **Anderson Barbosa Scheifler**, discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta-UNICRUZ, comprometo-me a manter sigilo em relação às informações consideradas confidenciais a que poderei ter acesso no desenvolvimento da pesquisa “**O bolsista ProUni na Universidade de Cruz Alta: perspectivas e impactos sociais**”,

Por este termo, comprometo-me:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso para gerar benefício próprio ou de terceiros e a não repassar o conhecimento das Informações confidenciais obtidas no processo de pesquisa;
2. a não efetuar nenhum registro de áudio ou imagem sem a autorização dos sujeitos da pesquisa;
3. a não apropriar-me de material confidencial ou sigiloso que venha a ser disponibilizado através da pesquisa;

Declaro, através deste termo, reconhecer que o descumprimento das condições acima mencionadas poderão implicar em sanções de cunho civil e/ou criminal cabíveis.

E, para todo e qualquer efeito, firmo o presente termo conjuntamente com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Cruz Alta, 03 de março de 2015.

Anderson Barbosa Scheifler
CPF: 009.849.840-11

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

6.2 APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO

Informações do(a) aluno(a): Nome: _____ CPF: _____ RG: _____ Data Nascimento: _____ Curso: _____ Semestre: _____ Estado Civil: () Solteiro () Casado () Separado () Viúvo () Outro (qual): _____					
Endereço completo do(a) aluno(a): Rua: _____ Nº: _____ Complemento: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____ Telefones: Residencial: () _____ Comercial: () _____ Celular: () _____ E-mail: _____					
Habitação (grupo familiar): () própria () alugada () financiada () cedida Tipo de Imóvel: () alvenaria () madeira () mista () outro(Qual) _____ Se imóvel próprio, valor estimado do imóvel R\$: _____ Se imóvel financiado, valor do financiamento R\$: _____ Se imóvel alugado, valor do aluguel R\$: _____					
Transporte: Possui veículo? () sim () não Qual: _____ Situação do veículo () próprio () alienado Valor estimado R\$ _____					
Algum outro membro do Grupo Familiar possui graduação em Curso Superior: () sim () não () cursando Qual: _____					
Informações do Grupo Familiar:					
Aluno(a)		Idade	Escolaridade		Renda Mensal R\$
Demais integrantes do Grupo Familiar		Idade	Escolaridade	Parentesco	Ocupação/Trabalho
					Renda Mensal R\$
Total de Componentes do Grupo Familiar: _____		Total da Renda Familiar R\$ _____		Renda Per Capita R\$ _____	

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1 - O que significa o ProUni na sua vida?

- 2 - Qual sua percepção com relação ao papel da Universidade na oferta de possibilidades de acesso ao Ensino Superior através das bolsas de estudo?

- 3 – Antes de ingressar na Universidade, quais eram seus anseios, profissionais, pessoais?

- 4 - E hoje, estás trabalhando? Se estiver, a Universidade está ajudando ou interferindo no trabalho? Como?

- 5 - Quais as maiores dificuldade encontradas após seu ingresso na Universidade?

- 6 - Quais são suas perspectivas ao término do curso?

- 7 - Alguém de seu Grupo Familiar vislumbra a possibilidade de acesso graças ao seu exemplo?

- 8 – O fato de estar estudando, tem provocado alguma modificação na sua vida? Quais?